

NELSON BROCHMANN, DO SINDITRIGO: "CONSOLIDAMOS UMA HUMILHANTE LIDERANÇA MUNDIAL"

Novo round na guerra dos transgênicos



Seguradoras rurais se adaptam ao mercado

SETEMBRO/2001 - Nº 633 - ANO 57 - R\$ 6,00
www.agranja.com

a granja

A REVISTA DO
LÍDER RURAL

Safra 2001/2002

**PLANEJAR
É O PONTO
DE PARTIDA
PARA O
SUCESSO**

CHEGARAM AS PLANTADEIRAS ASM SÉRIE I200.



**PLANTIO COM ABSOLUTA
PRECISÃO, PLANTIO CASE IH.**



A Case IH está lançando as Plantadeiras ASM Série I200, o mais preciso sistema de plantio do mercado. Seu avançado sistema de plantio a vácuo permite a utilização em vários tipos de cultura, além de garantir maior velocidade e uniformidade tanto no espaçamento quanto na profundidade da semente. O resultado é uma emergência mais rápida e uniforme para



you extrair a máxima produtividade da sua lavoura. Conheça no seu concessionário a precisão imbatível das Plantadeiras ASM Série I200. E deixe a concorrência plantada lá atrás.

CASE *ih*

Soluções avançadas, soluções Case IH.

Brasil consolida liderança na importação de trigo

Embora todos os prognósticos indiquem uma safra de 2,8 milhões de toneladas em 2001, segundo a Conab, significando um acréscimo superior a um milhão de toneladas em relação ao ano anterior, o Brasil deverá repetir o volume de importações do ano passado. Mesmo assim, o País estará "consolidando uma humilhante liderança mundial", lamenta o presidente do Sindicato das Indústrias do Trigo do Rio Grande do Sul (Sinditrigo) e vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria do Trigo, Nelson Brochmann, diretor do Moinhos Garota S. A. Sua ligação com a indústria moageira vem de família: seu pai, Pedro Brochmann, começou na atividade moageira na década de 50, com um pequeno moinho movido à roda d'água, no

interior de Erechim/RS. Tendo concluído sua formação universitária e curso de moagem na Universidade de Kansas, EUA, em 1970, Nelson Brochmann iniciou sua participação na empresa e sempre esteve ligado ao Sinditrigo como associado.

A trajetória como dirigente aconteceu naturalmente com o tempo, ao participar de diversos cargos na diretoria, tendo assumido a presidência da entidade em dezembro de 1999. A pergunta que fica é o que fazer, então, para reverter esse quadro negativo da triticultura nacional? É justamente nesse bate-papo com a revista **A Granja** que Brochmann apresenta alguns contrapontos e caminhos para a cadeia do trigo, argumentando que a indústria moageira não é a grande vilã desta trajetória de altos e baixos.



Antonio Sanchez

*Nelson Brochmann, presidente do Sinditrigo:
"A importação tem sido sistematicamente praticada por duas razões básicas: a indisponibilidade de trigo nacional para atender nossa demanda e a presença de diferentes características no trigo importado"*

A Granja — Vamos direto ao calcanhar-de-aquiles: por que o Brasil é o maior importador mundial de trigo? É possível reverter essa situação?

Nelson Brochmann — De fato, no ano passado importamos 7,5 milhões de toneladas de trigo e a projeção, neste ano, indica a necessidade de igual volume, consolidando uma humilhante liderança mundial. Isto representa um dispêndio anual de, aproximadamente, US\$ 1 bilhão, que poderiam circular dentro de nosso país, gerando prosperidade e riqueza, especial-

mente nas regiões produtoras do trigo nacional.

A reversão deste quadro depende de vontade política do governo e de competência empresarial da Cadeia Trigo. O inquestionável é que dispomos de grande parte dos recursos físicos e humanos necessários, faltando-nos, em especial, recursos financeiros acessíveis e uma política governamental consistente e motivadora, visando neutralizar os pesados subsídios que esta atividade recebe em outros países. Hoje, dispomos de variedades

e tecnologia que permitem obter uma produtividade equivalente aos países mais desenvolvidos. Com nossa vastidão territorial, a auto-suficiência é perfeitamente factível e a possibilidade de virmos a ser exportadores deve ser meta perseguida.

P — Mas, os moinhos brasileiros preferem utilizar trigo nacional ou importado? Qual realmente tem a melhor qualidade?

R — Não se trata de uma questão de preferência, mas de necessidade e conveniência, presentes em qualquer atividade

empresarial. A importação tem sido sistematicamente praticada por duas razões básicas: a indisponibilidade de trigo nacional para atender nossa demanda e a presença de diferentes características no trigo importado. A qualidade do trigo não deve ser referida como melhor ou pior. Ela deve conter as especificações necessárias para atender o produto final a que se destina. Neste particular, queremos destacar a permanente necessidade dos setores de produção e armazenagem desenvolverem ações visando uniformizar os lotes de trigo e separá-los conforme suas diferentes características físico-químicas. Esta medida é de extrema valia à indústria moageira, por viabilizar o fornecimento de farinhas padronizadas; crescente exigência das indústrias e panificadoras. Apenas a título exemplificativo, e com as necessárias ressalvas, pode-se afirmar que o trigo gaúcho é mais adequado à produção de biscoitos, enquanto que o argentino apresenta melhores resultados quando utilizado na panificação.

Entretanto, nos últimos anos, constatamos dois fatos relevantes ocorrendo paralelamente. De um lado, o trigo nacional vem evoluindo em qualidade, em razão das novas variedades lançadas e pelo emprego de melhor trato cultural, e, de outra parte, o produto argentino apresenta qualidade declinante, pois prioriza a produtividade em detrimento das características intrínsecas, além de desleixar na fertilização, em razão da grave crise econômica que assola o país. Apesar disso, a importação é feita quase que exclusivamente da Argentina, pelas vantagens tributárias decorrentes dos acordos entre os países do Mercosul.

P — Qual a destinação das farinhas aqui produzidas?

R — Toda a produção destina-se ao mercado nacional. Não temos tradição exportadora, até porque dois terços do trigo aqui industrializado provêm de importações. Porém, nada impede que no futuro, com o almejado incremento na produção nacional, possamos nos tornar exportadores, a exemplo do que já ocorre em outros agronegócios. Atualmente, as farinhas têm a seguinte destinação, no mercado brasileiro: panificação, 48% de participação; indústrias de massas, 22%; indústrias de biscoitos, 10%; consumo doméstico, 17%; e outros, 3%. Nossa percepção é que há uma tendência de decréscimo no consumo doméstico, com a migração de consu-

midores para o mercado de produtos industrializados, motivados pela praticidade no abastecimento e pela grande variedade de produtos disponibilizados.

P — Na verdade, continuam existindo as tradicionais críticas do setor de produção às indústrias de moagem de trigo...

R — A indústria moageira tem sido questionada pela pouca agilidade na comercialização da safra, pelos preços não serem remuneradores e pela elevada exigência na classificação do trigo. É importante lembrar que os recursos financeiros, quando disponíveis, são escassos e caros neste país, dificultando a aquisição das necessidades anuais de matérias-primas na safra, com a conseqüente redução de liquidez da comercialização. Igualmente, não somos fixadores de preços, pois por tratar-se de uma "commodity", são ditados pelo mercado internacional. Pagamos o que a concorrência externa e os demais

Estados da Federação nos permitem, assegurando a competitividade frente aos produtos importados, além de também garantir o poder de competição nos Estados nos quais tradicionalmente exportamos farinhas. Assim sendo, os moinhos administram seus custos de

matéria-prima, conforme parâmetros internacionais de preço. Se no mercado ele está acima do mínimo estabelecido pelo governo, o produtor nacional tem condições de desfrutar um ganho adicional, vendendo diretamente à indústria, como está ocorrendo neste momento. Quando se encontra alguém daquele garantido, como em determinados momentos em 1999, o governo garante o valor mínimo ao produtor e após, através de diversos instrumentos de comercialização, destina o trigo aos moinhos, subsidiando diretamente a produção. Quanto ao rigor na classificação, é conseqüência da ação dos nossos clientes, que por sua vez necessitam atender à crescente exigência dos consumidores brasileiros.

P — Talvez falte um melhor entendimento...

R — Na verdade, sim. É importante que o setor da produção tenha o correto entendimento do papel desempenhado pela indústria moageira na Cadeia Trigo. Somos simplesmente prestadores de serviços, comprimidos entre o setor de produção, que enfrenta eventuais dificuldades com preços mínimos, problemas climáticos, falta de liquidez de comerciali-

zação, disponibilidade de recursos, etc.; e os setores industriais da massa, do biscoito e da panificação, que se deparam com um mercado competitivo em preços e qualidade de produtos e serviços.

P — Podemos traçar um histórico do desenvolvimento da indústria de moagem de trigo no Brasil?

R — Inicialmente, é oportuno registrar que os maiores moinhos brasileiros localizam-se no seu litoral. O motivo é que nunca fomos auto-suficientes na produção de trigo, exigindo sempre a importação de expressivos volumes para atender à demanda nacional. É pelos portos marítimos que se efetivam a quase totalidade das importações, estabelecendo-se os moinhos em suas cercanias, com o objetivo de reduzir os custos logísticos. Com o incremento da cultura no País, especialmente na região Sul, muitas médias e pequenas unidades moageiras passaram a fixar-se no interior, dentro das regiões produtoras.

Porém, houve um marco extremamente significativo, tornando-se referência para a triticultura nacional. Foi a edição do Decreto-Lei nº 210, de 27 de janeiro de 1967, criando o Departamento do Trigo (DTRIG), da Sunab, e a Junta Deliberativa do Trigo, passando a regulamentar a produção, importação, industrialização e consumo do trigo no País. Antes deste Decreto a atividade era livre, mas passava por enormes dificuldades econômicas, principalmente por razões tributárias e pela desorganização setorial. Com o advento do Decreto, foram criadas zonas de consumo. Os moinhos, nelas estabelecidos, passaram por uma prova física de capacidade de moagem e lhes foram atribuídas cotas, com o direito de receber e moer a quantidade atribuída pela Sunab, de acordo com o consumo destas regiões. Com esta medida, o mercado passou a ser totalmente regulado pelo governo, efetivando-se o monopólio estatal. Neste período, houve grande incremento no plantio, alcançando, em 1987, a produção histórica de 5,8 milhões de toneladas, quando foi praticamente atingida a auto-suficiência. Porém, concomitantemente, ocorreram fatos negativos, como a qualidade, que não acompanhou a acelerada evolução quantitativa, e o sistema vigente, que exigia pesados subsídios governamentais, suportados por toda a sociedade brasileira.

Por mudanças políticas na condução do País e com o reforço das causas já mencionadas, em 21 de novembro de 1990 foi revogado o referido Decreto, liberando novamente toda a atividade (plantio, industrialização e comercialização). Inicialmente, houve certo desequilíbrio no setor, pela reabertura de vários moinhos de-

“De um lado, o trigo nacional vem evoluindo em qualidade e, de outra parte, o produto argentino apresenta qualidade declinante”

ativados e pela acelerada ampliação dos parques em operação, trazendo exagerada ociosidade industrial, além da pesquisa e produção não haverem sido adequadamente orientados para as novas exigências vindas do mercado. Mas, gradativamente e com esforço incomum, busca-se encontrar o necessário equilíbrio entre os envolvidos no processo.

P — A partir destas mudanças, um dos principais efeitos foi o fechamento das portas de muitos moinhos. Traçando um paralelo, qual foi a nossa realidade e como está hoje?

R — No início da vigência do Decreto havia 386 moinhos, para um consumo de 3 milhões de t/ano. Ao final de pouco mais de duas décadas, fruto de uma concentração na moagem, restavam apenas 170 e o consumo alcançava o volume de 7 milhões. Após uma década de livre mercado, temos hoje no Brasil 238 indústrias em operação, 106 delas atuando no Rio Grande do Sul. O atual consumo nacional é de, aproximadamente, 9,5 milhões de t/ano, participando o Rio Grande do Sul com cerca de 950 mil.

P — Embora a triticultura tenha sofrido (e vem sofrendo) altos e baixos, podemos apontar alguns avanços significativos por parte do governo federal, isso sem falar na área de pesquisa?

R — Certamente que sim. Entendemos justo e oportuno registrar os significativos avanços ocorridos na última década. São notórios o crescente apoio e envolvimento governamental, quer pelo estímulo da palavra quanto pelos atos concretos praticados nos últimos anos. Merecem especial destaque os vários instrumentos de suporte à comercialização, desenvolvidos e aperfeiçoados através do constante diálogo com a classe. São inovações consagradas, por exemplo, o PEP, os Contratos de Opção e as Compras Antecipadas realizadas pelos moinhos, mecanismos inteligentes que garantem liquidez e preços adequados ao produtor, afastando um justo temor, principalmente no período mais crítico da comercialização, no início da colheita. Também podemos citar o incremento nos recursos destinados ao custeio e sua disponibilização em época mais oportuna. De igual forma, maiores valores têm sido anualmente destinados à aquisição oportuna de sementes, garantindo a permanente evolução qualitativa dos grãos. No mesmo sentido, a pesquisa tem oferecido expressiva contribuição para esta cultura. Foi implantado o zoneamento agrícola, trazendo maior segurança ao produtor contra danos causados pela ação da natureza, além de reduzir o gasto com o desenvolvimento da lavoura e incrementar a produtividade. Novas variedades fo-

ram desenvolvidas e outras tantas foram adaptadas às nossas condições climáticas, não raras vezes adversas. Igualmente, o plantio direto já é prática largamente utilizada no campo.

P — Hoje, qual a expressão econômica da cultura do trigo em nosso país?

R — O trigo sempre teve destacada importância econômica, entre todas as culturas agrícolas praticadas no Brasil. Nas últimas décadas, sua produção deixou de ser exclusividade da região Sul, passando a ser cultivado, também, nos cerrados do Brasil Central. Graças a novas variedades e tecnologias empregadas, foi quebrado o paradigma de ser cultura exclusiva de regiões temperadas e frias. Hoje, há produção regular nesta região, apesar de ainda termos bastante para progredir técnica e cientificamente, bem como nos aspectos logísticos e comerciais, para que esta região alcance patamares elevados de produção, vindo concretizar as otimistas perspectivas daqueles que investem nesta nova e potencial fronteira agrícola brasileira. Já na região Sul, é cultura das mais tradicionais, que sempre vem consorciada com as de verão — milho e soja. É nesta combinação que está a fórmula

que melhor viabiliza o produtor agrícola, pois a sinergia das lavouras é completa. Por isso, a mensuração dos resultados tem que ser realizada conjuntamente. Quando assim analisados, tornam-se mais realistas, pois os investimentos e as despesas realizados ao longo do ano restam diluídos entre as duas culturas.

P — Se tomarmos o Rio Grande do Sul como exemplo, quais os reais benefícios?

R — O Rio Grande do Sul produziu 880 mil toneladas de trigo na última safra, em uma área plantada de 560 mil hectares, significando uma receita aproximada de R\$ 200 milhões, auferidos pelos produtores, afora os tributos recolhidos pelo Estado. Seus benefícios se estendem por toda a Cadeia Trigo, sendo fácil a percepção, em razão dos seus efeitos diretos e pelos reflexos sentidos nas atividades econômicas afins. Além disso, há o aspecto social envolvido nesta cultura. Cada 15 ha cultivados geram um emprego direto no campo, inibindo o fluxo migratório para a periferia das grandes cidades, onde na maioria das vezes estas pessoas se estabelecem em condições indignas à condição humana.

P — Falando ainda em Rio Grande do Sul, como é o relacionamento, no Estado, entre os diversos setores que compõem a Cadeia Trigo?

R — Liberada totalmente esta atividade, pela ausência da tutela estatal a partir de novembro de 1990, surgiram enormes dificuldades que se estenderam sobre toda a Cadeia Trigo. Não havia a prática do diálogo entre seus diferentes elos. Com certa frequência, buscavam caminhos distintos, fruto da ausência de comunicação. Em razão disso, aliado às crescentes dificuldades econômico-financeiras que surgiram no setor, percebeu-se ser imprescindível buscar uma aproximação. Neste sentido, várias iniciativas foram tomadas para criar o ambiente favorável à construção de uma visão mais uniforme. Podemos destacar, como dos mais relevantes acontecimentos, a criação da Câmara Setorial do Trigo, coordenada pela Secretaria da Agricultura. Ao longo da última década, especialmente na segunda metade, o relacionamento evoluiu e consolidou-se. Atualmente, há um construtivo e permanente diálogo entre seus integrantes. Diante desta nova postura, têm prioridade as ações focadas na satisfação do consumidor.

P — Atualmente, qual é a estrutura do Sinditrigo e a sua função? São quantos moinhos associados?

R — É a entidade de classe que representa os interesses das indústrias gaúchas. Congrega 34 moinhos, os quais representam 80% da industrialização do trigo processado no Estado. As maiores unidades estão localizadas na grande Porto Alegre e na Serra. Sua estrutura é extremamente enxuta e conta, além da sua diretoria, com uma secretaria-executiva sediada dentro da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs). Para a realização de serviços especializados, contrata profissionais e empresas cujo perfil seja adequado a determinadas tarefas como assessoramento, *marketing*, comunicação, contabilidade, auditoria, relações trabalhistas e outras. A função precípua é representar os interesses gerais dos associados em todas as esferas de ação privada e pública, assessorá-los nas questões legais, especialmente fiscais, tributárias, trabalhistas e ambientais, promovendo o desenvolvimento da classe através da realização de eventos específicos, facilitando, assim, a integração de seu quadro social. 



**EDITORA
CENTAURUS**

DIRETOR-PRESIDENTE
Hugo Hoffmann

agranja

MATRIZ
Av. Getúlio Vargas, 1.526
CEP 90150-004, Porto Alegre/RS
Fone/Fax: (51) 3233-1822
E-mail: mail@agranja.com
Home page: http://www.agranja.com

SUCURSAL SÃO PAULO
Praça da República, 473, 10º andar
CEP 01045-001, São Paulo/SP
Fone/Fax: (11) 220-0488/(11) 220-0686
E-mail: granjasp@osite.com.br
Home page: http://www.agranja.com

GERENTES-EXECUTIVOS
Eduardo Hoffmann
Gustavo Hoffmann

REDAÇÃO
Editoria
Adriana Langon
Reportagem
Ana Esteves e Luciana Radicione
Revisão
Luciano Gomes
Colaboradores desta edição
Antonio Sanchez, Expedito Paulo Silveira,
José Aloisio Alves Moreira, José Mauricio
de Toledo Murgel, José Renato de Almeida
Prado, Jussara Goyano, Luis Fernando
Stone, Paulo Mendes e Valdo Rodrigues
Herling
Diagramação
Renato Fachel
Editoração
Jair Marmel

CIRCULAÇÃO
Amália Severino Bueno

ASSINATURA EXTERNA
Raquel Marcos

COMERCIALIZAÇÃO
São Paulo - José Geraldo Silvani Caetano
(gerente) e Rodrigo Martelletti (contato)
Porto Alegre - Cristina Centeno
(gerente RS/SC)

REPRESENTANTES
Rio de Janeiro - Lobato Propaganda e
Marketing Ltda., Rua Teófilo Otoni, 15/913,
Centro, CEP 20090-080, Rio de Janeiro/RJ,
fone: (21) 2554-8666, fax: (21) 2283-1661,
celular: (21) 9958-2869,
e-mail: sidney.lobato@ig.com.br
Minas Gerais - José Maria Neves,
Rua Dr. Juvenal dos Santos, 222,
conj. 105, Luxemburgo, CEP 30380-530,
Belo Horizonte/MG, fone/fax: (31)
3297-8194, fone: (31) 3344-9100,
celular: (31) 9993-0066,
e-mail: jmneves@uoi.com.br
Brasília - Midia Real Publicidade Ltda.,
SCLN 302, bloco C, sala 104, CEP 70723-
530, Brasília/DF, fone: (61) 326-1271, fone/
fax: (61) 328-0456, celular: (61) 9975-
2442, e-mail: midia.r@terra.com.br

Convênio editorial: Chacra (Argentina)

A Granja é uma publicação da Editora
Centaurus, registrada no DCDP sob
nº 088, p. 209/73. Redação, Publicidade,
Correspondência e Distribuição:
Av. Getúlio Vargas, 1.526, CEP 90150-
004, Porto Alegre/RS, fone/fax: (51) 3233-
1822.
Exemplar atrasado: R\$ 6,50

NESTA EDIÇÃO

12 SAFRA 2001/2002: o planejamento é a palavra de ordem

20 TRANSGÊNICOS: a briga continua

26 CITRICULTURA: um adversário à altura no combate à larva minadora dos citros

30 TENDÊNCIA: iniciativa privada assedia pesquisadores

37 ALCA: Brasil tenta ganhar espaço nas negociações

38 SEGURO RURAL: empresas lançam novos produtos ao gosto do agropecuarista

44 ALGODÃO: cultivo explode no oeste da Bahia

48 IRRIGAÇÃO: experimentos em busca da economia de água e de energia elétrica



A Granja



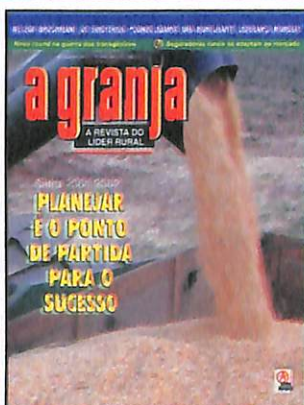
A Granja

52 REVISTA CHACRA: as últimas novidades na batalha contra a aftosa

55 PLANTIO DIRETO NEWS: a evolução do sistema no cerrado brasileiro

NOSSA CAPA

A fatura na colheita da safra ilustra muito bem o alvo perseguido incansavelmente pelo produtor rural brasileiro, na qual o planejamento é o grande alicerce



SEÇÕES

Aconteceu	7
Aqui Está a Solução	8
Cartas, Fax, E-Mails	10
Eduardo Almeida Reis	11
Pastagens	50
Tudo Sobre Silo na Fazenda	53
Agricultura & Meio Ambiente	54
Agribusiness	58
Flash	62
Biotechnologia	64
Novidades no Mercado	65
Ponto de Vista	66

O mercado comanda o espetáculo

Produzir tornou-se mais fácil que vender.

De que adianta produzir, se não há demanda.

Ou então, produzir demais para demanda de menos.

Brasil, Colômbia, países do Caribe e da África fizeram um acordo para manter alto o preço do café. Ou seja, uma parceria de rapinagem para cima do consumidor. Como o acordo foi meramente especulativo, interessava preferencialmente ao Brasil, e dado ao amplo leque de seus protagonistas, foi imediatamente rompido por baixo da mesa de negociações por quase todos os eventuais sócios, a começar, é claro, pelos países mais pobres.

Era um final previsível, mas o gosto pelo artificialismo e especulação foi maior do que a previdência e a vontade de competir. Enfim, um acordo de gabinete que, entre outras tantas coisas, permitiu o aparecimento do até então esquecido café vietnamita, a tubaina do pedaço, que hoje absorve 12% da produção mundial de café.

E agora? Bem, agora os preços internacionais do café estão em baixa total, sem luz no túnel.

Hoje, segundo os *experts*, o Brasil produz o melhor café do mundo, mas não sabe comercializar, não sabe fazer o *marketing* da grife a que tem direito e não se deu conta que existe um vasto mercado para café de qualidade inferior, porém com preço pouco atraente. Afinal, o trabalhador rural do Vietnã trabalha da mão para a boca. Satisfaz-se com 250 gramas de arroz por dia.

Palermo, uma tristeza

Quem esteve lá, na abertura da Exposição Rural de Palermo, Buenos Aires, no dia 20 de julho, principalmente seu habitual freqüentador, teve que conter as lágrimas. Pela primeira vez, em 115 anos de glória, bovinos e suínos, principais atrações do evento, não se encontravam.

O ambiente mostrando pavilhões semidesertos foi simplesmente

de chorar.

A aftosa, a recessão, o momento político extremamente volátil e mais a situação econômica em frangalhos fazem da pecuária argentina um cenário desolador.

O reverso da medalha

Este difícil momento para a pecuária argentina, por outro lado, é óbvio, traz conseqüências totalmente favoráveis para o Brasil, em termos da venda de carne bovina para o exterior.

Assim, a iniciativa que une o setor privado e o governo para divulgar a marca "Brazilian Beef" é algo absolutamente oportuno. A meta é ambiciosa, mas, ao que tudo indica, pertinente: elevar os embarques para US\$ 1,2 bilhão, em 2002.

O volume do investimento, para divulgação da marca, no entanto, é bem pouco ambicioso. Apenas R\$ 5 milhões (US\$ 2 milhões) para viagens, *marketing*, eventos, feiras, exposições, relações públicas e propaganda publicitária, preferencialmente no canal mundial de notícias CNN.

Do total de recursos, 25% serão bancados pelo governo. Enfim, ótima idéia, ótima iniciativa, mas pouco capital de giro para "vender o peixe" tão grande quanto ambicioso.

Baixar os custos da produção agrícola

Uma das principais funções da revista **A GRANJA** é mostrar, informar, educar o produtor rural na busca da produtividade dentro de sua propriedade. Porque o que está fora da porteira não está ao seu alcance. É responsabilidade dos governos federal, estaduais e municipais.

É aqui que se concentra o grande nó, principalmente no que se refere ao escoamento da safra.

Se você planta, por exemplo, em Sorriso, Mato Grosso, a maior área de produção de soja do mundo, você está encalacrado pelos custos de transporte do seu produto. A sua soja tem o destino dos portos de Santos/SP ou Paranaguá/PR e a ligação é efetuada por caminhões, ou então, em parte, por via ferroviária, por Cuiabá.

Mas, não precisamos ir tão longe. Se você é produtor rural em Cascavel, Paraná, seu produto vai viajar 600 km por rodovia até ele chegar ao porto de Paranaguá.

Por tudo isso, a programação **Avança Brasil**, que prevê uma grande malha de escoamento de grãos através de oito hidrovias, três ferrovias e uma rede extensa de rodovias, não pode e não deve ficar unicamente na teoria e promessa.

Uma união poderosa de fundações, sindicatos, associações, cooperativas e governos estaduais precisa estabelecer, de imediato, um plano estratégico de atuação em conjunto, um poderoso "lobby" em cima do governo federal e legislativo, para fazer andar e por em prática o que está estabelecido no papel.

Quando outubro chegar, um presente para o leitor

Desde 1945, ou seja, há 56 anos, nossa tradição foi mudar.

A GRANJA começou como uma revista dirigida ao gado leiteiro.

Depois, passou a abordar, também, assuntos referentes ao gado de corte e, posteriormente, incluiu os ovinos no seu cardápio jornalístico. Pouco antes dos anos setenta, principalmente em função do trigo, as matérias correspondentes à agricultura tomaram uma posição cada vez mais acentuada nas páginas d'**A GRANJA**. Tanto assim que hoje **A GRANJA** é legitimamente uma revista agrícola e **AG LEILÕES** tem personalidade própria, sendo a revista brasileira de genética bovina. Com isso, evidentemente, quem ganha é o leitor, porque ele assina uma e recebe outra de graça.

Em função de uma ampla pesquisa em outubro, o leitor vai ter o que pediu: uma revista repaginada, com o mesmo conteúdo e sem perder a sua personalidade.

A GRANJA vai apresentar-se mais jovem e mais moderna, respaldada na sua credibilidade, obtida ano após ano, renovando o vínculo afetivo existente há 56 anos com nossos fiéis leitores. 📖

Associações de criadores



A Granja

“Gostaria de saber como entrar em contato com associações de produtores de ovinos, peixes e fruticultores do Brasil, uma vez que procuro informações sobre essas atividades agropecuárias.”

Ronaldo Tarone
Campo-Erê/SC

R — Caro leitor, a Associação Brasileira de Criadores de Ovinos (Arco) pode ser contatada pelos te-

lefones (53) 242-8422/242-8269. Já as associações de piscicultores existentes no País podem ser informadas pelo Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA), do Ministério da Agricultura, pelo telefone (61) 218-6161. Com relação aos fruticultores, o ideal é você buscar uma associação mais específica junto ao Instituto Brasileiro de Frutas (Ibrafr), pelo telefone (11) 223-8766.

Cerca elétrica

“Como devo proceder para comprar acessórios para cerca elétrica?”

Juarez Durigon Lemes
juarez@laguna.com.br

R — Caro leitor, o tipo de acessório a ser

comprado irá depender da estrutura da sua propriedade e qual a finalidade de uso. Aconselhamos você a entrar em contato com a empresa Compatec (www.compatec.com.br), que disponibiliza seu endereço eletrônico para esclarecimentos, bem como divulga uma relação completa de seus representantes comerciais em todo o Brasil.



A Granja

Soja perene

“Ficaria muito agradecido se recebesse informações sobre soja perene, época de plantio, se é boa pastoreio, proteína bruta, etc.”

Daniel Balzan
Tucunduva/RS

R — A soja perene é uma leguminosa de clima tropical e subtropical, bastante resistente a secas não prolongadas, recuperando-se rapidamente com a presença das chuvas. Resiste largamente às geadas fracas, apresentando menor suscetibilidade que algumas leguminosas tropicais. A planta se desenvolve bem em regiões com precipitação anual entre 700 a 1.500 mm e temperatura média ao redor de 23°C, comportando-se bem em regiões de altitude. É uma planta que pode ser empregada como fonte forrageira para animais, podendo ser consorciada com gramíneas ou como planta para adubação verde, principalmente como cobertura permanente, inter-

calada às culturas perenes. A época de plantio é no início da primavera, de setembro a dezembro. A semeadura pode ser feita a lanço, em linhas ou em covas. A produção de sementes ocorre em maio/junho, com rendimentos de 500 a 800 kg/ha. O ciclo da cultura é de, aproximadamente, oito meses. A leguminosa produz fitomassa satisfatória (20 a 40 t/ha/ano de massa verde).

Fertilidade do solo: alta

Forma de crescimento:

rasteiro e trepador

Altura: 40 a 60 cm

Utilização: adubação verde, fenação, pastoreio

Palatabilidade: ótima

Precipitação pluviométrica: acima de 700 mm/ano

Tolerância à seca: média

Tolerância ao frio: boa

Teor de proteína de matéria seca: 11% a 20%

Produção de forragem: 6 a 10 t/ms/ha/ano

Fixação de nitrogênio: 180 a 200 kg/ha/ano

Capim-pojuca

“Gostaria que vocês me informassem como e onde conseguir sementes do capim-pojuca.”

Luiz Saback da Silva
luizs2@magnesita.com.br

R — Caro Luiz, tivemos a informação que o capim pode ser adquirido junto à Embrapa Escritório de Negócios, na Unidade de Produção de Rondonópolis/MT. O endereço é rodovia BR 364 – km 208 – s/nº – Parque Universitário – Caixa Postal 180 – CEP 78705-970. Telefones: (65) 421-1523/421-1550.

Mecanização

“Quantos hectares por trator temos hoje no Brasil?”

Alice Tempel Costa

R — Cara leitora, dados do ano passado informam que no Brasil existe um trator para cada 122 hectares. Na Argentina, essa proporção é de 1/89, nos Estados Unidos, 1/39, e na França, cai para 1/14.



A Granja

Mercado para chinchila

“Quero saber como criar chinchila e como fazer para vender. Existe comércio fácil? Moro na cidade de Cascavel/PR.”

lbortoli@aol.com.br

R — Bortoli, vamos lhe dar algumas dicas. O ideal, porém, é que você busque assessoria técnica junto à Associação Paranaense de Criadores de Chinchilas (Aparchila), pelos telefones (41) 766-4932/254-5799. Bem, a chinchila pode ser criada em qualquer local que seja limpo, seco, com boa ventilação e onde não entrem outros animais. A temperatura no interior do criatório não deve ultrapassar 26°C, caso contrário, será necessário um aparelho de ar-condicionado para os períodos mais quentes. Uma pequena peça pode ser adaptada para o início da criação. Um local com 10 a 20 metros quadrados comporta até 100 animais. O aumento do plantel, visando à comercialização, exige instalações com maior capacidade. Os animais são alojados em gaiolas individuais de arame, colocadas lado a lado, e sobrepostas em 4 ou 5 andares. Cada gaiola mede 32 cm de



A Granja

largura, 40 cm de altura e 50 cm de profundidade. No fundo da gaiola é colocada a maravalha (serragem grossa de pinus), para absorver os dejetos e servir de cama à chinchila. As famílias são formadas por um macho e seis fêmeas. Para o início de uma criação comercial é necessário, no mínimo, uma família, que mais tarde irá formar o plantel. O início da vida reprodutiva de uma chinchila ocorre por volta dos oito meses e termina aos dez anos,

com períodos de gestação de 111 dias. Cada fêmea tem em média dois partos por ano, com dois filhotes, em média, por parto. O desmame dos filhotes ocorre aos 45 dias. A alimentação dos animais consiste em 30 gramas de ração balanceada por dia, um pouco de alfafa e complementação vitamínica. A criação comercial de chinchilas tem como finalidade a produção de peles para o mercado in-

ternacional. Os animais são abatidos entre 8 e 12 meses, a pele é curtida e está pronta para a venda. Todos os anos, compradores internacionais vêm ao Brasil para adquirir peles diretamente dos produtores, que são cotadas, em média, a US\$ 34,00 a unidade. Mas essa remuneração irá depender da qualidade genética dos animais e do manejo a que foram submetidos. O custo de produção de uma pele pronta para a venda é de, aproximadamente, US\$ 15,00.

Alfafa

“Sou estudante de Agro-nomia em Passo Fundo e gostaria de saber sobre custos por hectare da cultura da alfafa.”

Rafael Steffens
rafastpf@terra.com.br

R — Rafael, na literatura poucas são as informações envolvendo o custo de produção de alfafa. De acordo com o livro “Cultura da Alfafa”, de Carlos e Ademir Honda, na operação de semeadura, o

gasto com sementes é de, aproximadamente, 20 kg por hectare, observando que as sementes sejam de boa qualidade. Antes, porém, é necessário um bom preparo do solo, calagem e adubação. Seguindo os autores, por se tratar de uma cultura intensiva, de

alto custo de implantação, exige maiores cuidados na fase inicial, pois dá melhores condições de competição com as ervas daninhas.



A Granja

Máquina para avicultura

“Estou interessada em adquirir um equipamento para depenar galinhas, porém, tenho dificuldades em conseguir alguma empresa que comercialize tal equipamento. Vocês podem me ajudar?”

Cristiane

R — Cristiane, vamos deixar duas dicas para você. O equipamento pode ser encontrado na JS Implementos Agrícolas, no telefone (41) 663-1377, e na Akhenation Máquinas e Equipamentos, nos telefones (41) 763-1771/763-5141.

Sementes de cebola

“Gostaria de saber o endereço do ponto da Asgrow, que comercializa sementes de cebola com o nome Nova Fronteira.”

Diorge Ferraz
São José do Norte/RS

R — Diorge, a revenda mais próxima de sua residência está localizada em Pelotas. Basta entrar em contato pelo telefone (53) 227-4222, com o Sr. Adão.

Baunilha

“Quero instalar na Bahia uma indústria de sorvete de baunilha. Gostaria de saber se o Brasil é produtor de baunilha e, no caso, onde posso obter informações sobre comerciantes e produtores?”

Georges Laporte
famille.laporte@wanadoo.fr

R — O Brasil não se destaca neste tipo de produção. A produção da orquídea *Vanilla planifolia* está localizada em pequena parte do Estado de São Paulo e na região norte do País.

A polêmica da macaúva

Como assinante desta conceituada Revista, ultimamente tenho notado, nesta Seção, uma certa polêmica com relação ao combate de morcegos, ramos de macaúva, etc. Gostaria de poder ajudar esclarecendo que morcegos são animais silvestres, sendo, portanto, protegidos por lei e que, com exceção dos morcegos hematófagos, que são aqueles que se alimentam de sangue de animais, os demais são muito importantes para o equilíbrio ecológico. Isso porque, devido aos seus hábitos alimentares, são polinizadores de algumas espécies de plantas ou mesmo responsáveis pela propagação de sementes de outras, sem contar com o controle de insetos gerados pelos insetívoros. Os morcegos devem ser protegidos e não combatidos, porém, como todo animal, eles podem transmitir doenças ao homem e por isso devem ser mantidos à distância, principalmente das residências habitadas, impedindo que suas colônias se instalem nestes locais. O afastamento dos morcegos se consegue facilmente, através da ilu-



A Granja

minação dos locais onde eles se concentram durante o dia: forros, cumeeiras, porões. Essa iluminação pode ser obtida com a troca de algumas telhas de barro por telhas de vidro, ou por instalação de lâmpadas que permaneçam ligadas durante o dia. O uso de naftalina nesses locais também ajuda na eficácia do tratamento. Depois da saída dos morcegos, deve-se vedar todas as frestas e limpar bem o local, tendo o cuidado de utilizar equipamentos de proteção, como máscara e luvas.

Marco A. Beggiato Gonçalves
médico veterinário
Itajobi/SP

Material sobre agricultura

Solicito o envio de todo o tipo de material (livros, folders, revistas, etc.) sobre agricultura. Sou estudante da Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul/RS e gostaria de contar com esse apoio para a minha formação profissional. Os materiais que me forem enviados, com certeza, contribuirão para ampliar, cada vez mais, meus conhecimentos. O endereço para envio é Rua Vinte de Setembro, s/n – CEP 97420-000 – Caixa Postal 23 – São Vicente do Sul/RS – Escola Agrotécnica Federal.

Marcelo Goergen
marcelogoergen@bol.com.br

Crédito em boa hora

Demorou, mas dessa vez o governo lembrou da importância da armazenagem para o desenvolvimento da agricultura e resolveu nos conceder um financiamento para a compra de silos. A contar pelo tempo de espera, sugiro que no próximo ano os recursos ultrapassem os R\$ 100 milhões, para atender um número maior de agricultores. Além das empresas, como citado na matéria de agosto de A Granja, é preciso que os próprios produtores passem a reivindicar mais por esse benefício.

Vitor Reis dos Santos
Campo Grande/MS

Revisão dos débitos rurais

Muito interessante as colocações da Seção Ponto de Vista, de agosto/2001. Pena que na realidade seja tudo diferente. O "Sistema" ou está certo, ou está na contramão. Infelizmente, o produtor é quem sofre as consequências, pois no final prevalece o poder dos "agiotas oficiais". Doutor Péricles, tudo é cabível, mas também tudo nesse meio é difícil ou impossível. Continuarei a ler A Granja.

Rodolfo Mahle – rmahle@coopercitrus.com.br

Leitopatia idiopática

É o nome da doença que acomete os produtores de leite no Brasil. Não pode ser por outro motivo, por insistir em uma atividade que não é lucrativa, que exige muito trabalho e gastos com ração, adubos, remédios, vacinas, controle sanitário, qualidade de leite, mão-de-obra, etc. Indústrias e produtores não são parceiros, não há transparência entre empresas, cooperativas e produtores. Funcionam como cartel. Os produtores não têm poder de barganha e são desunidos. Na atualidade, surgiu outro fator de pressão sobre os preços dos lácteos: a rede de grandes supermercados. Falta agilidade e agressividade aos gerentes de marketing e vendas dos laticínios. A Coca-Cola é encontrada até nas periferias das favelas. O ministro da Agricultura, Pratiní de Moraes, eufórico, anuncia uma "super-safra" de grãos para este ano. Claro: para engordar bois, porcos, ovelhas, cachorros e gatos no Hemisfério Norte. No Brasil, 50 milhões de miseráveis, desempregados, passam fome. Comida existe. O que não existe é poder aquisitivo!

Roberto Andrade Margotto
médico e leitopata
Guarulhos/SP



A Granja

Tire suas dúvidas ou dê a sua opinião.
Escreva para a redação da revista

A GRANJA

Av. Getúlio Vargas, 1.526

CEP 90150-004 – Porto Alegre/RS

Fax: (51) 3233-2456

E-mail: mail@agranja.com

Home page: <http://www.agranja.com>

As cartas ou mensagens poderão ser publicadas de forma resumida.

Breve notícia de um pioneiro

Em abril de 1994, transcrevi, nesta página de **A Granja**, a Oração de Santo Ibrahim: “Toda noite faço as minhas orações. Peço desculpas por não saber rezar o Padre Nosso, que me ensinaram quando era menino. Mas minha fé é grande e peço ao Senhor que proteja e dê muita saúde para os meus parentes; rezo por alma de minha mãe, pedindo que esteja descansada e em bom lugar; digo ao Senhor que Ele não precisa me ajudar nos negócios, porque sei me defender, mas peço a Ele que só me livre de, um dia, ter que tirar leite de vaca neste país para viver.”

Anotei a Oração no alpendre na Fazenda Barra Dourada, em Francisco Alves, Paraná, lá perto do Paraguai, quando visitei Ibrahim Abud Neto, o grande pioneiro do Norte Novo, homem que tinha receita infalível para fundar cidades: 1 – Serviço de alto-falantes; 2 – Padre de passeata; 3 – Mulher da vida e; 4 – Sargento expulso da PM. Com estes quatro “ingredientes”, Ibrahim fundou diversas cidades, entre as quais Assis Chateaubriand, Francisco Alves e Terra Rica, hoje prósperos municípios.

Quando parou com o leite, Ibrahim furou todos os latões de estanho a tiros de carabina, para não ter tentação de voltar a pelejar com o negócio neste país grande e bobo. E deve ter sido o precursor do IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano, usado hoje para avaliar o progresso de um país, quando insistia em que “latão de leite na beira da estrada e turco mudando” são os maiores indícios da decadência de uma região.

Homem de muitos amigos, e de uns tantos inimigos, Ibrahim Abud Neto morreu em julho último e seu corpo foi cremado em Santos. Luís Roberto Soares, jornalista, deputado, ex-secretário de Cultura do Paraná, deu-nos, pela “Gazeta do Povo”, belo depoimento sobre o colonizador, um homem de vários mundos, grande contador de histórias, incomparável mestre da oralidade.

Se digo que Ibrahim era homem de muitos amigos, é porque me prezo de ter sido um deles, depois que lhe fui apresentado pelo nosso muito saudoso David Nasser. Claro que – depois das lutas

para implantação de novas cidades e fazendas onde só havia mata virgem, índios escassos, posseiros e políticos ambiciosos – Ibrahim também fez alguns inimigos. Nos álbuns de fotos coloridas, que nos mostrava no alpendre de sua fazenda, havia os corpos de quatro cavalheiros, ventres inchados, boiando no remanso de um rio.

A mãe de minhas filhas, na inocência de seus vinte e poucos aninhos, entendeu de perguntar: “Morreram de quê?” E o colonizador, com aquele seu sorriso matreiro: “Uns, morriam de acidente; outros, a gente matava...”

Dizia o padre Vieira: “Ter inimigos parece um gênero de desgraça, mas não os ter é indício certo de outra muito maior”. Portanto, Ibrahim se dividiu entre uns poucos e ferozes inimigos, e os muitos e leais amigos. De um deles, jornalista famoso, conta-se que levou à Fazenda Barra Dourada quase todo o gabinete militar da Presidência da República, já lá se vão muitos anos.

O avião da Presidência pousou na pista da fazenda e ficou de voltar daí a três ou quatro dias, tempo mais que suficiente para que os coronéis e suas mulheres visitassem a Barra Dourada e fossem às compras no Paraguai. O perfume da moda era um tal de Opium, de que as coronelas se abasteceram para duas ou três gerações, enquanto seus maridos e senhores compravam dúzias de pistolas Walther PPK, caixotes de munição e dezenas de caixas de uísques, para uso próprio ou encomenda de seus colegas.

Terminadas as compras, que lotavam pequeno caminhão, o comerciante paraguaio perguntou se a turma gostaria que a mercadoria fosse entregue do lado de cá, isto é, em território tupiniquim. Ibrahim Abud Neto, mais que depressa, forneceu o endereço onde a muamba deveria ser entregue: a residência do fiscal da Receita Federal, que estava de férias.

Assim se fez. A mercadoria encheu a sala de visitas do fiscal e foi recolhi-

da, no dia seguinte, pelo caminhão da Fazenda Barra Dourada, para lotar o avião da Presidência da República. Voltando das férias, o fiscal ficou furioso com a brincadeira do Ibrahim: “Eu podia perder o emprego...” E o turco, às gargalhadas: “Demitido você seria se não guardasse em casa a muamba dos homens”.

Por destino e vocação, escreveu Luís Roberto Soares, Ibrahim era um homem rural. Internado em suas fazendas, era nelas e delas que extraía sua universalidade: “Sou rural, sim, mas havendo precisão me mexo como urbano”. A serviço de um amigo, dos muitos que sempre soube cultivar, deixava sua Fazenda Barra Dourada para resolver problemas em Brasília, no Rio, em Porto Alegre, abrindo todas as portas dos mais diversos escalões.

Entre as muitas histórias que gostava de contar, rolando de ir, estava a de um conhecido nosso que precisava

“Ibrahim Abud Neto foi um homem de muitos amigos, e de uns tantos inimigos... Um homem de vários mundos, grande contador de histórias...”

transportar 80 cavalos entre duas de suas fazendas, situadas em Estados diferentes. Para tanto, deveria apresentar atestado negativo para anemia infecciosa, o teste

de Coggins, e todos os 80 cavalos estavam positivos para a misteriosa anemia. Que fazer?

No Brasil, é fácil: basta fazer os exames numa cidade paranaense que tinha laboratório “especializado” em fornecer testes de Coggins negativos, com a vantagem adicional de não precisar tirar uma gota de sangue de nenhum dos 80 animais.

Onde quer que esteja, Ibrahim Abud Neto estará almoçando seu inseparável amendoim torrado e salgado, que misturava com arroz, feijão, verduras, carnes, enquanto planejava as ligações da tarde e da noite, ele que deve ter sido o rei dos telefonemas. Cremado, não é possível visitá-lo num determinado cemitério, mas suas cinzas foram espalhadas por aí, ajudando a fertilizar as terras que desbravou, amanhôu e amou até morrer. 



A ALMA DO PLANEJA

O cenário atual indica que, num futuro bem próximo, apenas empresas e profissionais competitivos e atentos à importância do gerenciamento terão espaço no mercado. No agronegócio, essa tendência não é diferente e deve ser valorizada, principalmente quando se pensa na próxima grande safra que se inicia

Luciana Radicione



NEGÓCIO ESTÁ NO AUMENTO



A competitividade acirrada no meio agrícola está forçando os produtores a investirem cada vez mais no trinômio produtividade-qualidade-mercado, para que não sejam excluídos da atividade. A busca da excelência nestas três etapas de produção vem sendo conquistada com o auxílio de técnicas de planejamento que inovam no conceito de administração e tornam a atividade mais rentável. Na propriedade rural, o conceito de gerenciamento é relativamente novo, mas está sendo bem recebido pelos produtores brasileiros.

Na opinião do agrônomo Manoel Pereira de Queiroz, da Scot Consultoria, de Bebedouro/SP, assim como em outros setores da economia, no agrícola é "impen-sável partir para determinado plantio sem um mínimo de planejamento". Mas, segundo ele, poucos são os que planejam a safra agrícola seguindo estratégias de longo prazo previamente definidas. Diz ainda que as empresas rurais brasileiras possuem um elevado nível de planejamento técnico e um baixo nível de planejamento administrativo. Na avaliação do consultor, o maior problema das empresas rurais hoje é gerencial e não técnico. "O empresário rural deve ter um olho no mercado, em curto prazo, e outro na estratégia, no longo prazo", disse. Queiroz acredita que a estratégia de gerenciamento ideal da propriedade a longo prazo deve ser feita por cinco anos, mas não pode ser estática. "Isso porque a expectativa para os negócios pode sofrer alterações em função do mercado", explica o agrônomo da Scot Consultoria.

Conter excessos de pessimismo e otimismo também é uma dica altamente válida para os agricultores, especialmente no período pré-plantio. Segundo Queiroz, geralmente quando as expectativas são muito boas, o produtor deixa de dar atenção especial às ameaças. "Muitas vezes, a vontade que tudo dê certo é tão grande que o agricultor acaba ignorando os riscos", salienta.

Para o professor de mecanização agrícola da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Jackson Borges, de um modo geral, os agricultores brasileiros planejam precariamente a safra. De acordo com ele, as decisões são tomadas com base em cenários de curto prazo e em critérios subjetivos. Destaca ainda que mercado agrícola no Brasil carece de indicadores confiáveis e acessí-

veis ao agricultor de médio porte. "Esse diagnóstico é agravado por um panorama macroeconômico que dificulta o exercício do planejamento até mesmo de médio prazo, com níveis de precisão aceitáveis", afirma Borges. Sendo assim, na avaliação do professor da UFPR, o agricultor brasileiro que não planeja vive em um ciclo descendente. Para a safra, mesmo a curto prazo, o produtor deve fazer o exercício do planejamento para otimizar os recursos, reduzir os riscos e maximizar a rentabilidade.

Exemplo

Na região de Goi-
atuba/GO, a 160 quilô-
metros de Goiânia, o
planejamento da safra
inclui a venda futura
dos grãos. Cerca de 30% da produção de 527 agricultores ligados à Cooperativa Mista dos Produtores de Soja de Goi-
atuba já foi comercializada ao preço de US\$ 9,00 a saca de 60 quilos. De acordo com o vice-presidente da cooperativa, Antônio Arcêncio Neto, a expectativa é que nesta safra a área plantada com a oleaginosa cresça até 10% em função dos preços. "Enquanto isso, o milho e o algodão vão apresentar queda", afirma. O dirigente aposta que o cultivo de milho deve apresentar uma redução de até 15%, em função do baixo preço alcançado na última comercialização. Embora a maior parte dos sojicultores dos 12 municípios atendidos pela Cooperativa dependam do crédito de custeio para a compra das sementes e adubo, todos já adquiriram insumos básicos para o início do plantio. "Os produtores se prepararam e a compra iniciou ainda no mês de junho com o pré-custeio", informa Antônio. Na opinião do dirigente, a alta dos insumos tem prejudicado o trabalho de planejamento da safra na região. Segundo um levantamento feito na região, o adubo apresentou alta de até 30%. "No ano passado, se comprava adubo por R\$ 360,00 e, nesta safra, está custando R\$ 500,00", exemplifica.

Assistência

Enquanto muitos produtores ainda não despertaram para a importância do planejamento da safra, outros já o fazem e atestam os seus benefícios. É o caso de Henrique



*Queiroz, da
Scot
Consultoria:
"É impensável
partir para
determinado
plantio sem
um mínimo de
planejamento"*

Divulgação

Luce, de Uruguaiana/RS. Na Itaguá Agricultura e Pecuária, todo o conceito de gerenciamento da propriedade vem sendo aplicado há mais de dez anos com a assistência da Vetagro – Consultoria Agrônômica –, também de Uruguaiana. Luce informa que a implantação do serviço de planejamento vem propiciando grandes benefícios para a lavoura de arroz. "Hoje, temos uma safra mais equilibrada em termos de custos e produtividade", destaca o produtor. Os resultados, segundo ele, são sentidos gradativamente e refletem diretamente no bolso.

Antes de adotar o conceito de gerenciamento da safra, a produtividade da lavoura de arroz irrigado na propriedade de Henrique Luce era de 7 mil quilos por hectare e hoje varia de 8 a 8,5 mil quilos por hectare. O bom rendimento do arroz também foi possível graças à mudança no sistema de plantio, pois até 1994 o modelo utilizado



*Para Borges, da
UFPR,, os
agricultores
brasileiros
planejam
precariamente a
safra*

Divulgação

Quem lida com a terra precisa ser forte.



Não é por acaso que o TM95 é líder de mercado. Ele possui barras alternadamente longas e curtas e diferentes planos de rigidez no fundo do desenho, que proporcionam maior tração, estabilidade e autolimpeza. O TM95 tem também um rodar mais uniforme que elimina as vibrações e as oscilações laterais. Na hora de escolher o pneu, escolha aquele que garante mais força e produtividade. Escolha TM95 da Pirelli.

VOCÊ PERGUNTA E A PIRELLI RESPONDE:
0800-787638 Internet: www.pirelli.com.br

PIRELLI

POTÊNCIA NÃO É NADA SEM CONTROLE.

Ferramentas não faltam para tecnificar a atividade



Divulgação Coopavel

Internet, softwares, consultorias. Não são poucas as ferramentas disponíveis no mercado hoje para auxiliar o produtor rural e garantir renda a sua atividade. A escolha depende do próprio agricultor. Para o agrônomo da Vetagro, Rodrigo Monteiro, a melhor ferramenta que o produtor pode utilizar é o engenheiro agrônomo, em função do seu custo-benefício e pela sua atuação abrangente. “Ele é capacitado para orientar o agricultor, tanto em técnicas de produção quanto em técnicas de gestão administrativa.

Ele explica que um agrônomo atualizado já trabalha com previsão climática, sabe calcular e analisar custos de produção, sabe treinar e capacitar os colaboradores da propriedade para a excelência na atividade e motivar o produtor a buscar melhorias em sua fazenda. Já na opinião de Jackson Borges, na condição de empresário, o produtor precisa dominar técnicas quer para produzir, quer para comprar ou vender. “O mercado disponibiliza equipamentos que realmente são eficientes, que custam mais no investimento inicial, só que produzem mais a custo menor na etapa seguinte”, avalia o professor da UFPR.

Euclides Formighieri (na foto), produtor de soja e milho em Cascavel, no Paraná, conhece bem os benefícios de ferramentas de última geração para a condução de sua lavoura. Na Agropecuária Formighieri, é aplicado boa parte do conceito de planejamento proposto por especialistas da área agrônômica. Antes mesmo de concluir a colheita da soja, ele já está de olho nos preços de todos os insumos para o plantio da próxima safra. A internet é a grande aliada desse produtor de Cascavel, de onde ela pega, diariamente, cotações regionais de milho e soja e a previsão do tem-

po, respeitando a época de plantio recomendada para a região.

Dessa forma, ele consegue se antecipar aos imprevistos do clima e facilitar a compra e venda de sua safra. “Faço uma avaliação dos preços da semente, adubo, fertilizantes e do mercado para futura comercialização”, informa Formighieri. O preparo do solo também já é definido com antecedência. “Planto em cima de base larga com operação 100% mecanizada”, diz.

De uns anos para cá, o produtor vem notando os benefícios do planejamento da safra. Com a soja a produtividade está alcançando cerca de 60 sacos por hectare e no milho cerca de 158 sacos por hectare. Na próxima safra, o plano de Formighieri é ocupar 290 hectares com o milho e 919 hectares com a soja. Ele explica que embora exista a impossibilidade de abertura de novas áreas nessa região do Paraná, em alguns anos ele alterna a área plantada com o milho e soja dependendo da tendência do mercado. O preço da saca de soja para entrega na região está em US\$ 10,00, mas ele ainda tem a esperança de preços mais atrativos no momento da comercialização.

O produtor paranaense investe no plantio de soja com variedades mais precoces para plantio no início de outubro e colheita em fevereiro, para que possa ocupar parte da terra com o milho safrinha, utilizado para o confinamento. “Com as outras variedades, vou plantando parcelado até novembro para facilitar a colheita”, relata. Os preços baixos do milho, com o produto sendo negociado a balcão entre R\$ 9,00 e R\$ 9,20 não animou Formighieri, que acredita que a redução do plantio do milho deve chegar a 20% em toda a região neste ano.

**NOVA
FRONTEIRA
AGRÍCOLA:**
A CONQUISTA DA QUALIDADE

era o convencional. Ao investir na rotação de culturas, com trevo e azevém, e no plantio direto, a lavoura passou a apresentar menos problemas com a incidência de inço.

Outra vantagem apontada pelo produtor gaúcho é a redução gradual dos custos de produção, embora os preços da maior parte dos insumos sejam vinculados ao dólar. “A redução dos custos é possível com o menor uso de insumos, de diesel, de herbicidas e com a manutenção de máquinas agrícolas”, informa Luce.

Na Itaguá, que neste ano terá 300 hectares ocupados com arroz irrigado em plantio direto, todas as etapas da produção são desenvolvidas com o máximo de planejamento e obedecendo às metas estrategicamente estabelecidas a longo, médio e curto prazos. Luce explica, no entanto, que esse processo é flexível e sofre mudanças quando necessário, em função das previsões climáticas e das tendências mercadológicas. “A idéia é não apagar mais incêndios em função de imprevistos”, afirma. Apesar da cultura do arroz exigir, de certa forma, um planejamento mais de curto prazo, em função do mercado altamente competitivo com os países do Mercosul, Henrique Luce considera que muitas vezes as características regionais não permitem ao produtor optar entre uma e outra cultura mais vantajosa economicamente, como é o caso de Uruguiana, onde predomina o cultivo do arroz.

Independente dos preços de mercado, o produtor paranaense Sedenei Lupatini, da Fazenda Rio Saltinho, investe há oito anos na rotação milho e soja. O milho, neste caso, ocupa sempre entre 25% e 30% da área de 85 hectares. Na colheita da safra, Lupatini se compromete com a tarefa de adquirir os insumos para a safra seguinte. “Só compro material de alta tecnologia depois de fazer uma pesquisa de preços”, afirma. Na condição de um dos pioneiros na adoção do plantio direto no Paraná, o produtor investe também no cultivo de plantas de cobertura, especialmente a ervilhaca forrageira, antes de colocar o milho no solo. De acordo com Lupatini, a forrageira é uma ótima alternativa para reter nitrogênio na terra. Com isso, ele economiza todo ano uma aplicação de uréia. Outra forma de economia encontrada e levada adiante pelo produtor é a venda da produção de milho apenas dentro da necessidade, pos-

sibilitando uma remuneração com preços mais atraentes. Enquanto o mercado não sinaliza com preços remuneradores, a safra permanece estocada. “Pela persistência na rotação de culturas, alcancei a estabilidade em termos de custos e resultados”, avalia.

De olho nos prazos

Um dos mais importantes fatores de produtividade é a época de nascimento da lavoura. Uma plantação de arroz, por exemplo, que tenha seu nascimento ocorrido no mês de outubro, ou nos primeiros 15 dias de novembro, tendo as fases de controle de inços, irrigação e velocidade de colheita manejadas de maneira eficiente, será sempre uma lavoura produtiva. De acordo com o agrônomo Rodrigo Monteiro, a partir de 15 de setembro a semeadura pode começar de forma rápida e ininterrupta, para que toda a lavoura esteja implantada até novembro.

Monteiro garante que seguindo as recomendações é possível fugir de imprevistos gerados pelo clima. “Até o final de dezembro, a curva de radiação e calor solar é crescente, coincidindo com a curva de crescimento da planta de arroz”, lembra. Se-



Para Monteiro, da Vetagro, é imprescindível que o produtor siga as recomendações técnicas

gundo ele, isso faz com que a planta obtenha a máxima eficiência em absorção de energia luminosa e de calor, fazendo com que haja um boa floração e maturação de grãos.

O início da irrigação é recomendado para a primeira quinzena de novembro, época em que o consumo de água pelo solo é pequeno e a evaporação não é tão elevada como em dezembro. “Isto propicia a redução dos custos de irrigação e um melhor controle de invasoras”, alerta Monteiro. De acordo com ele, os herbicidas apli-

cados durante o mês de outubro e primeira quinzena de novembro tendem a ser mais eficientes, pois possuem uma menor perda por evaporação no momento da aplicação, bem como perdas por volatilização e fotodecomposição, quando já estão atuando no solo e nas plantas.

O ataque de pragas dificilmente ocorre nesta época de nascimento, pois os insetos têm seu pico de infestação no final de novembro. “A prova disso são os produtores que há mais de dez anos não utilizam inseticidas, apenas usam a ferramenta de plantar na época certa”, salienta o técnico. Ele explica que o risco de ‘banhar para nascer’ é muito pequeno, pois o mês de outubro tem excelente média de chuvas. Assim, pode-se diminuir os custos de semeadura, através do uso de densidades na faixa de cinco a seis sacos por quadra de sementes de boa qualidade. Seguindo a época de semeadura, a floração da lavoura ocorrerá em final de janeiro, período em que os riscos com baixas temperaturas são pequenos.

Já a colheita será em meados de março, quando o rendimento das colheitadeiras é mais alto em função do maior número de horas de colheita por dia. “No entanto, todos os benefícios de um nascimento no mês

ESTE PNEU É UM TRATOR.

A MAIS COMPLETA LINHA DE PNEUS AGRÍCOLAS AGORA COM 7 ANOS DE GARANTIA.

Os pneus de tração diagonais e radiais para uso agrícola da Goodyear têm tudo que o homem do campo procura para colher as melhores safras e os melhores frutos. Quem procura resistência, durabilidade e a mais avançada tecnologia já sabe muito bem onde encontrar. Os pneus agrícolas Goodyear têm tração superior, maior poder de autolimpeza, melhor dirigibilidade e conforto para o operador e a tranquilidade de uma assistência técnica sempre presente no campo, assegurando um resultado perfeito em qualquer tipo de solo e de equipamento. Por isso, peça sempre Goodyear, a melhor safra de pneus agrícolas.



SAC
0800 16 16 54
SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR
e-mail: unagricola@goodyear.com



GOODYEAR

de outubro só podem ser obtidos com um bom manejo de irrigação. O tamanho ideal da planta de arroz para que se inicie a irrigação é no estágio de três folhas”, informa Rodrigo Monteiro. Prazos superiores reduzem o potencial de produtividade da lavoura, pois a planta sofre e não acumula energia de maneira adequada. “Recomendamos ao produtor que no início do plantio já esteja com seus levantes prontos, iniciando sua irrigação quando a planta de arroz chegar aos 12 dias de emergência”, diz.

Passos básicos

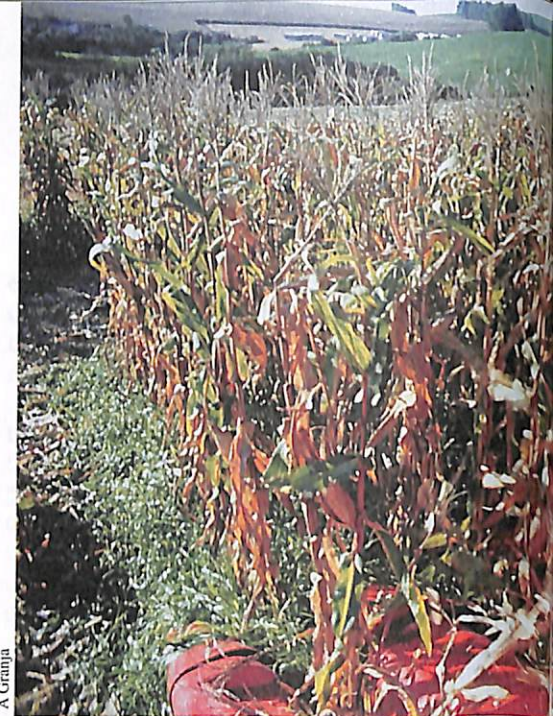
Embora o planejamento não seja uma receita de bolo, algumas premissas básicas são indicadas para qualquer tamanho de propriedade e de cultura desenvolvida. De acordo com o agrônomo Rodrigo Monteiro, da Vetagro, em primeiro lugar deve-se escolher o sistema de produção de acordo com as características da propriedade, como tipo de solo e topografia. Adotar um nível de tecnologia diretamente proporcional ao potencial de produção do solo e a capacidade financeira disponível é outra recomendação válida, que garante resultados na ponta do processo produtivo. Monteiro exemplifica: “Para solos de baixa capacidade produtiva não é possível adotar as mesmas tecnologias que um produtor com solo de maior potencial. Caso isso aconteça, os custos poderão ser incompatíveis com as produções obtidas”, diz. De

acordo com ele, isso explica porque em algumas regiões do País a produtividade pode variar em até 70%, apesar do uso de tecnologias semelhantes.

Dimensionar a área a ser cultivada, levando em consideração as fontes hídricas disponíveis, o parque de máquinas e os recursos financeiros são itens obrigatórios para quem quer desenvolver o mínimo de planejamento na atividade agrícola. Além de escolher as variedades adaptadas à região e o sistema de cultivo a ser implantado, é imprescindível realizar um bom controle de invasoras, utilizando defensivos com o critério custo-benefício e investir na adubação de cobertura, conforme o aspecto da lavoura e as condições do clima vigentes. “Recomendo ainda a monitoração constante de pragas e doenças, pois tratamentos preventivos são caros e geralmente ineficientes”, salienta Monteiro.

Entre as últimas regras “básicas” que devem ser seguidas pelos produtores, está a relacionada com as perdas na colheita e na armazenagem. “É importante evitar perdas nas colhedoras, nos meios de transporte e durante o processo de armazenagem e secagem, que devem estar de acordo com os padrões divulgados pelo Embrapa”, diz. Segundo ele, um bom controle na qualidade de secagem rende entre 5% e 8% a mais de qualidade de grãos.

Na avaliação do professor Jackson Borges, da Faculdade de Ciências Agrárias da UFPR, nas safras de verão, principalmente no milho, na soja e no arroz, o agricultor deve estabelecer cuidadosamente as suas metas de produção, produtividade e rentabilidade, além de prescrever as estratégias de produção e arrolar os recursos necessários. “Mas para isso é preciso ter o conhe-



cimento sobre o sistema, o custo de produção, o mercado de insumos e o mercado para a comercialização”, destaca Borges.

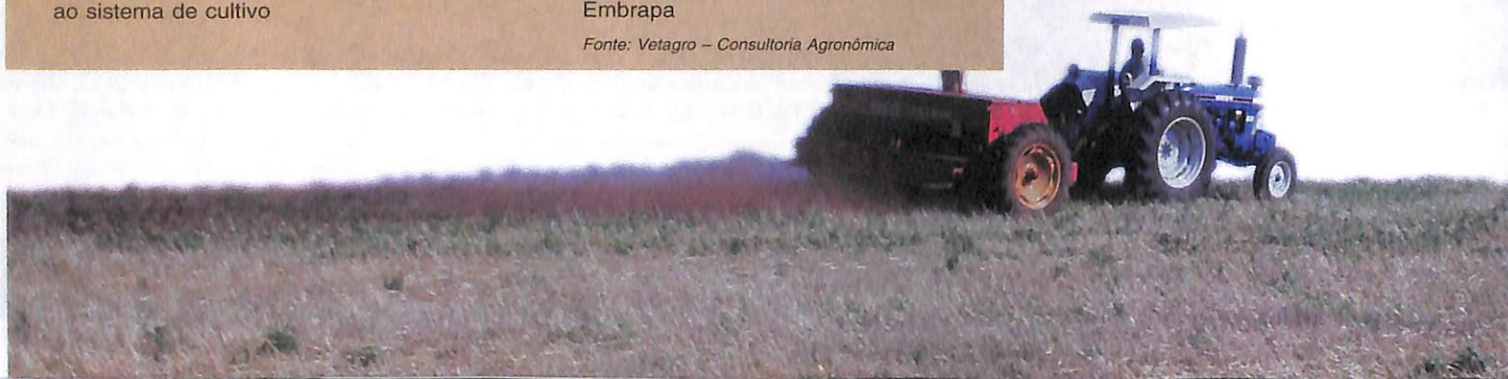
O especialista recomenda que antes de delimitar e caracterizar as áreas de exploração, deve-se estabelecer o cronograma de serviços e operações para o sistema de produção da lavoura, conforme o calendário agrícola regional. Com estas informações, o agricultor terá condições de conhecer o seu potencial de produção, os tratamentos que deve aplicar no manejo do solo e na condução da lavoura, as demandas de insumos, máquinas e equipamentos, mão-de-obra e suprimento de capital financeiro.

De acordo com Manoel Queiroz, da Scot, a decisão pela monocultura ou diversificação é parte dessa estratégia. “É impossível fazer recomendações genéricas apontando qual delas é a melhor”, garante. Cada propriedade, com o seu tipo de solo, com a sua topografia, com o seu nível de qualificação de equipe, com a sua localização em relação aos clientes diretos e centros consumidores é que deve estabelecer qual o sistema mais adequado. “Para aqueles que optarem pela monocultura, o bom é usar a seguinte fórmula: em ano de euforia, contenha-se”, afirma. O professor Jackson Borges defende a adoção da poli-

A RECEITA PARA UM PLANEJAMENTO EFICIENTE

- Escolha do sistema de produção, conforme as características da propriedade
- Uso de tecnologias proporcionais às condições produtivas do solo e à capacidade financeira do produtor
- Dimensionamento da área cultivada
- Elaboração de um cronograma de tarefas para todo o ano, focando todo o planejamento para uma época de plantio correta
- Escolher a variedade adaptada à região e ao sistema de cultivo
- Realizar um bom controle de invasoras, utilizando defensivos com critério de custo-benefício
- A adubação de cobertura deve ser avaliada conforme o “visual” da lavoura e as condições climáticas
- Monitorar sempre a existência de pragas e doenças
- Controlar as perdas, seja na colheita ou no transporte
- Usar os padrões de secagem e armazenagem estabelecidos pela Embrapa

Fonte: Vetagro – Consultoria Agrônômica





Divulgação Coopavel

Lupatini, da Fazenda Rio Salinho, investe há oito anos na rotação milho e soja

Máquinas agrícolas

cultura na propriedade. “Porém, para diversificar, o agricultor deve observar vários critérios que interagem”, informa. São eles: o interesse econômico do mercado pela cultura, a viabilidade fitotécnica da espécie na região edafo-climática, o conhecimento do sistema de produção e a disponibilidade dos recursos materiais para o manejo da lavoura, tais como máquinas, equipamentos e insumos especiais. “Podemos incluir também a aptidão cultural do produtor”, destaca. Segundo Borges, inúmeros programas estatais fracassaram porque não consideraram o elemento humano quanto a sua cultura e capacitação.

Na mecanização agrícola, as operações devem ser planejadas segundo as demandas da propriedade. Para isso, o produtor deve ter conhecimento das várias etapas que compõem o sistema de produção e, a partir daí, estabelecer o cronograma de operações de acordo com o calendário agrícola regional e a demanda de máquinas e equipamentos. “Isso significa que ele vai dispor no momento certo e equipamento no tamanho adequado”, afirma Jackson Borges, da UFPR. Não deve haver falta ou

excesso de potência ou capacidade. “Equipamento ocioso é manter os encargos de propriedade, depreciação e juros sem ter onde ratear”, diz Borges. Já a falta pode significar custos de oportunidade, isto é, não concluir as operações no tempo correto segundo o calendário agrícola. “Nos dois casos há prejuízo, mas o mercado oferece uma vasta gama de opções”, salienta. Segundo ele, o produtor não deve basear sua aquisição em critérios subjetivos, mas em bases técnicas, de acordo com o seu planejamento como empresário rural.

Nas operações que antecedem o cultivo, existem vários erros que vêm sendo cometidos pelos produtores rurais. E começa pela inadequação do equipamento. O produtor, ao não conhecer as demandas da operação – potência, tempo, capacidade operacional – não consegue dimensionar o equipamento quanto ao número de tamanho. “É comum ver em propriedades a posse de equipamentos grandes para realizar operações que necessitam de baixa potência”, afirma.

Segundo Borges, erros também ocorrem no manejo do equipamento por operadores incapacitados, reduzindo o desempenho e a vida útil da máquina. O técnico toma como norma a impossibilidade de se iniciar um ciclo de cultivo com o parque de máquinas e equipamentos em condições operacionais precárias. Durante a entressafra, o produtor deve recuperar as máquinas, já que o risco de falha durante o curto espaço de tempo que dura a operação pode lhe custar muito em termos de perdas por oportunidade. 

TECNOLOGIA EM EVOLUÇÃO



IMASA

PLANTIO DIRETO

Av. Davi José Martins, 884 - Ijuí - RS - Fone: (55) 3332-1000 - www.imasa.com.br

MUITO BARULHO POR NADA

Ao anunciar em julho a liberação para plantio e comercialização de cinco variedades de sementes de soja geneticamente modificadas, o governo federal deu início a mais um round da luta pela legalização dos transgênicos no Brasil. De um lado do ringue, Ministério da Agricultura, Embrapa, produtores de sementes, cientistas e agricultores. Do outro, Ministério Público e entidades de defesa do consumidor

Texto e fotos: Ana Esteves



Chegou perto, mais ainda não foi desta vez que o Ministério da Agricultura e do Abastecimento conseguiu a liberação do cultivo e da comercialização da soja *Roundup-Ready* (RR) da Monsanto, no Brasil, a mesma que há três anos deu início à polêmica. O anúncio da iminente legalização, divulgado no mês de julho, causou grande alarde e reacendeu as discussões sobre as vantagens e as desvantagens de se plantar soja transgênica em terra *brasilis*. O alvoroço foi generalizado e mobilizou cientistas, entidades ligadas aos agricultores, produtores de sementes e direitos do consumidor de norte a sul do País. Opiniões favoráveis e contra foram novamente postas na mesa, as velhas indagações sobre os benefícios econômicos e possíveis prejuízos para a saúde do homem e do meio ambiente também voltaram à tona. Porém, os ânimos se acalmaram com a constatação de que tudo ainda depende da decisão da justiça. Resultado: o Brasil, último reduto de área livre de transgênicos do mundo, continua em compasso de espera.

Uma das únicas novidades, anunciadas no mês passado, foi a suspensão parcial da liminar que proibia testes com transgênicos. A decisão do juiz João Batista Moreira, do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região (DF), permitirá que a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) emita parecer prévio conclusivo sobre biossegurança para a realização de experimentos com sementes modificadas. A liminar foi concedida pela 14ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal na ação civil pública de autoria do Ministério Público Federal.

Fortalecido pela Medida Provisória (MP) 2.137/2000, que criou oficialmente a CTNBio, e pelo Decreto 3.871, que regulamentou a rotulagem de alimentos com percentual acima de 4% de Organismos Geneticamente Modificados (OGM), o ministro da Agricultura, Marcus Vinícius Pratini de Moraes, prometeu liberar cinco tipos da soja RR resistentes ao glifosato. A alegria durou pouco. A reação do Ministério Público e do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) foi imediata, já que a medida do governo estaria “atropelando” a decisão da justiça. “Até o momento, uma sentença da 6ª Vara da Justiça Federal, datada de setembro de 1998, que proíbe os transgênicos em todo o País, continua valendo e não pode ser tornada inócua por uma medida provisória, passando por cima de uma decisão judicial, da Constituição, das leis do meio ambiente, saúde e de defesa do consumidor. Foi uma atitude precipitada”, ataca o consultor técnico do Idec, Sezifredo Paz. Segun-

do ele, enquanto houver decisão judicial, confirmada em segunda instância, o governo não poderá liberar a venda de soja RR, sem atender às condições determinadas pelo juiz.

Precipitado ou não, o anúncio do ministro Pratini de Moraes foi respaldado pela consultoria jurídica do ministério, que após a publicação da MP 2.137, que em dezembro passado criou oficialmente a CTNBio, entendeu que a mesma estaria amparada por lei para conceder parecer ou vetar decisões governamentais relacionadas aos produtos transgênicos. Ou seja, a partir de então, as ações passadas da entidade estariam convalidadas, entre elas a publicação do parecer favorável às variedades de soja da Monsanto.

A lei de biossegurança, de 1995, não dava aval a CTNBio, pois o governo, na época, vetou os parágrafos 5º e 6º da lei, que justamente tratavam disso. Mas a MP reparou a falha. Com base no sinal verde da CTNBio é que o ministério pretendia anunciar as novas regras para os transgênicos. Além disso, a publicação no Diário Oficial do Decreto 3.871, que define a rotulagem de transgênicos nos produtos alimentícios, a partir do patamar de 4%, deu novo fôlego ao governo, que entendeu ter superado pelo menos duas pendências judiciais: a aprovação das normas de avaliação de risco para a saúde e as regras de rotulagem.

Tudo em vão. No entendimento dos técnicos do Idec e do Ministério Público,

o processo continua incompleto. “O parecer da CTNBio é muito vago e inconsistente. Exigimos que as normas para avaliação de risco para a saúde sejam reavaliadas”, destaca Paz.

A secretária-executiva da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, Cristina de Albuquerque Possas, rebate as afirmações do Idec sobre a idoneidade dos testes realizados pela entidade. “Toda a análise do processo é feita por cientistas de alto nível internacional. O nosso trabalho é extremamente minucioso: tivemos inúmeras idas e vindas e somente após um estudo detalhado apresentamos o parecer científico favorável à soja da Monsanto”, afirma Cristina.

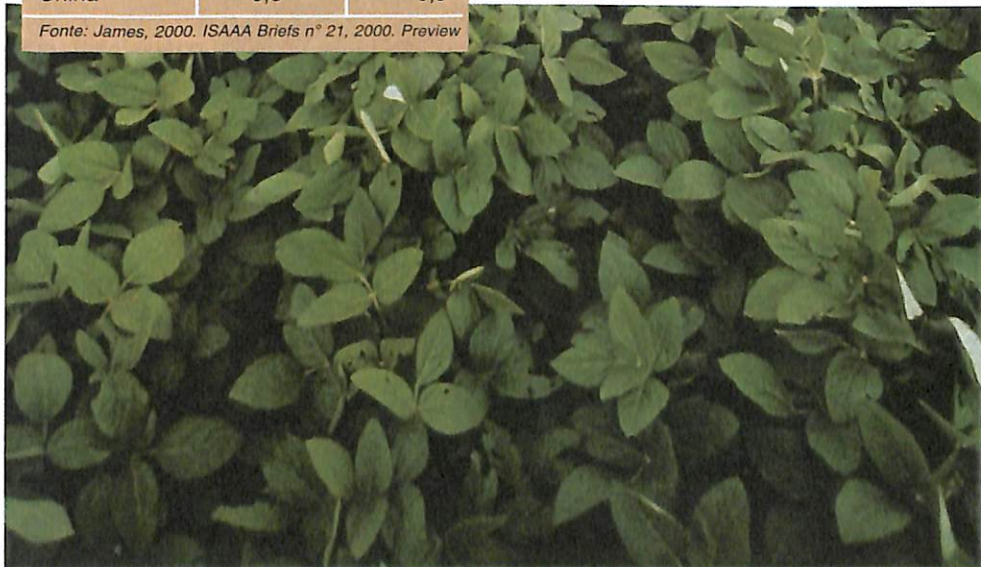
Segundo ela, pelos dados que constam na literatura nacional e internacional sobre transgênicos, e pelos experimentos realizados, foi possível concluir que o plantio da *Roundup-Ready* pode ser realizado, pois apresenta riscos mínimos à saúde humana, animal e ao meio ambiente. “Estamos com a nossa missão cumprida”, ressalta.

O Idec considera o parecer da CTNBio superficial. “Além disso, existe um novo processo correndo na justiça contra o patamar de rotulagem proposto pelo ministério, que no nosso entendimento desrespeita os direitos dos consumidores, que têm todo o direito de saber o que estão ingerindo, sem limite de percentagem”, destaca Paz. De acordo com ele, mesmo que estas duas etapas estivessem realmente vencidas, ficaria faltando a realização dos Estudos de Impacto Ambiental (Eia-Rima), que ainda estão sendo definidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). “Neste momento, a questão dos transgênicos passa por uma fase de moratória judicial”, declara Paz. Em contrapartida, a assessoria

ÁREA GLOBAL DE TRANSGÊNICOS (EM MILHÕES DE HECTARES)

Países	1999	2000
EUA	28,7	30,3
Argentina	6,7	10,0
Canadá	4,0	3,0
China	0,3	0,5

Fonte: James, 2000. ISAAA Briefs n° 21, 2000. Preview



A Granja



CRESCIMENTO DA ÁREA GLOBAL DE TRANSGÊNICOS (1996 A 2000)

Ano	Hectares*
1996	1,7
1997	11,0
1998	27,8
1999	39,9
2000	44,2

*milhões

Fonte: James, 2000

de imprensa da Monsanto afirma que os estudos já foram encaminhados.

Frente a isso, o governo recuou. Procurada pela reportagem da revista **A Granja**, a assessoria de imprensa do Ministério da Agricultura e do Abastecimento informou que o ministro não se pronunciará até que seja divulgada a decisão final da justiça.

Moratória branca

Mas o governo não está só neste momento de espera e expectativa. No aguardo da decisão judicial e torcendo pela liberação dos organismos geneticamente modificados, também estão as entidades ligadas aos produtores de sementes e agricultores. “Nós acreditamos na CTNBio, com técnicos de elevado conhecimento sobre biotecnologia. É uma pena que as entidades tenham feito tantos questionamentos e nos colocado nesta situação de moratória branca”, afirma o diretor-executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Sementes (Abrasem), João Henrique Hummel Vieira. Para ele, as dúvidas sobre a possibilidade de prejuízos ao meio ambiente são infundadas. “A soja é uma planta exótica no Brasil e seria praticamente impossível ocorrer um cruzamento ou ‘contaminação’ a campo entre uma soja modificada e outra convencional. Além disso, a reprodução é feita com a planta fechada, que tem um pólen muito denso, ou seja, não é facilmente levada pelo vento”.

A professora do Departamento de Genética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Maria Helena Zanettini, reforça o argumento de Hummel. “Em primeiro lugar, a planta transgênica não é uma novidade, não vai se comportar diferente das plantas da mes-

ma espécie. O sistema reprodutivo e a biologia da planta não mudam. A soja, se for modificada, não vai passar o gene simplesmente porque aqui no Brasil não existem espécies que cruzem com a soja. Essa história de fazer estudo de impacto ambiental é irrelevante no caso da oleaginosa, já que a probabilidade de cruzamento é de 1% e depende da distância das plantas”, contesta.

Contrabando

O diretor-executivo da Abrasem vai mais além e afirma que a liberação dos transgênicos é uma questão de vida ou de morte para o setor de sementes. “Muitos produtores estão abrindo mão do nosso produto e optando pelas transgênicas contrabandeadas da Argentina. Se não liberar logo, o Rio Grande do Sul, por exemplo, poderá ter 2 milhões de hectares plantados com sementes ilícitas na próxima safra, muitas já multiplicadas no País”, argumenta.

Segundo Vieira, se a soja modificada não for liberada, em três anos o plantio ilegal poderá alcançar 60% da área nacional. “A cada safra aumenta a área irregular no RS e, em bem pouco tempo, as sementes estarão sendo levadas para Estados vizinhos, como Santa Catarina e Paraná”, prevê. Na opinião de Vieira, a situação é preocupante, pois, mesmo estando proibido, os consumidores acabam ingerindo produtos elaborados com sementes

não fiscalizadas.

Sezifredo Paz, do Idec, rebate e afirma ser um absurdo defender a liberação usando como argumento a questão do contrabando. “É como liberar uma droga só porque ela está entrando ilegalmente no país”. Para ele, cabe às autoridades fiscalizar e punir os agricultores que plantam transgênicos ilegalmente. “Isto é uma atribuição da Polícia Federal. Parece que a Abrasem torce para que aumente o plantio clandestino”, polemiza.

O vice-presidente da Confederação Nacional dos Agricultores (CNA), João Bosco Umbelino dos Santos, declara que a entidade também tem uma posição favorável ao plantio e comercialização da soja RR no Brasil. “Este comentário de que, no Rio Grande do Sul, existe uma área significativa plantada com sementes modificadas, trazidas de contrabando da Argentina, só nos leva a crer que a legalidade seria imprescindível para evitar a informalidade, que nos deixa vulneráveis a materiais sem inspeção”. Umbelino, que também é presidente da Federação dos Agricultores de Goiás (Faeg) e presidente da Comissão Nacional de Grãos, Fibras e Oleaginosa da CNA, considera plenamente possível conciliar o plantio de soja modificada com a convencional. “Temos extensão territorial suficiente para cultivar A, B ou C, além de uma grande diversidade de clima e condições geográficas perfeitas, sem falar que podemos aumentar a competitividade”.

A posição do ministro Pratini de Moraes, de abrir o Brasil para produtos transgênicos, está baseada em rigorosas avaliações, entre elas a criação de um sistema de certificação da soja convencional, que a diferenciará das modificadas. A soja RR deverá se estabelecer como commodity, permitindo que os grãos convencionais tenham um valor agregado no mercado internacional.

Umbelino destaca ainda que, com a liberação do plantio de organismos geneticamente modificados, será preciso rea-



Zanettini, professora da Ufrgs, coloca os embriões de soja no acelerador de partículas para um intenso trabalho de monitoramento. "É preciso deixar bem claro a importância do acompanhamento das lavouras por parte da Monsanto, como única empresa autorizada a cultivar soja RR, em

conjunto com o Ministério da Agricultura, além de cooperativas e sindicatos, utilizando todos os mecanismos de controle disponíveis, mantendo os agricultores bem orientados", argumenta. De acordo com ele, a questão da área de plantio ainda está sendo discutida. "Se fala inicialmente em 50 mil hectares, distribuídos pelas regiões brasileiras que aderirem ao plantio, como no caso aqui de Goiás. O idéia é liberar gradualmente".

Menor custo

Quanto à qualificação ou não do agricultor para produzir organismos transgênicos, Umbelino é taxativo: "O produtor brasileiro é um artista e não perdemos para nenhum país de primeiro mundo. Na verdade, somos até mais criativos. É apenas uma questão de adoção de tecnologia, já que o nível intelectual do produtor, em geral, é muito bom". Segundo ele, a vinda dos transgênicos pode ser considerada um avanço, que trará mais facilidade na condução da lavoura, pelo controle de pragas e permitirá reduzir pela metade o uso de defensivos. "É por isso também que os OGM são mais adequados no que se refere às questões ambientais, pois poluem

menos. Além disso, a nova tecnologia trará vantagens econômicas, com lucros de 15% a 17%", informa Umbelino. João Henrique Hummel Vieira vai mais adiante e afirma que, com os transgênicos, o Brasil reduziria os custos de produção dos agricultores de R\$ 75,00 a R\$ 100,00. "Ou seja, a sociedade perde R\$ 1 bilhão ao ano com a proibição", alerta.

Segundo Maria Helena Zanettini, existem vários estudos mostrando uma considerável redução no uso de defensivos. "Tem um estudo feito no México que mostra que o uso de pesticidas no tomate e no algodão diminuiu mais de 80%, de 1990 para cá. O número de aplicações diminuiu de seis para duas", explica. De acordo com a assessoria de imprensa da Monsanto, estudos realizados com a soja *Roundup-Ready* demonstram que, em função da menor dependência de herbicidas e do menor número de operações na lavoura, foi registrada uma redução nos custos de produção na ordem de 15%, diminuição no uso de combustíveis de 20% a 40%, redução da erosão do solo em 90% e redução do nível de impureza dos grãos colhidos em 33%. Além disso, é possível obter um crescimento médio de produtividade de até 10%, o que representa um

Quem produz tem a sua marca

A Farsul vem defendendo os interesses dos produtores rurais gaúchos, estando presente nos mais representativos acontecimentos do setor. Sua atuação envolve todos os segmentos da agricultura, representando todas as produções de lavoura e de pecuária de todo Estado.

Nos 74 anos de existência a Farsul vem construindo sua trajetória, deixando gravada em sua história a marca forte de quem produz. A marca da Farsul.





Bacaltchuk, da Embrapa Trigo: "o importante é dominar as tecnologias de genes qualitativos"

acréscimo de até 4,93 sacas de 60 kg por hectare. Sobre a questão da possível liberação da soja RR no País, a empresa preferiu não se pronunciar.

Para o chefe-geral da Embrapa Trigo, Benami Bacaltchuk, se o Brasil não entrar logo neste mercado, estará cada vez mais atrasado no que se refere à competitividade de custo de produção. "Se me perguntares se precisamos da soja *Roundup-Ready* da Monsanto, minha resposta é não. Precisamos é dominar as tecnologias de genes qualitativos". Segundo ele, toda a tecnologia que diminui o esforço físico se sobressai e quando se fala em transgênicos, os agricultores ponderam: "Se usar um herbicida posso me intoxicar, contaminar o solo, além de gastar 20% a mais do que se usasse soja modificada, por isso é preciso discutir a exequibilidade dos transgênicos", completa.

Ciência x ideologia

Mas afinal, os organismos geneticamente modificados fazem mal à saúde? Podem prejudicar o meio ambiente e até mesmo causar alergias e câncer? De acordo com a professora da UFRGS, até hoje não existem indicações de danos à saúde ligados diretamente aos transgênicos e também nenhum prejuízo ambiental. "As primeiras plantas modificadas surgiram em 1983, com um tabaco transgênico, e os estudos a campo vieram logo após com um tomate, mas a primeira liberação para consumo ocorreu em 1994. Ou seja, passaram-se dez anos para que houvesse a liberação deste tomate". Dados como estes

comprovam que, entre a obtenção de um produto no laboratório e a sua comercialização, os cientistas levam de 12 a 14 anos. "São feitos muitos testes até chegar ao consumidor final. A soja RR foi aprovada para comercialização nos Estados Unidos, Canadá Austrália e Argentina, justamente porque não há indicação de riscos". Segundo ela, as pessoas têm uma visão muito equivocada dos transgênicos. "Uma vez me disseram que eu era louca, pois estava colocando uma bactéria dentro de uma planta de soja e isso não existe, não é assim que funciona. É por aí que percebemos como as pessoas estão desinformadas sobre o processo de elaboração de um produto modificado", conta Maria Helena.

Para o chefe da Embrapa, empresa que cultiva 60 hectares de área experimental com transgênicos, as discussões sobre produtos geneticamente modificados ficam muito na esfera ideológica, mascarada pelas questões ambientais. "Lá no fundo é tudo ideologia. Temos excesso de informação e pouco conhecimento e suporte do que é realmente científico. Não existe tecnologia sem risco, não existe vida sem risco, e aí fica esta comoção social sobre os riscos".

Na opinião da professora e pesquisadora da UFRGS, existem muitas informações conflitantes, confusões com transgenia em plantas e clonagem humana, por exemplo. "Uma coisa não tem nada a ver com a

outra e a transferência de genes de um organismo vegetal para outro tem sido feita desde 1900, para dar maior resistência às doenças e insetos, realizando cruzamentos em laboratório entre espécies selvagens, ou seja, espécies próximas, não trabalhadas pelo homem, e espécies cultivadas, que ao longo do tempo perderam suas características. E este método nunca foi contestado". Agora, a polêmica gira em torno da transgenia através do método molecular. "Posso retirar o DNA de tecidos vegetais, que pode ser cortado com o que chamamos de tesouras biológicas, ou enzimas. Separamos os pedaços em um gel, marco a parte que me interessa e coloco dentro da planta".

Maria Helena diz que um dos métodos mais utilizados é o *Agrobacterium*, feito através de uma bactéria de solo. "Os cientistas observaram que ela produzia tumores nas plantas, inserindo seus pró-

prios genes no genoma – conteúdo total de material genético de um organismo – da planta para se nutrirem. Se estes genes fossem removidos, qualquer gene de interesse poderia ser colocado em seu lugar e, através do sistema mediado pela bactéria, ser integrado ao genoma da planta. Ou seja, não coloco uma bactéria na planta, mas a utilizo como veículo para incluir um gene que melhore este organismo", explica a professora. O outro método, também utilizado em todo o mundo, é o bombardeamento com microprojéteis. Nele, o gene é colocado ao lado de micropartículas de ouro ou tungstênio, para que o DNA "grude" nestas bolinhas, que são aceleradas e inseridas dentro da planta. "Temos o nosso próprio acelerador de partículas, criado aqui na UFRGS, utilizado para bombardear as células e criar organismos geneticamente modificados".

Alimento para o mundo

Outro fator importante quando o assunto são os organismos geneticamente modificados é a possibilidade de, num futuro remoto, eles suprirem a carência alimentar da população mundial. "Esta é uma questão que as pessoas não conhecem e não levam a sério. Se nós utilizarmos o ano de 1995 como referência, até

DEMANDA MUNDIAL PROJETADA (MILHÕES DE TONELADAS) PARA CEREAIS			
	1995	2025	déficit
Países industrializados	704	830	126
Em desenvolvimento	1.072	1.751	679
Mundial	1.776	2.581	805

2025 precisaríamos aumentar 45% a produção de cereais, passando de 1.776 milhões de toneladas para 2.581 milhões de toneladas para suprir a demanda mundial", destaca Maria Helena Zanettini. Segundo ela, tal façanha só poderia ser cumprida com o aumento de produtividade e não de área. "Aumentaríamos apenas 7% da área. Os outros 93% seria em produtividade, com a ajuda dos transgênicos". A professora conta que já existem experimentos como no caso da planta *Arabidopsis*, que teve um gene, o *Leafy*, isolado e passado para outras plantas, resultando em aumento extraordinário de produtividade. "Este gene controla o florescimento e foi inserido no citrange, uma variedade de laranja que levaria de cinco a sete anos para florescer e que com ele, floresceu em um ano. Até mesmo o arroz teve uma modesta alteração no processo, o que em bem pouco tempo possibilitará duas safras anuais, já que esta cultura tem um ciclo menor", conclui. ■

VALTRA

www.valtra.com.br

Potência e Parceria



Tratores Combinados Valtra

As necessidades dos clientes são variadas. Somente tratores produzidos de acordo com as especificações do cliente podem satisfazer cada necessidade individual.

Você pode especificar as características e equipamentos do seu trator. Nós vamos montar seu trator exatamente como você pediu. Seu trator personalizado lhe será enviado diretamente da fábrica. O trator combinado é um sistema exclusivo da **Valtra**, a pioneira mundial em tratores personalizados.

Valtra - Sempre fiel a você.
Nossos clientes reconhecem a superioridade.


JUBILEUM
1951-2001

Valtra do Brasil S/A

Rua Cap. Francisco de Almeida, 695
CEP 08740-300
Mogi das Cruzes - SP
Ligue grátis: 0800-192211
e-mail: falecom@valtra.com

PARTEK

A Valtra é uma empresa do Grupo Partek.

QUANDO O INIMIGO NATURAL VALE OURO

*A partir da introdução da vespa *Ageniaspis citricola* nos pomares do País, a população da larva minadora dos citros reduziu em até 90%. Os resultados obtidos com o controle biológico são os mais animadores, e a expectativa é que, se tudo correr dentro do previsto, a praga possa entrar em equilíbrio dentro de mais alguns anos*

José Renato de Almeida Prado

Uma das pragas mais conhecidas da citricultura, a larva minadora dos citros, pode ter encontrado no controle biológico um adversário à altura para conter seu avanço nos pomares brasileiros. Em menos de dois anos, a população da larva teve uma redução significativa, de até 90%, motivada pela introdução de seu inimigo natural, a vespa *Ageniaspis citricola*, importada dos Estados Unidos e liberada em diversas áreas de cultivo, em São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. Os levantamentos realizados a campo têm comprovado que o controle biológico tem se mostrado eficiente, menos oneroso e tendo como uma das principais vantagens a de não provocar danos ambientais.

A vespa já foi liberada em mais de 300 pomares localizados em pontos estratégicos do Estado de São Paulo, em

alguns deles em até cinco solturas, e teve rápida dispersão. Originária da Austrália, ela já protege efetivamente os laranjais na Flórida/EUA e no Peru. A vespinha também é campeã de velocidade. Em 60 dias, avança e ocupa efetivamente laranjais num raio de até 40 quilômetros de distância do local de soltura.

Atualmente, a *Ageniaspis* está plenamente estabelecida nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, tendo conseguido uma adaptação melhor do que a esperada pelos pesquisadores. “Os insetos se desenvolvem com facilidade e rapidamente, e o parasitismo também se dá num ciclo curto”, comenta o agrônomo Pedro Yamamoto, pesquisador científico do Fundo de Defesa da Citricultura (Fundecitrus).

Segundo o pesquisador, a vespa ocasiona um índice de parasitismo da lar-

va minadora de 30% a 90%, dependendo das condições de manejo do pomar, proporcionando um eficiente controle da praga. “Em algumas áreas, onde é feito o manejo integrado de pragas, o resultado do parasitismo pode chegar a 95,4%”, atesta.

LIBERAÇÕES

Os primeiros resultados observados pelos pesquisadores mostraram que os insetos estão se adaptando bem aos pomares onde foram liberados e estão se reproduzindo, o que indica o sucesso do programa. Além da drástica redução da população da larva minadora, o controle biológico tem interferido diretamente nos índices de contaminação do cancro cítrico que, conforme o último levantamento feito pelo Fundecitrus, caiu mais de 50% em relação ao ano anterior. Acrescente-se a esses dados outro fato extremamente positivo e relevante: os investimentos no programa até agora não somaram mais do que R\$ 100 mil – um custo considerado baixíssimo, levando-se em conta todos os benefícios que têm trazido até agora para a citricultura nacional.

De acordo com Yamamoto, o trabalho de liberação das microvespas é relativamente simples. Após a reprodução em laboratório, elas são colocadas em gaiolas com folhas infestadas pela larva minadora, onde parasitam a praga. Em seguida, são levadas para o pomar em tubos ou copinhos plásticos protegidos com tela. Esses recipientes são fixados nos galhos das árvores, e, alguns dias depois, os adultos emergem e se espalham pelos talhões.

A vespinha parasita o ovo e o primeiro estágio de desenvolvimento da larva minadora. O processo de desenvolvimento larval da minadora continua, oferecendo alimento à larva da *Ageniaspis*, até na fase de pupa (último estágio larval), quando a vespa mata o hospedeiro.

O professor José Roberto Postali Parra, do Departamento de Entomologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), de Piracicaba/SP, diz que o controle biológico da larva minadora com a vespa tem sido um sucesso. Ele comenta que a liberação das microvespas é inoculativa em pequenas quantidades. “Trata-se do controle biológico clássico, em que se libera em doses homeopáticas”, exemplifica.

Para que o parasitismo seja bem-sucedido, alerta Parra, é preciso, natural-



Yamamoto, pesquisador do Fundecitrus: o resultado do parasitismo pode chegar a 95,4%

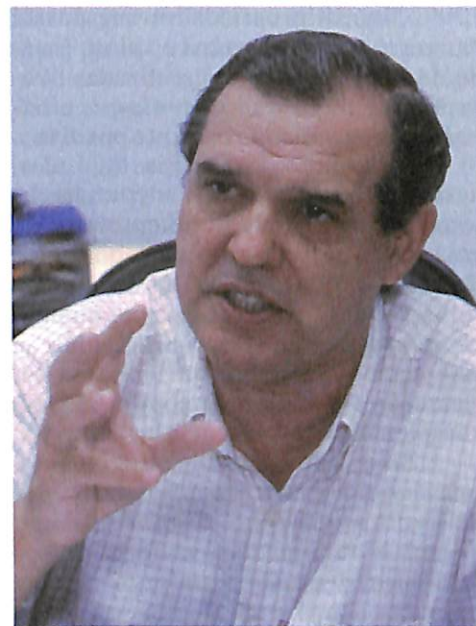
mente, que se faça presente o minador, que tem seu período maior de desenvolvimento no início da primavera, quando é observado o estágio inicial das brotações das plantas cítricas.

INSETO RÚSTICO

O laboratório da Esalq também promoveu liberações em diversas áreas produtoras de citros no Estado de São Paulo, a partir de outubro de 1998. “Observamos que a vespa *Ageniaspis citricola* é rústica: em algumas áreas, mesmo com produtos químicos, ela prosperou”, declara o professor Parra. Segundo ele, o controle biológico tem sido mais eficiente em regiões úmidas, nas quais o inseto se adapta melhor.

Conforme Parra, embora a vespa ponha um ovo sobre cada ovo da praga ou sobre o estágio inicial da larva minadora, acabam nascendo de duas a dez vespas, já que seus ovos formam vários embriões. “São insetos poliembriônicos”, diz o pesquisador. Ele informa que, desde outubro de 1998 até abril deste ano, o laboratório da Esalq já produziu entre 250 e 300 mil vespas. Desse total, cerca de 80% foram liberadas no campo; o restante serviu para a criação de manutenção. Foram produzidos aproximadamente 10 mil insetos por mês, embora a capacidade do laboratório seja bem superior a isso.

As liberações foram aleatórias, conforme o pesquisador científico da Esalq. Comumente se levava aos pomares algumas folhas contendo entre três e cinco pupas. A grande maioria das libera-



Parra, da Esalq, destaca que o controle biológico é um sucesso

ções, contudo, foi feita com os insetos adultos. “Essas liberações ocorreram em todas as regiões citrícolas de São Paulo, Goiás, Minas Gerais e, em menor escala, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul”, comenta. A produção de vespas na Esalq, segundo José Roberto Parra, deve prosseguir por até mais um ano, para que se repitam as solturas nas áreas onde não houve total adaptação do inseto.

Os pesquisadores do Fundecitrus, a Embrapa, a ESALQ/USP e a empresa de consultoria Gravena Manejo Ecológico trouxeram da Flórida/EUA, em agosto de 1998, 400 espécies adultas da microvespa *Ageniaspis citricola*, inimigo natural da larva minadora dos citros. Tão logo chegaram ao Brasil, as vespas permaneceram em quarentena no Laboratório Quarentenário Costa Lima, no Centro Nacional de Pesquisas do Meio Ambiente da Embrapa, em Jaguariúna/SP.

Após o período de quarentena e a fase de multiplicação dos insetos, nos laboratórios da ESALQ/USP, em Piracicaba/SP, e Gravena Manejo Ecológico, em Jaboticabal/SP, onde continuam sendo criadas, seus primeiros lotes foram liberados no início de outubro daquele ano.

RECUPERAÇÃO

A Fischer S/A Agropecuária, com sede em Matão/SP, grande produtora de laranjas para a indústria de suco e de frutos *in natura*, vem fazendo o controle biológico da larva minadora desde

1999. Nas 18 propriedades que possui nas regiões norte, centro e sul do Estado de São Paulo, foram realizadas liberações da microvespa *Ageniaspis citricola*, com resultados bastante positivos.

Segundo Elton Carlos de Leão, agrônomo e supervisor do departamento técnico da Fischer, a empresa utilizou material produzido no laboratório da Esalq para as solturas. “Recebemos folhas com pupas da vespa e, quando elas começaram a emergir, iniciamos as liberações”, afirma ele. “Felizmente, estamos tendo sucesso com a vespa”, complementa.

A Fischer fez uma amostragem para calcular o percentual médio de recuperação do parasitismo. Conforme Elton Leão, os índices variaram nas propriedades, de região para região. “Nas fazendas situadas na região sul, cerca de 35% das plantas tinham minador predado”, diz ele. “Já nas propriedades que ficam na região central, o índice de parasitismo foi de 30% e, na região norte, 15%”, acrescenta. Essas diferenças se devem às condições climáticas diferenciadas. “Nos climas mais secos, a vespa demora mais para se estabelecer, e a recuperação, conseqüentemente, é menor”, explica.

De qualquer forma, segundo avalia Leão, as porcentagens são consideradas

boas. “Tem pouco minador nas fazendas e pouca vegetação afetada”, afirma. “Isso sem contar que, com a redução da larva minadora, diminuem as possibilidades de a bactéria do cancro cítrico se instalar nas plantas”, complementa. Segundo o agrônomo, neste ano, a Fischer deve centrar as liberações da vespa nas propriedades situadas na região norte do Estado de São Paulo, onde os percentuais foram mais baixos.

MAIS PESQUISAS

Os levantamentos sobre os índices de parasitismo, realizados na Fischer S/A Agropecuária, foram remetidos para avaliação a José Roberto Parra, da Esalq, que ainda trabalha com outras linhas de pesquisa sobre o controle biológico da larva minadora com a vespa *Ageniaspis*. Para o professor Parra, há ainda muita coisa a se saber sobre esse controle e seus efeitos. “Precisamos saber ainda qual é exatamente a influência do clima, se haverá competição da vespa com os inimigos naturais nativos do minador, entre outras coisas. Tudo está sendo objeto de estudos”, adianta ele. Uma coisa, a pesquisa já tem por certo: não existe o perigo de a *Ageniaspis citricola* se transformar em uma nova praga, já que é um

parasitóide específico, ou seja, ataca apenas a larva minadora dos citros.

O Fundo de Defesa da Citricultura vai continuar financiando pesquisas e realizando novas liberações ao longo deste ano de 2001, especialmente nas regiões norte e noroeste de São Paulo, onde as primeiras solturas não foram cobertas de êxito. Pedro Yamamoto conta que o Fundecitrus tem feito intercâmbios com outras instituições de pesquisa, nos Estados do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina, para estudos mais detalhados do controle biológico.

Alguns institutos e laboratórios que multiplicam o parasitóide, como a Gravena Manejo Ecológico, já estão disponibilizando pupas da vespa para citricultores até pelo correio. Segundo Yamamoto, no caso da Gravena, o citricultor recebe junto com as pupas um manual explicativo e uma cartilha orientando como deve ser feita a soltura, que fica por conta dos interessados.

Se tudo correr certo, a larva minadora deve entrar em equilíbrio dentro de mais alguns anos. As plantas cítricas, que já têm de brigar com 875 espécies de insetos e ácaros nocivos, mais de 45 doenças já descritas e 186 raças diferentes de nematóides, certamente vão se beneficiar desse controle que, por ser biológico, é visto com bons olhos pelos ambientalistas e pela comunidade científica. “Tem sido um projeto vitorioso, e, com isso, estamos diminuindo também a incidência do cancro cítrico nos pomares”, conclui Yamamoto.

PREJUÍZOS

A larva minadora dos citros (*Phyllocnistis citrella*) foi detectada no Brasil, no início de 1996, e se espalhou, em poucos meses, por todas as regiões do país. Não tardou para que os pomares citrícolas, que já serviam de repasto a um expressivo número de pragas, sentissem seus efeitos. Ela ataca brotações novas de todas as variedades cítricas, provocando a formação de galerias em espiral nos tecidos das folhas, denominadas também de minas. Essas galerias aparecem inicialmente como um pequeno risco de coloração branca e, posteriormente, vão formando um “ziguezague” mais largo. Essas minas causam a diminuição da capacidade fotossintética da planta.

Além dos prejuízos próprios de sua infestação, que segundo relatos podem chegar a 50% na produção, a larva traz



Sintoma da larva minadora sem cancro cítrico

Divulgação



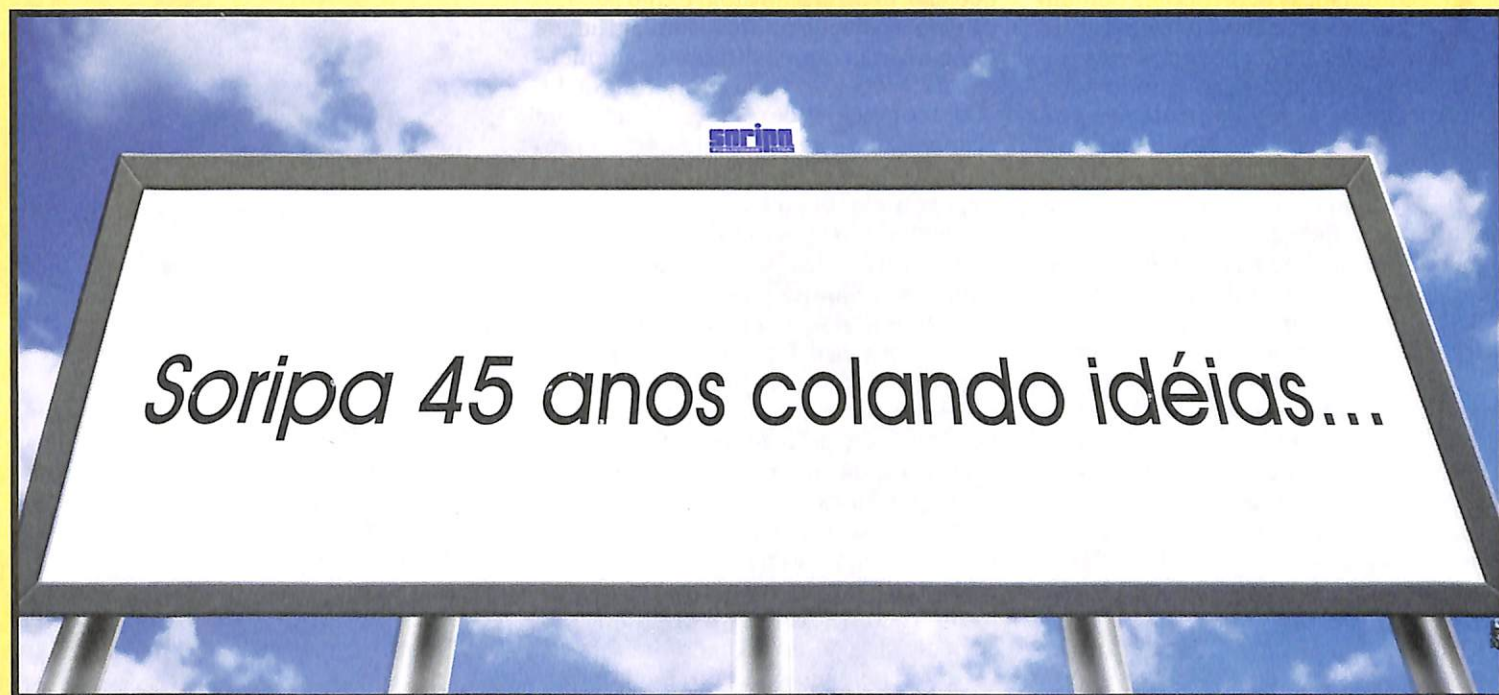
Em geral, o ataque da larva minadora se restringe às folhas

outro agravante: ao se alimentar das folhas, provoca ferimentos que servem de porta de entrada para o cancro cítrico, doença causada pela bactéria *Xantomonas axonopodis p.v.citri*, que penetra principalmente nos órgãos novos da planta cítrica. O cancro não tem cura e é disseminado de várias formas, como por meio de insetos, chuva, vento e pelos tratos culturais provocados pelo próprio homem.

Em geral, o ataque da larva minadora se restringe às folhas. Mas, quando sua população é alta, pode ser observada também nos ramos das vegetações novas e em frutos. No final da sua fase de larva, a minadora migra para a borda das folhas onde constrói um casulo que a abrigará durante a fase de pupa, até se tornar adulta. O ataque intenso na vegetação nova provoca um atraso no desenvolvimento da planta.

A fase de ovo dura em torno de três a cinco dias e a de lagarta de 16 a 18 dias. O ciclo de vida dura em média três semanas, podendo apresentar cinco ou mais gerações por ano. 

Divulgação



PAINEL RODOVIÁRIO

CARTAZES

FRONT-LIGHT

ADESIVAGEM DE FROTA

OUTDOOR

MÍDIA AEROPORTUÁRIA

PRODUÇÃO GRÁFICA

BANNER

soripa
PUBLICIDADE 1956

FONE/FAX: (051) 3338-3246

Filiada Central de Outdoor

REDE NACIONAL DE MÍDIA EXTERIOR

PESQUISADORES TROCAM DE CASA

Mesmo sem números oficiais, cresce o assédio da iniciativa privada por pesquisadores que, na maioria das vezes, estão em órgãos públicos.

Boas propostas financeiras, equipamentos modernos e projetos de ponta são atrativos para cérebros privilegiados. Outros, contudo, não arredam pé da velha casa

Paulo Mendes

As mudanças ocorridas na conjuntura do agro brasileiro, nas últimas décadas, com empresas privadas e multinacionais investindo pesado na pesquisa, principalmente na agrobiologia e informática, têm levado um bom número de pesquisadores a trocar de casa. Vestindo uma estrutura ainda semelhante à década de 70, a pesquisa pública necessita de nova roupagem, de mais recursos e caminha a passos lentos. Enquanto isso, na outra ponta, estão os altos salários, equipamentos de última geração, laboratórios modernos e pesquisas com respostas rápidas e planejadas. Para lá estão sendo pinçados os profissionais mais destacados. As vítimas são as empresas públicas de pesquisas, entre elas, a Embrapa, com 40 unidades de pesquisa em todo o País e mais de 2 mil pesquisadores de alto nível em seus quadros.

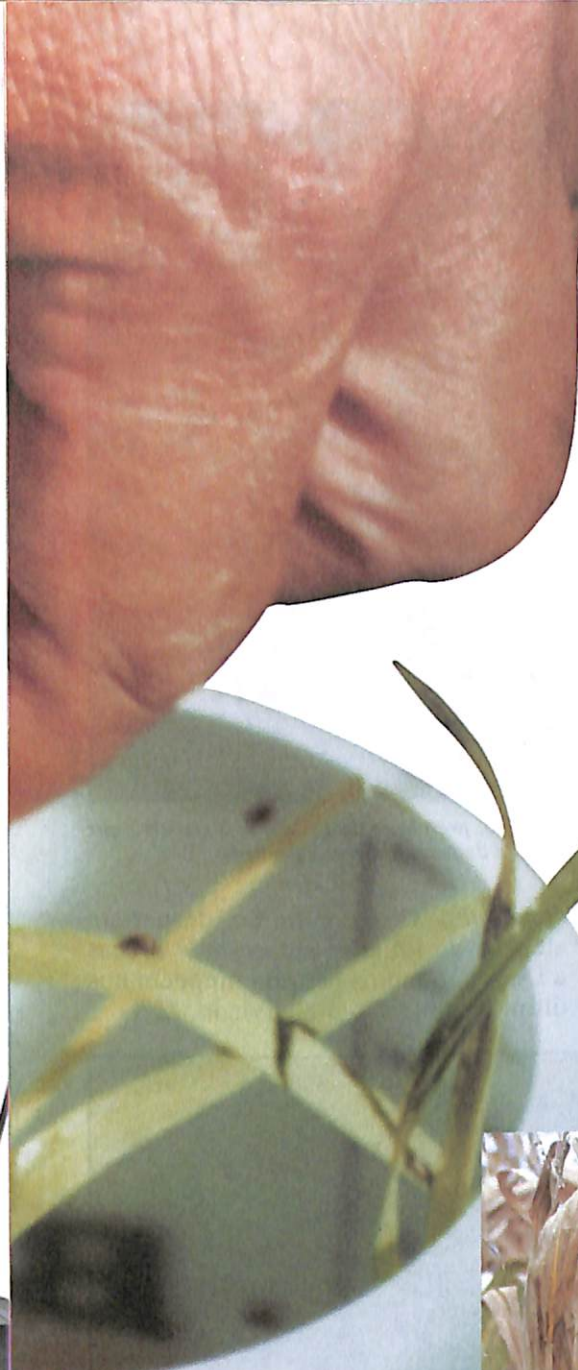
Um exemplo é o pesquisador Dirceu Gassen, que, após mais de 20 anos, deixou a unidade da Embrapa Passo Fundo e hoje está na Cooplantio, uma cooperativa de agricultores em plantio direto, com sede em Porto Alegre/RS, com 40 filiais e 12 mil sócios. Motivos? "Financeiros, principalmente", reconhece Gassen, apontando outros aspectos que também contribuíram para a sua

decisão. "A situação atual exige pesquisa para a solução prática, com agilidade em parceria com os diferentes segmentos da cadeia de cada produto. Na lavoura, a pesquisa deverá ser voltada para sistemas de produção e menos para produtos isolados", avalia o pesquisador. Segundo ele, deve haver planejamento de médio e longo prazos, especialmente nas universidades, com o desenvolvimento de pesquisa básica.

Como a pesquisa privada visa a geração de renda e o lucro, algumas áreas, como as de sementes híbridas, de medicamentos veterinários, de produtos fitossanitários, de máquinas e de fertilizantes, destacam-se com a geração de novos produtos, com o financiamento, inclusive, da pesquisa pública e treinamentos de agricultores.

Gassen diz que hoje há conhecimento que permite o desenvolvimento da agricultura e da pecuária ao melhor nível internacional; contudo, em contraste, a produção média é baixa e a maioria dos agricultores está à margem dos benefícios do conhecimento gerado pela pesquisa. "Enquanto alguns colhem mais de 3 toneladas de soja por hectare, a média no Rio Grande do Sul é de 1,5 t/ha. Outros lugares já colhem 6 toneladas de milho por hectare, enquanto ou-





tros Estados a média ainda é de 3 toneladas por hectare ou menos”, compara.

Na área de produção animal, principalmente suínos e aves, onde há forte comprometimento da iniciativa privada e a pesquisa é dirigida para respostas planejadas e rápidas, o País está entre os mais competitivos e eficientes do mundo. “Existem falhas no planejamento da pesquisa pública federal, estadual e municipal, deixando insatisfeitos os profissionais”, avalia Gassen.

RECURSOS

A maior empresa estatal de pesquisa, a Embrapa, tem dificuldade para manter os projetos de suas 40 unidades. A unidade da Amazônia Oriental, no Pará, foi obrigada, a partir de abril, a administrar os gastos, com redução de custos fixos, combustível, luz, água, materiais de escritório e serviços terceirizados de limpeza e segurança. Os recursos estão sendo obtidos com convênios e parcerias, além de leilão de imóveis da empresa e de excedentes de produção.

Segundo o chefe-adjunto de pesquisa da unidade, Miguel Simão Neto, a empresa depende de recursos do Tesouro Nacional, através do Ministério da Agricultura, mas há uma certa morosidade na liberação. Ele lembra que no

ano passado a empresa conseguiu resultados satisfatórios nas pesquisas e nenhum trabalho deixou de ser realizado. O orçamento da unidade para este ano é de R\$ 2,2 milhões e no primeiro semestre a empresa recebeu R\$ 600 mil para despesas e investimentos. “Este capital seria suficiente, caso não precisássemos quitar dívidas do ano passado, que totalizaram R\$ 360 mil”, observa. A unidade possui 26 projetos, divididos em 86 subprojetos, nas linhas de agricultura familiar, manejo florestal, agricultura empresarial e recursos naturais. “As empresas de pesquisas, para se manterem atuantes, precisam buscar, cada vez mais, parcerias na sociedade”, alerta Simão Neto.

BIOTECNOLOGIA E INFORMÁTICA

O presidente da Embrapa, Alberto Portugal, reconhece que a maior dificuldade é dar condições de trabalho, especialmente em termos de flexibilidade e agilidade, para que os pesquisadores possam usar todo o seu potencial e avançar na mesma velocidade do resto do mundo. “Hoje, as normas que regem a estrutura da pesquisa pública no Brasil estão se tornando bastante rígidas, o que é incompatível com as características de



Gassen, da Cooplantio: situação atual exige pesquisa para a solução prática, com agilidade em parceria

uma empresa de pesquisa que trabalha de forma dinâmica e que deve estar fortemente integrada ao setor privado e às instituições de pesquisa internacionais”, avalia Portugal. Segundo ele, isso exige, fundamentalmente, agilidade e flexibilidade, características da atividade de pesquisa.

O presidente da Embrapa considera, contudo, que a perda de pesquisadores é pequena. Avalia, por outro lado, que algumas saídas são inevitáveis. “Tenho observado que áreas mais dinâmicas, como a biotecnologia e a informática, estão atraindo mais pesquisadores. Nelas temos sofrido defecções”, lamenta. Mas Portugal lembra que a empresa também é alvo de interesse. “No último concurso para pesquisadores, incluindo áreas avançadas, tivemos 8,1 mil candidatos com mestrado e doutorado concorrendo. Isso mostra que realmente são áreas dinâmicas. Ao mesmo tempo que perdemos alguns cérebros, temos, de outro, a possibilidade de recrutar excelentes profissionais jovens para o setor”, analisa.

Na briga pelos melhores profissionais, o mercado obriga, muitas vezes, que empresas privadas também aumentem os cuidados com seus profissionais



Ruedell, da Fundacep: essa realidade é normal, uma contingência do mercado

que trabalham com pesquisa. Uma dessas empresas é a Fundacep/Fecotrigo, de Cruz Alta/RS. O diretor, José Ruedell, diz que ele próprio já recebeu muitos convites e sabe que a cada semana surgem oportunidades para cada um de seus 15 pesquisadores. “Como nossa estrutura é pequena, conhecemos todos eles e fica mais fácil o nosso trabalho”, observa. Ruedell considera tudo isto normal, uma contingência do mercado. Segundo ele, áreas como pesquisas de



Portugal, presidente da Embrapa, argumenta que a perda de pesquisadores é pequena

commodities, soja e milho, despertam atenção de grandes empresas. “Graças a Deus não temos perdido ninguém nos últimos tempos”, diz aliviado.

Joaquim, exemplo de fidelidade

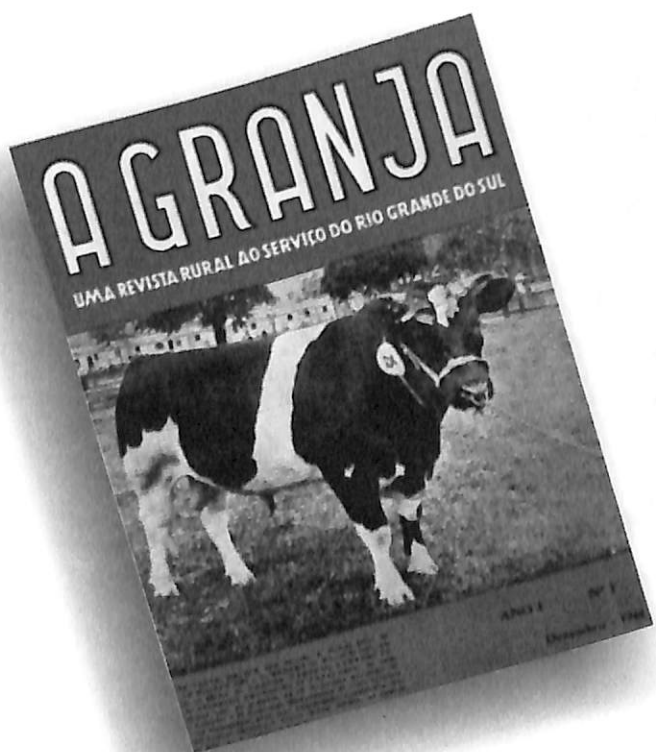
Enquanto muitos cedem ao canto da sereia, outros resistem bravamente e garantem que não deixam a empresa onde passaram toda a vida. O doutor Joaquim Geraldo Caprio da Costa (na foto), nascido em Pelotas/RS, em 1938, pode ser considerado um dos “fundadores” da Embrapa e é um exemplo de amor e fidelidade à estatal.

Em 1974, foi convidado a planejar o local onde seria instalada a unidade Arroz e Feijão, hoje em Santo Antônio de Goiás/GO. “Tive que montar a primeira equipe de melhoramento de feijão no Cerrado”, lembra o professor, que, em 1978, iniciou seu curso de doutorado, no Colégio Chapingo, na cidade do México, terminado em 1981. Joaquim diz que, embora as dificuldades da pesquisa pública, ainda é ela que faz um trabalho a longo prazo, com critérios e preocupação com o meio ambiente. “A privada visa apenas o lucro, o resto é secundário”, afirma o experiente pesquisador, hoje muito bem adaptado a Goiânia/GO, de onde não quer sair mais.

O pesquisador faz ainda críticas à educação moderna que lança no mercado de trabalho “jovens sem nenhum cacete para a pesquisa”. Para Joaquim, a maioria dos pesquisadores atualmente trabalha por necessidade, vislumbra na pesquisa uma obrigação e não uma vocação e um prazer. Ele hoje está menos ligado à pesquisa e se dedica a ensinar àqueles que estão começando. “Gosto demais, tenho muita satisfação quando encontro um menino que vibra e tem amor pela pesquisa”, confessa. Deixar a Embrapa? “Só se for para ir para casa”, conclui.



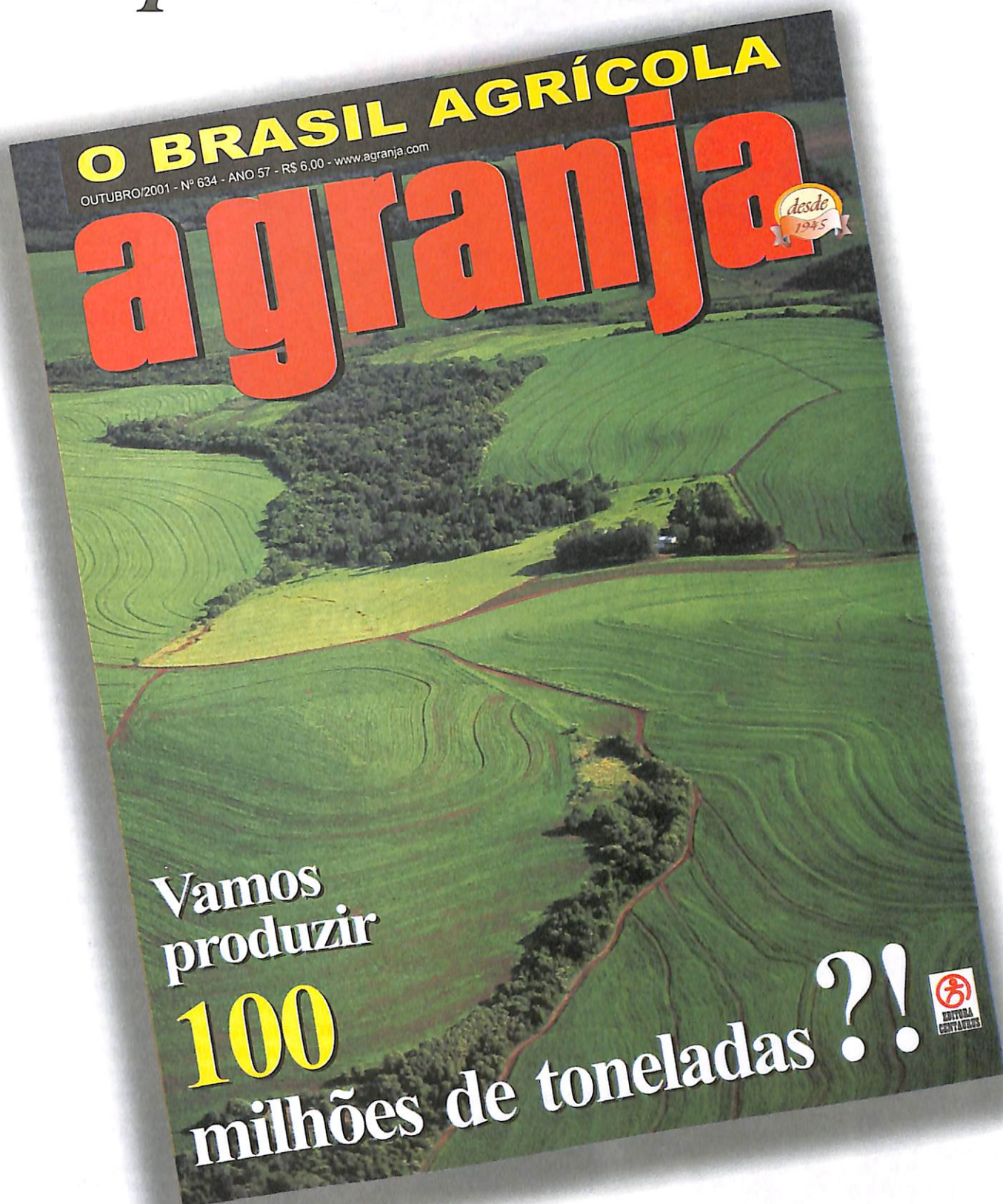
Divulgação



Desde 1945, nossa tradição é mudar.

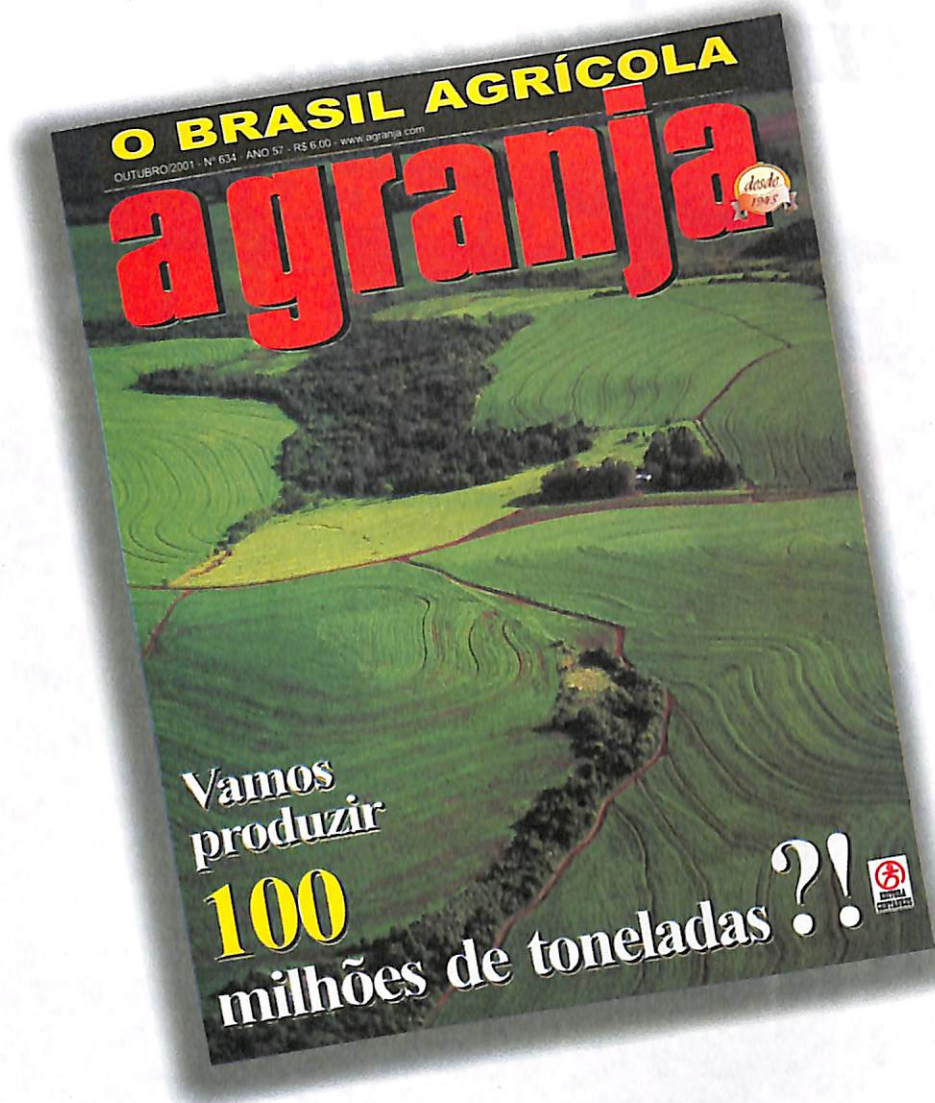
Graças à permanente renovação, A GRANJA é a revista

Em primeira mão.



nº 1 do agro.

*A nova cara
d'A GRANJA.*



**A edição de
outubro
marca um momento histórico da revista.
Exemplar de coleção.
Percebeu?**

**Maiores informações para anunciar,
solicite aqui:**

SÃO PAULO

Praça da República, 473 – 10º andar
CEP 01045-001 – São Paulo – SP
Fones/Fax: (11) 220-0488/220-0686
E-mail: granjasp@osite.com.br
Home page: www.agranja.com

RIO GRANDE DO SUL

Av. Getúlio Vargas, 1.526
CEP 90150-004 – Porto Alegre – RS
Fone/Fax: (51) 3233-1822
E-mail: mail@agranja.com
Home page: www.agranja.com

MINAS GERAIS

José Maria Neves
Fone/Fax: (31) 3297-8194
Fone: (31) 3344-9100
Celular: (31) 9993-0066
E-mail: jmneves@uai.com.br

RIO DE JANEIRO

Lobato Propaganda e Marketing Ltda.
Fone: (21) 2554-8666 – Fax: (21) 2283-1661
Celular: (21) 9958-2869
E-mail: sidney.lobato@ig.com.br

BRASÍLIA

Mídia Real Publicidade Ltda.
Fone/Fax: (61) 328-0456 - Celular: (61) 9975-2442
Fone: (61) 326-1271
E-mail: midia.r@terra.com.br

QUEDA DE BRAÇO

Embora a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) deva iniciar apenas em 2005, as discussões em torno das garantias para o comércio agrícola brasileiro já mobilizam o governo. A posição brasileira de incluir o agronegócio de forma ampla nas negociações esbarra na potência norte-americana

Luciana Radicione

O Brasil deve manter a firme posição de tratar a agricultura de forma ampla nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). O País possui interesses e demandas nas áreas de acesso a mercados, especialmente na questão dos picos e escaladas tarifárias, barreiras não-tarifárias, como cotas de importação e restrições sanitárias, eliminação dos subsídios à exportação, redução dos subsídios agrícolas e disciplinamento do uso de leis *antidumping*.

Para o pesquisador da Universidade de Georgetown, nos Estados Unidos, e professor da Esalq/USP, Marcos Jank, a Alca poderá se transformar em um excelente negócio se o Brasil conseguir impor suas condições. "O Brasil está sendo visto como o chato nessa negociação, contando com um pequeno apoio da Argentina e do Chile", afirma. Para ele, o governo brasileiro está com uma posição correta na medida em que estão sendo discutidas formas para que o comércio nacional não seja prejudicado. O que mais prejudica o País na competição com os produtos agrícolas dos EUA são os altos subsídios domésticos concedidos pelo governo norte-americano. "Os norte-americanos não querem essa negociação e consideram que essas políticas que envolvem subsídios e barreiras são assuntos para a Organização Mundial do Comércio (OMC)", salienta. Ele lembra que, nos Estados Unidos, mesmo que haja uma queda de preços no mercado internacional, o governo banca um preço mínimo para os agricultores, que sempre têm seu lucro garantido.

O ministro da Agricultura, Marcus Vi-

nícius Pratini de Moraes, condiciona a participação do Brasil na Alca à abertura das negociações para os produtos agrícolas. "Não tem sentido o Brasil e os outros países continuarem abrindo suas economias para importar produtos dos Estados Unidos, da União Européia, do Japão e de outros mercados, enquanto eles continuam concedendo subsídios ou impondo mais restrições aos nossos produtos", enfatiza Pratini. "Eles não querem comprar óleo de soja ou café solúvel, só querem comprar grão para proteger sua indústria", exemplifica.

O peso da agricultura na economia brasileira explica a posição do governo nas rodadas de negociação da Alca. Ao contrário da maioria dos países latino-americanos, o Brasil tem uma pauta de comércio bastante equilibrada em termos de origem e destino de produtos. O setor responde por 27% do Produto Interno Bruto (PIB), 25% do emprego e cerca de 40% das exportações totais do Brasil. O agronegócio foi o único segmento da economia nacional que no ano passado gerou superávit de US\$ 13 bilhões. Os demais setores tiveram déficit de US\$ 13,7 bilhões. "Esses números revelam a impossibilidade do Brasil firmar qualquer acordo, regional ou multilateral, que não contemple, de forma ampla, o agribusiness,

Jank, da Esalq/USP: a Alca poderá se transformar em um excelente negócio se o Brasil conseguir impor suas condições

sob o risco de assistirmos a um indesejável agravamento do saldo comercial e a conseqüentes desequilíbrios no balanço de pagamentos", garante Jank.

Os Estados Unidos, por sua vez, não aceitam colocar em discussão essa estratégia de apoio ao setor primário, que só no ano passado consumiu US\$ 32 bilhões do governo norte-americano. Só no caso da soja, os EUA gastaram, em 2000, US\$ 3 bilhões para garantir preços mínimos para os sojicultores. Esse montante equivale a dois terços do valor total das exportações brasileiras de soja, considerado o principal produto na pauta de exportação do País. "Não resta dúvida de que um programa rígido de corte de gastos seria o principal fator propulsor de uma reforma no atual programa de subsídios domésticos à agricultura nos EUA", afirma Marcos Jank. Na opinião do pesquisador, pressões externas oriundas de negociações multilaterais ou regionais podem ajudar no processo.

De acordo com o professor da USP, provavelmente os benefícios da Alca vão surgir no momento em que os países americanos conseguirem estabelecer um "jogo equilibrado" a partir de negociações. Uma boa alternativa, apontada por ele, seria que os Estados Unidos encarassem a Alca também como uma oportunidade para reduzir o déficit de quase US\$ 370 bilhões anuais na sua balança de mercadorias e serviços. "Acredito que a agricultura brasileira possa ser francamente ganhadora no caso da Alca, desde que sejam colocados na mesa de negociações os assuntos relativos à economia agrícola", destaca Jank. Para isso, é necessária uma nova rodada de negociações que busque uma integração equilibrada, com benefícios para os produtores de todos os países. ■



Jussara Govano

“Ainda assim, o potencial de crescimento do mercado de seguros é grande”, afirma Toledo. Desfalcado com as eventualidades climáticas que destruíram plantações e pastos diversos nos últimos dois anos, principalmente nas Regiões Sul e Sudeste (os prejuízos com a forte seca ocorrida no sul do País chegaram a 17,2%, de 25 mil contratos de seguro rural celebrados pela principal seguradora durante a safra 1999/2000), com a utilização de gran-

de parte do Fundo de Estabilidade Rural e maus negócios feitos junto às resseguradoras, foi possível perceber a necessidade de proteção dos produtores. Eles acham caro, mas sabem que precisam. É necessário apenas que o mercado se adapte às suas necessidades e crie uma estrutura melhor de prestação de serviço, menos arriscada para a prestadora. Ainda há obstáculos nesta área, mas são cada vez mais empresas lançando novos produtos ao gosto do agricultor. A Superintendência de Seguros Privados – Susep –, órgão regulamentador, no entanto, não coloca empecilhos, é bastan-

Regiões Sul e Sudeste (os prejuízos de 40 milhões de reais sofridos por produtores de milho e soja em São Paulo e Mato Grosso do Sul, e a forte seca ocorrida no sul do País chegaram a 17,2%, de 25 mil contratos de seguro rural celebrados pela principal seguradora durante a safra 1999/2000), com a utilização de gran-

te flexível nos moldes que regem à criação de novos produtos e a instalação de empresas no País. A percepção do mercado gerou várias iniciativas.

Há três anos, a Porto Seguro veio para quebrar um tabu em matéria de seguro rural: assegurar a safra completa, com margem de lucro e todo o custo implicado na plantação. No início, a empresa trabalhava apenas com modalidades criadas para o cultivo de maçã. Não demorou para que os produtos se estendessem a outras frutas, como pêssego, nectarina, figo e caqui. O que não era feito, até então, pelas outras seguradoras dominantes no País.

Uma outra inovação foi liderada pela própria Rain and Hail, que veio para o Brasil também com o ideal de cobrir o lucro do produtor, oferecendo competitividade na cobertura da safra de grãos. No caso de uma lavoura de soja, por exemplo, o prejuízo é pago sobre o valor da saca no dia e não mais sobre o cálculo de custo diário da plantação. "É preciso inovar e diversificar", diz Toledo. "Nos Estados Unidos, tem até seguro para peixe-gato criado em viveiro".

Ricardo Cardoso, gerente da Porto, também é a favor da inovação e diversificação. Mesmo

porque a empresa não tem do que reclamar: ainda que a falta de investimentos no setor seja algo preocupante, a Porto Seguro captou algo em torno de R\$ 9 milhões em prêmios de seguros agrícolas, conseguindo triplicar a estimativa de assegurados em modalidades criadas há apenas um ano. "Vale lembrar que o valor de sinistros pagos foi praticamente o mesmo dos prêmios captados", destaca Cardoso, em contrapartida, para evidenciar que os problemas ainda existem, mesmo com inovações e com um aumento do quadro de assegurados. Um dos lançamentos da Porto Seguro nesta safra foi o modelo de seguro agrícola Grupo de Risco Municipalizado (GRM) para as culturas de soja, trigo ou milho. A garantia de cobertura abrange os principais problemas relacionados à quebra de produtividade média do município: a estiagem no verão e o excesso de chuva no inverno.

Já na Rain and Hail, que promete acirrar a disputa pelo mercado de seguro rural privado, Roberto Rocha Azevedo, especialista em seguros rurais, com produtos desenvolvidos também para a Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (Cosesp), principal seguradora rural brasileira e uma empresa estatal, é o pai do novo seguro, que irá emitir sua primeira apólice ainda neste ano.

As exigências são mais ou menos as mesmas dos seguros agrícolas já conhecidos e as safras cobertas são quase todas, principalmente as que estiverem dentro do zoneamento agrícola feito pelo Ministério da Agricultura. É necessário preencher uma minuciosa proposta e um laudo técnico da fazenda. É preciso, também, seguir o calendário agrí-



Azevedo, especialista em seguros rurais: a novidade é cobrir a margem de lucro do produtor

o custo, também. A cobertura é feita com base na média histórica da produção, assegurando cerca de 75% do que será produzido, no caso de ventos fortes, chuvas excessivas ou tromba d'água, seca, geada ou granizo. O preço anual da apólice varia conforme a localidade da fazenda, pois a empresa dividiu o País em microrregiões, formulando taxas específicas de acordo com a condição socioeconômica das propriedades do local e dos problemas climáticos a que está sujeita a área em questão.

SEGMENTAÇÃO E PARCERIAS

A principal companhia de seguro agrícola no Brasil também percebeu o avanço do mercado. Como exemplo, as vendas da Cosesp no Paraná saltaram de 250 apólices, na safra 1997/1998, para, na metade do ciclo agrícola 1999/2000, atingir 18,1 mil contratos, iniciando uma curva ascendente, registrada desde que a empresa entrou no mercado paranaense, há pouco mais de três anos. A expectativa é que o volume de vendas cresça com a assinatura de um protocolo operacional entre a Cosesp e a Monsanto, prevendo cobertura para o milho safrinha. Com base nisso, a intenção do governo é adotar um sistema privado de seguro através destas parcerias e aumentar a casa dos vinte e poucos mil contratos fechados a cada safra, em todo o Brasil. Para tanto, entende que poderia ser ampliada a fonte de receitas do Fundo de Estabilidade de Seguro Rural (FESR), através de um percentual do



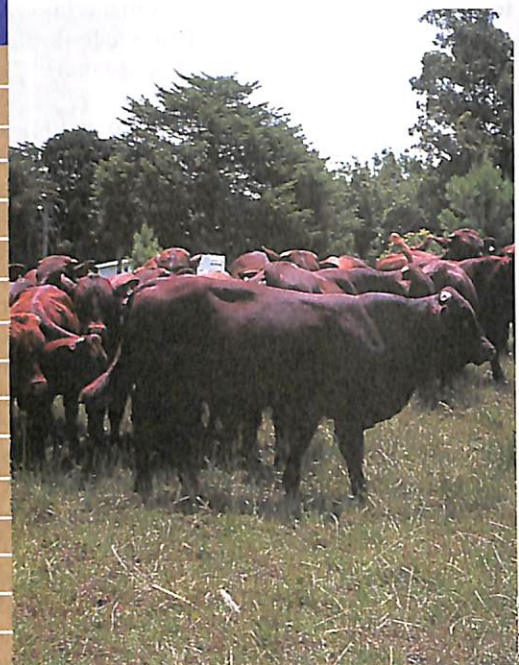
Toledo, da Rain and Hail L.L.C.: o potencial de crescimento deste mercado é grande

cola da Embrapa. Não vale plantar nada fora de hora em lugar inadequado. O uso de irrigação e outras tecnologias que minimizam os riscos de perdas na lavoura é fator que diminui os custos do seguro. Quanto maior a área assegurada, menor



QUADRO 1 – PORTO SEGURO

Idade do animal (em meses)	Taxa anual (%)		
	Básica (de vida)	Adicional	
		(transporte)	(premunição)
10 a 84	2,70	0,80	1,90
96	3,20	0,80	1,90
108	3,80	0,90	1,90
120	4,30	0,90	1,90
CUSTO DE APÓLICE			
Prêmio líquido		Valor da apólice	
(valor pago à seguradora sem adicionais)			
Até R\$ 100,00		R\$ 10,00	
de R\$ 100,01 a R\$ 200,00		R\$ 20,00	
de R\$ 200,01 a R\$ 300,00		R\$ 25,00	
de R\$ 300,01 a R\$ 500,00		R\$ 30,00	
Acima de R\$ 500,00		R\$ 60,00	
O seguro pode ser parcelado em até 11 vezes (até quatro vezes não tem juros). Limite do seguro: R\$ 250 mil por animal.			



Divulgação

QUADRO 2 – COSESP

Idade (em meses)	Taxa anual (%)		
	Básica (de vida)	Adicional	
		(transporte)	(premunição)
10 a 120 (semiconfinado e criação extensiva)	3,50	1,0	3,0
10 a 120 (confinado)	2,50	1,0	3,0
A Cospes tem custo único por apólice: R\$ 20,00. O parcelamento pode ser feito em até 7 vezes, desde que a parcela não seja inferior a R\$ 50,00. Limite do seguro: R\$ 20 mil por animal.			

IOF dos seguros contratados, devolvendo a solidez financeira do setor e operacionalizando a união das empresas para o desenvolvimento de novas modalidades de seguro rural. Geraldo Mafrá, diretor da Cospes, ainda assim, defende o subsídio estatal para todas as seguradoras. “Seguro é instrumento de política agrícola”, diz ele. Atualmente, a empresa cobre lavouras de amendoim, arroz irrigado, cana-de-açúcar, cebola, feijão, mandioca, algodão, milho, trigo, soja, tomate e batata. Há coberturas exclusivas para alface, alho, batata-doce, berinjela, beterraba e outras espécies do hortifrutí nacional, em caso de granizo e geada. Há modalidades como seguro de animais, confinamento bovino, florista, porteira fechada e moradia rural. O maior fruto da percepção da companhia em relação à atual cultura de seguro agrícola no País é, sem dúvida, o seguro pecuário. É o produto que segue a onda da segmentação para melhor servir, captada também por outras seguradoras privadas de porte, como a Porto Seguro.

Fazer um seguro anual para o gado, em qualquer das seguradoras, exige um laudo de inspeção zoonossanitária, assinado pelo veterinário da própria seguradora ou seu credenciado, cujas despesas correm por conta do segurado (a Cospes, porém, cobre esse custo em São Paulo e a Porto Seguro, nos três Estados em que atua – São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná). Também é necessário ter em mãos os atestados de vacinação, informações sobre a genealogia, premunição (quarentena de animais importados) e coleta de sêmen do animal. É preciso ter, ainda, o croqui de acesso à propriedade onde o animal está instalado e o contrato de arrendamento do animal, se houver. Vale lembrar que as seguradoras aceitam segurar animais com no mínimo 10 meses e no máximo 120 meses de idade, além deste seguro ser isento de IOF. A estatal prepara-se para desenvolver a modalidade em Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso, além dos lugares em que já atua – Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo. A Porto Seguro prepara-se para expandir seus negócios com

o produto segmentado nos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Decisão — Na prática, uma certa dúvida atormenta o produtor rural. Qual a melhor opção: o seguro público ou particular? Em geral, as taxas e as modalidades não mudam muito, exceto pelas novidades do mercado, como o seguro de safra e alguns produtos segmentados. O ideal é comparar item por item, o que cada um deles oferece, fazer os cálculos e, depois de analisados os prós e os contras, fazer a melhor opção para determinada realidade.

CANCRO CÍTRICO

O presidente da Associação Brasileira de Exportadores de Citrus (Abecitrus), Ademerval Garcia, tem destacado, na imprensa nacional, que o seguro contra o cancro cítrico é uma reivindicação existente há mais de 15 anos. O setor clamava pela criação da modalidade de seguro que cobrisse os prejuízos causados pela ação da bactéria *Xanthomonas axonopodis pr.citri*, que atinge cerca de 0,12% dos pomares e foi responsável pela erradicação de mais de dez milhões de pés de laranja. No entanto, os baixos preços obtidos nas sacas de laranja e outros cítricos nos últimos tempos não foi capaz de incentivar em massa a contratação das apólices emitidas pela Cospes, em parceria com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Enquanto uns achavam plenamente viável a contratação, grande parte dos citricultores preferiram esperar pela quebra de safra para obter



Seguro específico para o cancro cítrico é uma antiga reivindicação dos citricultores

melhores preços em seu produto. Algumas empresas privadas, em vista da necessidade do setor, também criaram a modalidade específica, capaz de ressarcir economicamente os produtores que tivessem sua fazenda atingida pelo cancro.

A despeito da polêmica, o seguro re-

siste e é responsável pela melhora na qualidade técnica de várias propriedades citrícolas paulistas. Hoje, o produtor de citros é obrigado a vistoriar os seus pomares e, com essa vistoria, é difícil esconder do vizinho os pés contaminados pela bactéria causadora da terrível doença. E

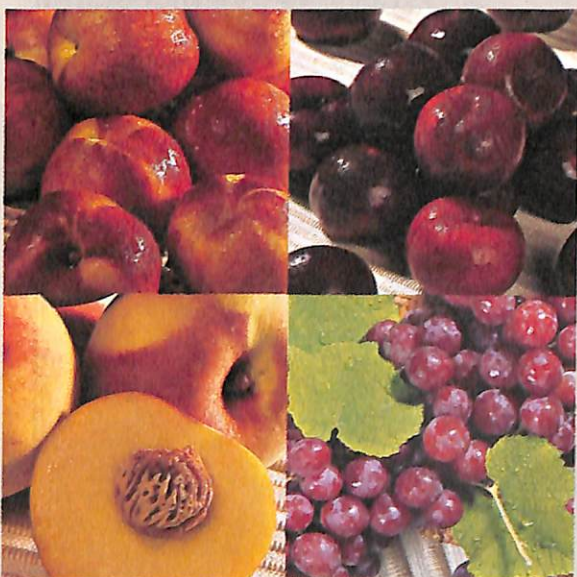
mais difícil ainda, dessa forma, é a propagação do mal, que assola as fazendas paulistas, responsáveis por quase toda a renda oriunda de exportação de produtos da citricultura.

O seguro pode ser contratado por pomares comerciais com mais de 200 pés que tenham sido declarados livres de cancro. A cobertura deve ser extensiva a toda área plantada. Além disso, o produtor tem que possuir material próprio para armazenamento (caixotaria) e sistemas de desinfecção das mãos e pés dos colhedores e equipamentos utilizados na colheita.

Os valores das apólices variam conforme a idade das plantas (um ano, até R\$ 4,00; dois anos, até R\$ 6,00; três anos, até

R\$ 8,00, e acima de quatro anos, até R\$ 10,00). A taxa básica é de 0,8% e o seguro pode ser bonificado com descontos conferidos após laudos de inspeção técnica da Secretaria de Agricultura e Abastecimento ou pelo Fundecitrus. Os pomares que apresentarem característi-

O granizo pode até cair nas suas frutas. Mas não vai derrubar os seus lucros.



Quem planta frutas pode contar com um grande aliado contra o **granizo**: o Porto Seguro Agrícola. Ele é um seguro que foi especialmente criado para proteger o seu pomar das perdas causadas por este tipo de evento. Além de custar menos que outras formas de proteção, o Porto Seguro Agrícola tem garantias que só uma seguradora com mais de 55 anos de tradição no mercado pode oferecer.

Frutas cobertas:

- ameixa
- caqui
- figo
- goiaba
- maçã
- nectarina
- pêra
- pêssego
- uva de mesa
- uva de vinho

Para mais informações, consulte seu corretor ou acesse www.portoseguro.com.br
Conheça também o nosso seguro de animais.

Porto Seguro Agrícola





A Granja

Mercado já disponibiliza seguro municipalizado para trigo, soja e milho

cas e medidas de prevenção receberão descontos tarifáveis e a taxa sobre a taxa básica. O novo seguro ainda não está sendo comercializado por corretores, mas apenas por meio de órgãos vinculados à Secretaria em cada município paulista. No caso da opção por empresas privadas, o produtor pode contar com a Proposta Corretora de Seguros que, em parceria com o Unibanco, oferece, desde 1999, cobertura contra o cancro cítrico. Em 2000, o número de contratados chegou a 270 citricultores, o que equivale a 9,8 milhões de árvores seguradas. A taxa básica é de aproximadamente 0,6955%. A franquia varia de 0 a 30%.

A atividade citrícola, que perde apenas para a cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, movimenta mais de R\$ 5 bilhões por ano, no País, em exportações. Ao todo, são 316 municípios sustentados pela cultura. Na safra 1999/2000, o número de pés plantados chegou a aproximadamente 20 milhões, segundo dados do Instituto de Economia Agrícola – IEA – da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

Ademerval Garcia reafirma a importância do seguro, lembrando que muitas fazendas já foram erradicadas, o que somou um prejuízo de US\$ 150 milhões para o patrimônio citrícola nacional. O maior bem, no caso, passa a ser a planta e não o solo, lembrando que erradicações nunca ocorrem isoladamente e sim num conjunto de pés de citros ou pomares. 



A Granja

Seguros para máquinas agrícolas

O banco CNH Capital acaba de criar uma divisão exclusiva para trabalhar com seguros para máquinas agrícolas. A empresa oferece serviços que antes eram descartados pelos bancos tradicionais. Para levar adiante esse projeto, duas outras empresas do Grupo Fiat – a Phenix Seguradora e a Fides Corretagens de Seguros – foram escolhidas como aliadas estratégicas. O primeiro produto desta parceria, que está sendo oferecido nas concessionárias, é o seguro para máquinas novas. Com ele, o produtor pode sair da revenda com seu bem recém-adquirido já protegido contra danos causados por acidentes externos, como incêndio, tombamento, colisão, roubo e acidentes durante o transporte. Esta é a cobertura básica, mas quem quiser pode optar também por coberturas extras para a máquina – como danos elétricos, por exemplo.

O seguro custa ao redor de 1% do valor do equipamento, podendo ser parcelado em 4 vezes, e a franquia varia de 0,45% a 1% da quantia segurada. O próximo produto a ser oferecido, já em fase de estudos, é a cobertura para máquinas usadas. Em breve, o banco também estará oferecendo seguros para barracões e para produtos armazenados.

Segundo Hélio Quintão, diretor do banco, com a atuação do CNH Capital o agricultor vai poder proteger toda a sua estrutura produtiva dentro de uma concessionária New Holland. Ele afirma que a ligação com as revendas está sendo o segredo do sucesso e será, também, decisivo na cobertura de seguros. “O CNH chegou a

uma posição de liderança porque está mais próximo do produtor”, analisa.

Para garantir que o cliente saia plenamente satisfeito, toda a atenção é dada no treinamento dos funcionários das concessionárias. Serão eles que a partir de agora irão oferecer os seguros. Até o momento, os cursos já qualificaram mais de 200 pessoas em todo o Brasil. “Nós vamos acabar com a situação que há no campo hoje, em que o produtor compra uma caminhonete de R\$ 50 mil e já sai com ela segurada da revenda, mas não faz o mesmo com uma colheitadeira de valor muito maior”, observa Quintão.

Criado há pouco mais de dois anos, o banco já acumula números respeitáveis: lidera por 14 meses consecutivos o ranking do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na liberação dos recursos da Finape Agrícola para o financiamento de máquinas agrícolas. Para se ter uma idéia, nos primeiros quatro meses deste ano, o CNH ficou com 27% deste mercado, o que corresponde a um total de R\$ 136,8 milhões, superando inclusive grandes bancos comerciais. Atualmente, há 8,9 mil contratos ativos no banco, financiando quase 12 mil bens em todo o Brasil. O mesmo deve acontecer com as apólices emitidas pela instituição.

Milton Albuquerque, um dos assegurados no interior de São Paulo, não tem queixas. “Em tempo de automação no campo, é inviável trabalhar sem seguro dos equipamentos”, diz. “Dependemos totalmente das máquinas”.

classigranja

**PEQUENOS ANÚNCIOS
GRANDES NEGÓCIOS**

**Venda permanente
de machos e fêmeas**
MARCHIGIANA P.O.
RANCHO CENTAURUS
Fone/fax: (51) 3233-1822

www.agranja.com
O seu endereço rural na internet

- Matérias jornalísticas
- Artigos técnicos
- Seções
- Plantio direto
- Sites rurais
- Agendas de eventos e leilões
- A GRANJA DO ANO
- Bolsas de valores
- Números anteriores das revistas A GRANJA e AG Leilões

**ASSINE
A REVISTA** **a granja**
**E RECEBA
MENSALMENTE AS
MELHORES INFORMAÇÕES
DO CAMPO**
(51) 3233-1822

classigranja

**PEQUENOS ANÚNCIOS
GRANDES NEGÓCIOS
AQUI
SEU ANÚNCIO
APARECE**

**AUTORIZA
JÁ!**

(11) 220-0488 - SP
(51) 3233-1822 - RS



PLANTADORA SEED-LINE

MODELOS 3703 L - 3704 L - 3705 L - 3706 L

- Plantadora de linha de plantio direto.
- Planta soja, milho, feijão e sorgo.
- Para pequena propriedade.



PLANTADORA SEED-MAX PC

MODELOS 2123 - 2124 - 2125 - 2126

- Plantadora hidráulica de plantio direto.
- Planta soja, milho, feijão e sorgo.

TECNOLOGIA DE PONTA AO ALCANCE DO PEQUENO PRODUTOR



IRMÃOS THÖNNIGS LTDA.

TELEFAX: (0XX54) 330-2300 - BR 386 km 174 - CARAZINHO - RS
CEP 99500-000 - E-mail: max@max.ind.br

VISITE NOSSA HOME PAGE: www.max.ind.br

PLATAFORMA PARA COLHEITA DE MILHO VENCE TUDO

- ♦ Chassi universal, acoplável em todas as marcas e modelos de colheitadeiras. IDEAL - JOHN DEERE - SLC - MF - AGCO ALLIS - NEW HOLLAND - CASE
- ♦ Caixa de transmissão com engrenagens cônicas temperadas e retificadas, banhadas a óleo.
- ♦ Ângulo de 20°(graus) de ataque ao solo, o menor do mercado, que garante o menor índice de perda de espigas na lavoura.
- ♦ Acompanha peneira superior do milho e fechamento de cilindro.
- ♦ Fabricadas de 3 à 14 linhas com espaçamentos variáveis de 50 a 90cm entre linhas.
- ♦ Ganhadora do prêmio Gerdau Melhores da Terra, na Expinter 2000, categoria destaque.



*Aprovada
pelo usuário*



INDÚSTRIA DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS VENCE TUDO

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.



Rod. RS 223 - Km 53 - Área Industrial - Ibirubá - RS - Brasil Fone/Fax: (0xx)(54) 324-1169
e-mail: vencetudo@pro.via-rs.com.br

PLATAFORMA TRANSPORTADORA 6000/8500



- A plataforma de transporte agrícola proporciona um deslocamento seguro para materiais de difícil transporte como plantadeiras, plataforma de milho, molinetes de colheitadeiras, big-bags, tanques, troncos de árvores, abubos e sementes...
- Essa plataforma pode descer até o nível do solo para receber a carga, para tanto seu acionamento se faz por cilindro hidráulico.
- É construída sobre um chassi monobloco e é dispersa em quatro rodas para melhor distribuição da carga.

ESPECIFICAÇÃO ESPECÍFICA

MODELO	6000	8500
CAPACIDADE DA CARGA	5000 kg	5000 kg
PESO	2800 kg	3500 kg
COMPRIMENTO ÚTIL	6,0 m	8,5 m
COMPRIMENTO TOTAL	9,80 m	12,5 m
LARGURA	2,35 m	2,35 m
AROS 20 OU ARO 16		

STAHAR

STAPELBROEK & CIA. LTDA.
Ind. Impl. Agrícolas

Rua Emílio Favaretto, 625 - Caixa Postal 22 - Fone: 0(xx)54-332-1825 - Fax: 0(xx)54-332-2080
CEP 99470-000 - NÃO-ME-TOQUE / RS - E-mail: vendas.stahar@dgnnet.com.br

OESTE BAIANO CONQUISTA A EX

A luta e a determinação de alguns produtores foram os responsáveis pela retomada, dessa vez em grande estilo, da cotonicultura no oeste da Bahia. Após alguns períodos de altos e baixos, o Estado ressurge como uma grande promessa

Luciana Radicione

Na década de 80, a Bahia atingiu o ápice no cultivo de algodão, com uma área plantada de 330 mil hectares, e despontou como a maior produtora de algodão do Brasil. A falta de tecnificação, políticas agrícolas mal conduzidas e o desconhecimento sobre técnicas de prevenção a pragas logo resultou no declínio da lavoura e acumulou prejuízos até hoje lembrados pelos produtores que apostaram na região. Apesar do passado nada animador, a cotonicultura agora é a bola da vez no oeste baiano.

Em 1995, tomando como exemplo a tecnologia empregada no Estado do Mato Grosso, maior produtor de algodão do País, alguns produtores voltaram a apostar na cotonicultura. Desta vez, os esforços valeram a pena e o oeste da Bahia começou a viver um novo ciclo de desenvolvimento, com a produção de algodão na região de Barreiras/BA, a 800 km de Salvador. Hoje, a região é responsável por 90% da produção baiana, estimada em 60 mil toneladas de plumas. As excelentes condições climáticas da região, os altos investimentos em tecnologia e infra-estrutura e as grandes áreas para o cultivo foram determinantes para o sucesso da atividade. As primeiras lavouras comerciais, cultivadas em 1995,

totalizaram uma área de 2,4 mil hectares que, em apenas cinco anos, chegaram a 41 mil hectares. A colheita da safra 2000/2001, quase encerrada, deve alcançar um volume de 135 mil toneladas de algodão em caroço.

O produtor João Carlos Jacobsen Rodrigues tem muito a contar sobre a história do algodão na Bahia. Ele foi um dos idealizadores do algodão em Barreiras e um dos grandes responsáveis pelo sucesso da cotonicultura na região Oeste, que, segundo suas próprias previsões, deve colocar em pouco tempo o Estado na segunda posição em volume de produção, só perdendo para o Mato Grosso. Hoje, a Bahia ocupa o quinto lugar em produção. Quando chegou do Paraná, há

19 anos, Jacobsen nunca havia tido contato com o algodão, embora já tivesse experiência com a agricultura, especialmente com as culturas de milho e trigo. “Naquela época, a produção de algodão já era tradicional nesta parte da Bahia, com a presença de várias indústrias de fiação e algodozeiras”, conta. Porém, no início dos anos 90, os produtores erraram o alvo ao optarem pela produção de algodão de fibra longa para atender às exigências da indústria. A baixa produtividade das variedades utilizadas e os problemas fitossanitários, ocasionados pela ausência de tecnologia, acabaram comprometendo a atividade. “Criou-se o conceito que o algodão não dava certo no Cerrado”, lembra Jacobsen. Em 1994, na tentativa de



Divulgação



retomar a produção de algodão em Barreiras, Jacobsen plantou 50 hectares e alcançou uma produtividade de 140 arrobas/ha, com a cotação a US\$ 0,80 libra-peso. As terras utilizadas para o plantio foram financiadas pelo Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Prodec), mantido pelo governo japonês, em 1987.

Na última safra, Jacobsen destinou 1.000 hectares para o algodão, que deve apresentar uma produtividade média de 250 arrobas. No ano passado, por problemas de pragas, esse rendimento não ultrapassou 160 arrobas. Na safra 2001, 40% da produção foi negociada antecipadamente para uma indústria nacional, ao preço de R\$ 32,40 a arroba. O objetivo do produtor, no entanto, é alcançar 350 arrobas por hectare em 2002, a partir de investimentos maiores na correção do solo e nutrição. Incentivar a pesquisa faz parte do dia-a-dia desse produtor, que também dirige uma das mais importantes entidades voltadas ao desenvolvimento do algodão. É o presidente da Associação Baiana de Produtores de Algodão (Abapa) e o vice-presidente da Fundação Bahia. Na Fazenda Independência, em Formosa do Rio Preto/BA, 17 hectares integram a Unidade de Pesquisa de Algodão da Embrapa, Fundação Bahia e Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA).

A aposta de produtores, como Jacobsen, já mostra números favoráveis também quando o assunto é exportação. Segundo ele, das 26 mil toneladas embarcadas no ano passado, 50% saíram da Bahia direto para a Europa. "Temos que oferecer o melhor produto pelo menor preço". Para manter a qualidade no algodão, a Abapa firmou protocolo com o Banco do Brasil, visando a implementação de um Programa de Certificação do Algodão, com o objetivo de manter um controle rigoroso da qualidade do produto. "Também mantemos um convênio com a Basf, que nos cede o equipamento HVI, que dá a medição dos padrões do algodão. No quinto ano, o equipamento de R\$ 300 mil passa a fazer parte da Associação", informa o presidente da Abapa.

Outro produtor que veio de longe e acreditou no potencial da região foi o gaúcho Ubiratan Franciosi. "Em 1986, optamos pela Bahia por causa do baixo preço da terra", confidencia. No município de Luís Eduardo Magalhães, adquiriu, inicialmente, uma

área de 3 mil hectares, onde priorizou a produção de soja e arroz. Atualmente, mais diversificada, a agricultura é desenvolvida com algodão, soja, feijão e braquiária. Neste ano, em 1.000 hectares, a produtividade do algodão foi de 230 arrobas/ha, mas, para 2002, em 1.800 hectares, espera colher 260 arrobas/ha. O gaúcho de Casca/RS também está investindo na construção de uma usina de beneficiamento, que deverá entrar em funcionamento já na próxima safra. Máquinas e equipamentos agrícolas também integram os novos investimentos de Franciosi para dar viabilidade à colheita do algodão na área a ser expandida. Na opinião do produtor Dirceu Di Domenico, o algodão veio para ficar na Bahia, mas, no seu caso, a baixa produtividade obtida neste ano, com média de 200 arrobas/ha, o fará reduzir a área plantada de 900 para 700 hectares, em 2002. "Vou recuar para poder investir mais no melhoramento da terra e, assim, obter uma produtividade maior", informa.

Projeto ambicioso

Modéstia não faz parte do vocabulário dos irmãos Horita, que administram seis propriedades próximas a Barreiras. Vindos do Paraná há 17 anos, os irmãos Walter, Wilson e Ricardo iniciaram, no ano passado, o cultivo do algodão já em uma área de 2.300 hectares. Apesar de ter iniciado com a soja, a idéia agora é expandir a cotonicultura, na próxima safra, dos atuais 3,5 mil hectares, de 2001, para 5 mil hectares, em 2002, superando a área destinada para a soja. Walter Horita, também presidente da Fundação Bahia, hoje não tem mais dúvidas sobre a viabilidade do algodão no Oeste. "Quando cheguei, em 1984, tudo era dúvida, mas o rendimento do algodão está nos mostrando que a atividade tem muito futuro", afirma o produtor. Na Fazenda Acalanto, em São Desidério/BA, o algodão é responsável pelo faturamento de US\$ 1.800,00 por hectare, com uma produtividade média de 310 arrobas/ha. No caso da soja, que na última safra foi plantada em 4 mil hectares pelo Grupo Horita, o faturamento por hectare, levando em consideração uma produtividade média de 57 sacos/ha, é de US\$ 480,00 por hectare. "O que nos leva a optar pelo algodão é o faturamento, embora o custo de produção seja maior", pondera. Na Acalanto, o custo de implantação da lavoura de algodão é de US\$ 1.200,00/ha, enquanto que na soja, é de US\$ 310,00. Avesso a disputas regionais, Walter Horita também confia que na próxima safra



Jacobsen foi um dos idealizadores do algodão em Barreiras/BA

a Bahia já passe para terceiro ou segundo maior produtor do Brasil. “Isso porque nossa produtividade é superior”, informa Walter, que arrisca projetar um rendimento de até 400 arrobas/ha em breve, em regime de normalidade. “Não existe disputa com os outros Estados, apenas sentimos que a região é muito boa para o algodão. A tecnologia é a mesma

utilizada pelos grandes Estados produtores, mas o que nos diferencia de forma positiva é o clima”, salienta.

Mecanização — Além do apoio de profissionais técnicos e direcionados para a cotonicultura, os empreendedores do algodão contam ainda com a tecnologia da mecanização para aumentar a qualidade e o rendimento da safra. Grande parte dos produtores investe em colheitadeiras específicas para o algodão, que têm capacidade de trabalho contínuo por 11 horas. Na Acalanto, três máquinas realizam a colheita da safra 2000/2001, possibilitando que os cerca de 100 funcionários do Grupo Horita sejam direcionados para outras atividades, já que uma colheitadeira de algodão substitui o trabalho de 900 homens/dia no campo. A *Cotton Express*, da Case IH, colhe, em



Franciosi: investimentos direcionados ao beneficiamento, em 2002



Walter Horita vai expandir área de algodão para 5 mil hectares



Cotonicultor Mizote beneficia toda a produção dentro da porteira

média, 20 hectares/dia com o sistema de seis linhas. De acordo com Wilson Horita, o custo de US\$ 230 mil financiado pelo banco CNH deverá retornar na terceira safra. O banco CNH dá cinco anos de prazo de pagamento, carência de 12 meses e taxa de juros de 10,75% ao ano. Com operação eletrohidráulica, a *Cotton Express*, fabricada nos Estados Unidos, possui sistema de sensoriamento remoto em pontos estratégicos da máquina, que indica qualquer tipo de problema durante a colheita. Segundo o gerente comercial da Case IH, revendedora Maxum, de Barreiras/BA, Laudénir Valoto, os sensores reduzem, significativamente, o risco de perda do equipamento. O tanque graneleiro de uma colheitadeira de algodão tem capacidade para até 215 arrobas já compactadas. “O sistema de compactação é automático, o operador não precisa se preocupar”, informa.

A Case IH é líder em vendas de colhei-

tadeiras de algodão na região oeste da Bahia. “Cerca de 90% das 61 máquinas em operação são da Case IH e as perspectivas são muito favoráveis, a contar pela projeção que se faz em cima das próximas lavouras”, afirma Valoto.

Beneficiamento faz a diferença

Difícilmente, nas próximas safras, haverá produtor de algodão na região de Barreiras que não tenha usina própria de beneficiamento. A diferença recai justamente sobre as vantagens econômicas da presença destes equipamentos dentro da fazenda. Este é o caso do produtor Paulo Mizote, da Fazenda Mizote, Distrito de Roda Velha/BA. Ele investiu cerca de R\$ 700 mil na compra dos equipamentos, aproveitando o preço favorável oferecido por empresas de Guanambi/BA. Da produção de algodão em 2001, desenvolvida em 1.800 hectares, é esperado um rendimento médio de 320 arrobas/ha, frente as 220 arrobas/ha colhidas no ano anterior. Toda a produção é



beneficiada dentro da porteira e os equipamentos têm capacidade para beneficiar até 189 fardos de 200 quilos por dia, que saem prontos para indústrias de fiação local. Cada fardo de 200 quilos é comercializado no mercado por R\$ 400,00. De acordo com o agrônomo da Fazenda Mizote, Robson Luiz da Silva, se o fardo fosse vendido sem o beneficiamento, valeria R\$ 200,00. “O beneficiamento agrega um lucro de 100%”, afirma o técnico. Além disso, a possibilidade de separar o caroço da pluma também é um negócio altamente vantajoso para quem tem usina. Isso porque de cada fardo, com peso variável entre 9 e 10 mil quilos, gera em torno de 600 arrobas. Deste volume, 70%, ou 420 arrobas, é caroço. “O quilo do caroço é comercializado por R\$ 0,17 para a fabricação de ração animal e óleo de algodão”, informa Paulo Mizote. “A usina, sem dúvida, agrega valor à produção algodoeira”, destaca o produtor.

Para 2002, a intenção de Mizote é ampliar a produção de algodão para 2.800 hectares. Para ele, a tendência no setor é que só reduzam a área os produtores de



Usina de beneficiamento na propriedade é garantia de lucro em dobro

menor porte, ao contrário dos grandes, que a cada ano estão abrindo novas áreas para a cultura. O acréscimo de produtividade na lavoura em 2001 é, segundo ele, resultado do investimento em tecnologia de tratamento do solo, mas o rendimento não seria possível se o clima não fosse favorável. “Em algumas áreas foi possível colher até 384 arrobas/ha”, informa. O investimento neste ano foi de US\$ 1.100,00 por hectare, com um retorno de US\$ 550,00 por hectare. De olho no mercado externo, Mizote defende a adoção de estratégias de comercialização que coloquem na linha de frente o algodão produzido na Bahia. “Somos altamente compe-

titivos, não só no mercado nacional, mas também no internacional, com níveis de qualidade semelhantes ao algodão australiano. O que nos falta, ainda, é consolidar toda essa tecnologia”, constata.

Evolução superior a 1000%

Em 1995, quando o algodão foi introduzido na região de Barreiras, foram cultivados 2,4 mil hectares. Na safra seguinte, a área duplicou e, em 1997, pulou de 5 mil para 8 mil hectares, chegando a 13 mil hectares, em 1998. Na safra 1999/2000, saltou para 41 mil toneladas, sendo 30,7 mil de sequeiro e 10,3 mil irrigados. Nesta safra 2000/2001, a área ocupada com algodão foi de 45 mil hectares. A evolução na área plantada no oeste da Bahia, em menos de seis anos, foi superior a 1000%. Esse rápido crescimento projetou o oeste baiano no patamar de maior produtor de algodão do Norte/Nordeste. A meta é chegar a 150 mil hectares na safra 2003/2004, com uma produção estimada de 438 mil toneladas de algodão em caroço. Na produção, a performance foi ainda melhor. De 5,4 mil toneladas de algodão em caroço colhidas em 1995, passou para 135 mil toneladas neste ano. Os números, segundo a Abapa, representam um dos incrementos mais acelerados do Brasil em uma cultura nos últimos cinco anos. 

Proalba dá o impulso que faltava à região

Recentemente, foi criado no Estado o Programa de Incentivo à Cultura do Algodão na Região Oeste da Bahia (Proalba), cuja principal missão é ampliar a cotonicultura a partir de incentivos fiscais concedidos pelo governo. Ainda sem regulamentação, o Programa pretende, já na safra 2002, fazer com que a área plantada passe de 45 mil hectares para 70 mil hectares, com a expectativa de colheita de 80 mil toneladas de plumas em toda a Bahia. A iniciativa busca apoiar a produção com o objetivo de obter um algodão de qualidade e em volume suficiente para comportar a instalação, na região, de indústrias processadoras de matéria-prima e dos segmentos industriais da cadeia têxtil. Durante quatro anos, agentes financeiros e o governo do Estado vão disponibilizar R\$ 168 milhões para o setor. O Proalba prevê a concessão de incenti-

vo fiscal com redução de até 50% do ICMS incidente sobre o valor da comercialização do algodão em pluma, além da fronteira baiana. Para usufruir do benefício fiscal, o produtor deverá contribuir com o valor correspondente a 10% do imposto devido a favor do Fundeagro. O fundo de caráter privado dará suporte financeiro aos projetos de pesquisa, defesa fitossanitária, monitoramento ambiental e promoção do agronegócio do algodão. A meta do Proalba é ambiciosa e quer fazer com que o algodão seja responsável por R\$ 333 milhões em Valor Bruto da Produção (VBP) na região Oeste, em 2002. Neste ano, o VBP do algodão foi de R\$ 150 milhões. Todo esse investimento e aposta no algodão leva o produtor e dirigente João Carlos Jacobson Rodrigues a acreditar que, na safra 2002/2003, a Bahia se torne o segundo maior Estado produtor, “pelas condições gerais do Cerrado, com chuva melhor distribuída e solo vermelho”, diz. A região Oeste é predominantemente constituída por chapadas, encostas e vales, com cobertura vegetal tipo cerrado, floresta e caatinga. Possui índice pluviométrico superior a 1.200 mm, com regime de chuvas definido e altamente favorável para a cultura.

PROALBA – PRINCIPAIS METAS:

- Implantar 110 mil novos ha de algodão até 2005
- Produzir 450 mil t de algodão em caroço
- Implantar 20 novas usinas de beneficiamento
- Estabelecer indústrias de fiação e tecelagem
- Viabilizar a produção de 600 t de sementes básicas



A PESQUISA E A CONSERVAÇÃO DE ÁGUA E ENERGIA

Uma das tendências na busca do aumento da rentabilidade do processo de irrigação é produzir cada vez mais grãos por unidade de água aplicada

José Aloisio Alves Moreira, Luís Fernando Stone
Pesquisadores da Embrapa Arroz e Feijão

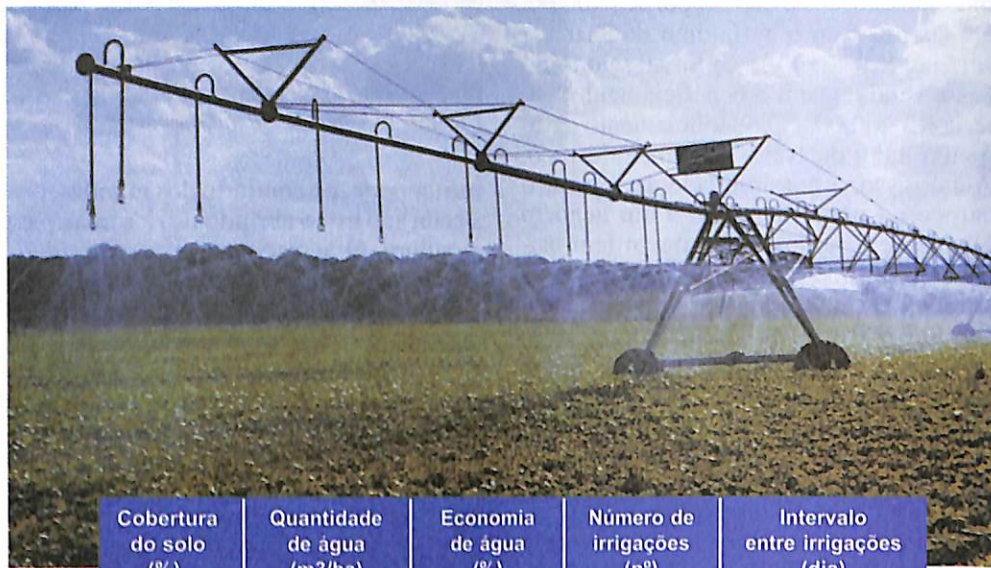
O Cerrado brasileiro tem grande significância na produção agrícola nacional de alimentos e matérias-primas. Seus atributos climáticos e topográficos possibilitam a utilização intensiva do solo durante todo o ano, desde que se proceda a irrigação no período outono-inverno.

O uso de água na agricultura representa, em nível mundial, 70% da água captada em rios, lagos e mananciais subterrâneos, enquanto a indústria utiliza 23% e o abastecimento humano consome 7%. Dos vários segmentos da produção agrícola, a irrigação é a maior usuária de água e de energia elétrica. Entretanto, apesar do grande consumo de água, a irrigação representa a mais eficiente e produtiva maneira de se produzir alimentos. Projeta-se que, no futuro, de metade a dois terços da produção de alimentos será proveniente da agricultura irrigada.

A área irrigada no mundo corresponde a 17% do total cultivado e é responsável por 40% do total de alimentos produzidos. O Brasil possui hoje 5% de área cultivada irrigada, respondendo por 16% da produção total e 35% do valor dessa produção.

Atualmente, porém, um dos grandes entraves à expansão da área irrigada, ou mesmo de sua manutenção, é a necessidade de racionalização de energia elétrica, visto que a nossa capacidade de geração de energia pode não suprir à demanda que se faz necessária.

A irrigação constitui um processo contínuo, que vai desde a tomada de água até a distribuição da mesma para a cultura. Assim, todos os fatores intervenientes no processo devem estar ligados entre si e ter



Cobertura do solo (%)	Quantidade de água (m ³ /ha)	Economia de água (%)	Número de irrigações (n°)	Intervalo entre irrigações (dia)
0	2.660	0	14	6
50	2.470	7	13	6
75	2.090	21	11	8
100	1.900	29	10	9

Quantidade e economia de água, número e intervalo entre irrigações, em função da cobertura do solo pela palhada, ocorridas durante o ciclo da cultura do feijoeiro.

como objetivo final a produção agrícola. Entretanto, o processo, mesmo contínuo, apresenta duas fases com características próprias e bem definidas: a fase hidráulica e a fase agrícola. Dentro dessas duas etapas, é possível estabelecer estratégias de ação com o objetivo de otimizar cada operação, visando a redução dos custos de irrigação e o consequente aumento do retorno econômico.

Em relação à fase agrícola, a Embrapa Arroz e Feijão participa ativamente na pesquisa de técnicas alternativas, entre elas o plantio direto, visando a economia de água e energia elétrica nos sistemas agrícolas irrigados.

Como a energia elétrica e o produto água são recursos finitos e têm que ser pagos, a tendência dos custos de bombeamento será sempre crescente. Por isso, uma das maneiras para aumentar a rentabilidade do processo de irrigação é produzir, cada vez mais, grãos por unidade de água aplicada. Algumas pesquisas combinando o plantio direto e irrigação foram desenvolvidas com a cultura do feijoeiro, na Embrapa Arroz e Feijão. Exemplo disto foi o estudo em que se relacionou o número de irrigações efetuadas em função da quantidade de palha deixada na superfície do solo, durante o ciclo do feijoeiro. Como pode ser observado no qua-

dro a seguir, a quantidade de água e o número de irrigações diminuíram com o aumento da cobertura do solo. Isto aconteceu porque os restos vegetais, que ficaram no solo, preveniram perdas de água por evaporação a partir da superfície do solo, o que proporcionou, além do menor gasto de água, o aumento do intervalo entre as irrigações, possibilitando a redução dos custos operacionais da irrigação. Em um outro trabalho, foram determinados os parâmetros necessários à irrigação racional do feijoeiro. Assim, o consumo de água, em função do percentual de cobertura do solo pela palhada, e o momento adequado para o reinício da irrigação, no sistema plantio direto, constituem-se informações disponíveis aos produtores que queiram otimizar o funcionamento dos equipamentos de irrigação.

A utilização dos resultados das pesquisas obtidos pela Embrapa Arroz e Feijão e de outras técnicas de manejo no sistema irrigados direcionam um novo rumo para a utilização responsável e eficiente da água. É necessário que a água, em todos os sistemas de irrigação, seja considerada produto de valor econômico e de utilização finita. Só assim teremos uma agricultura sustentável e um meio ambiente conservado. ■

FEIJÃO-SOJA
DEFENSIVOS AGRÍCOLAS
PLANTIO DIRETO
IRRIGAÇÃO ARTIFICIAL
AGRIBUSINESS • GENOMA
TRANSGÊNICOS
AGRICULTURA DE PRECISÃO
BIOTECNOLOGIA
INTEGRAÇÃO LAVOURA/PECUÁRIA

Quem falou primeiro nestes assuntos?

a granja

É claro!

Há 56 anos levando a informação ao produtor rural.

PRAGAS E DOENÇAS (PARTE I)

Valdo Rodrigues Herling, professor do Departamento de Zootecnia - FZEA/USP

Além do estabelecimento e manutenção das áreas de pastagens, os produtores rurais devem estar atentos para a existência de pragas (insetos predadores e plantas invasoras) e doenças, que podem comprometer a perenidade das pastagens e a produção de carne e leite. O crescimento das áreas de plantio, e conseqüente aumento da disponibilidade de alimento, tem sido um dos fatores preponderantes para a proliferação das populações de insetos nas pastagens. Outro aspecto de importância refere-se à corrida dos produtores à procura da planta forrageira da moda, que em muitos casos culmina com a introdução da mesma espécie e/ou cultivar em grande extensão de terra, cobrindo ampla região. Esse comportamento, por um lado, pode satisfazer às necessidades do pecuarista, porém, para o aspecto fitossanitário, pode ser muito ruim, decorrente da instalação de qualquer tipo de praga e doença. Medidas preventivas são consideradas mais interessantes para a economia.

Para as pastagens, é muito mais problemática a ocorrência de insetos predadores e plantas invasoras, sendo necessário a sua identificação, conhecer a sua biologia e os danos que provocam, para a tomada de decisão da melhor maneira de combatê-los. Dentre as centenas de insetos que estão presentes no ambiente das pastagens, pode-se relacionar, como mais importantes, as cigarrinhas-das-pasta-

gens, as cochonilhas, as saúvas, o percevejo das gramíneas, as lagartas, os cupins e os gafanhotos.

As cigarrinhas-das-pastagens são insetos da ordem *Homóptera*, família *Cercopidae*, com os principais gêneros: *Aeneolamia*, *Deois*, *Zulia* e *Mahanarva*. São naturais das matas e campos, sugadores da seiva das gramíneas para sua nutrição. Quando na fase de ninfa, ficam alojadas, preferencialmente, na base da planta. Quando adultas, ao mesmo tempo que sugam a seiva, injetam toxinas que provocam amarelecimento das folhas e destruição dos vasos condutores, podendo matar as plantas.

A espécie *Deois incompleta* é mais representativa nos levantamentos realizados no Estado de Rondônia. A *Brachiaria brizantha* (Hochst. Ex A. Rich. cv. Marandu) não é adequada às cigarrinhas, enquanto que a *Brachiaria humidicola* (Rendle) Schw. mostrou-se tolerante. O cultivar *mombaca* de *Panicum maximum* Jacq. é considerado ser mais resistente ao ataque das cigarrinhas-das-pastagens que o cultivar *tobiatã*, porém inferior ao cultivar *tanzânia*.

A cochonilha dos capins (*Antonina graminis*) é uma praga das regiões tropicais e subtropicais, sendo atribuído a ela o declínio de muitas áreas de pastagens. É um inseto sugador de seiva, de corpo ovalado e cor arroxeada, medindo 3 mm de comprimento e 1,5 mm de largura, apre-

sentando o corpo envolto por uma substância cerosa branca de conformação semelhante a um saco. Alojiam-se nos perfilhos concentrando-se, principalmente, junto aos nós sob as bainhas das folhas próximas das gemas, podendo formar grupos de até 10 cochonilhas por nós. A maior aglomeração se dá na região do coleto.

Os capins mais freqüentemente atacados são: capim-favorito (*Rhynchelytrum roseum* (Ness.) Stapf.), capim-anjo (*Brachiaria mutica* (Forsk.) Stapf), capim-de-burro (*Cynodon dactylon* (L.) Pers.) e capim-gordura (*Melinis minutiflora* Pal. de Beauv.), que servem de inflorescências da presença da praga. Os caducifolios elefante-Napier (*Pennisetum purpureum* Schum.), colômbio (*Panicum maximum* Jacq.) e *Brachiaria decumbens* Stpf. são pouco atacados, enquanto que o capim-jaraguá (*Hyparrhenia rufa* (Ness) Stapf.) é considerado altamente resistente.

A utilização de plantas forrageiras, mais resistentes (por exemplo, o jaraguá), constitui uma medida de controle cultural bastante eficiente e interessante para o ambiente. A utilização de uma vespa o ambiente. A utilização de uma vespa o ambiente. A utilização de uma vespa o ambiente.

O percevejo das gramíneas (*Blissus leucopterus*), conhecido por "ching-leucopterus", ocorre em todo o território nacio-



www.agranja.com

O seu endereço rural na internet

- Matérias jornalísticas
- Seções
- Sites rurais
- A GRANJA DO ANO
- Bolsas de valores
- Artigos técnicos
- Plantio direto
- Agendas de eventos e leilões

Números anteriores das revistas A GRANJA e AGRICULTURA



110030
visitantes desde
junho de 1996.





Deois incompleta



Gafanhoto (Schistocerca)



Chinch-bugs

Rio Grande do Sul. O controle da fase jovem, os saltões, deve ser feita no solo, enquanto que o adulto é combatido por aplicação aérea de inseticidas. Numa propriedade, quando se localiza a área de postura, deve ser utilizada a isca para o combate às ninfas, composta preferencialmente pelo inseticida biológico à base de *Nosema locustae* ou *Metarhizium flavoviride*.

Como medida preventiva, os produtores devem estar atentos, no estabelecimento das áreas de pastagens, com a ocorrência das saúvas, representadas pelas espécies dos gêneros *Atta* e *Acromyrmex*, da lagarta do elasmô (*Elasmopalpus lignosellus*), que pode matar as plântulas e dos cupins subterrâneos.

É de suma importância, para o produtor, encontrar plantas forrageiras que se apresentem pouco consumidas pelas saúvas, o que de certo modo diminuiria o impacto desses insetos no sistema de produção, principalmente naquele que se inclua a rotação de culturas, onde a planta forrageira resistente minimizaria o impacto das saúvas em lavouras mais suscetíveis. Assim, o pecuarista, tendo o conhecimento das plantas forrageiras mais atacadas pelas saúvas, poderia utilizá-lo como medida preventiva, escolhendo aquelas menos consumidas e diminuindo os gastos com inseticidas, que de certo modo, além de contaminar o meio ambiente, onera o custo de produção de nossa pecuária..

Na próxima edição, será abordado o tópico referente a doenças, a última parte deste artigo técnico. ■

nal e apesar de estar associado fortemente à gramínea tanner-grass (*Brachiaria arrecta* (Hack. Ex Th. Dur. & Schinz) Stent), ele foi encontrado em milho, capim-marmelada, capim pé-de-galinha e capim-colonião. Mede de 3,5 a 4,0 mm de comprimento, de corpo preto e asas brancas, com uma mancha preta triangular na extremidade do cório. Estes percevejos são prejudicados pela baixa temperatura e excesso de umidade, tendo, portanto, maior população em anos mais secos.

As formas jovem e adulta causam prejuízos através da sucção da seiva e, devido ao grande número, que pode chegar até a 50 mil indivíduos por metro quadrado, causam um retardamento no crescimento das plantas e posteriormente a morte das mesmas. Produz o secamento do capim e depois a sua morte, sendo um sintoma parecido com o ataque das cigarrinhas, mas com o agravante de que o pasto não se recupera, como acontece com a outra praga.

Uma medida cultural de controle refere-se a erradicação do capim tanner-grass, que é altamente suscetível à praga, em áreas infestadas. O controle quí-

mico também se tem mostrado eficiente.

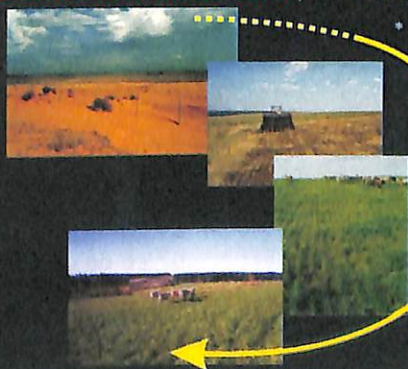
As lagartas são consideradas pragas ocasionais e entre elas destaca-se o curruquerê-dos-capinzais (*Mocis latipes*). É de ocorrência esporádica, principalmente nos veranicos. Atacam *Andropogon gayanus* Kunth., *Digitaria decumbens* Stent., *Melinis minutiflora*, *Panicum maximum*, *Hyparrhenia rufa*, entre outras.

O controle mecânico se faz necessário nos primeiros sinais de invasão das lagartas. Podem ser empregados rolo-facas sobre a população das lagartas nos pastos ou abertura de valas para impedir a passagem das mesmas para outros pastos e aplicação de inseticidas no seu interior ou polvilhado nas áreas periféricas às pastagens, para evitar problemas de resíduos em pastagens, e em carnes ou leite. Deve-se dar preferência por um produto biológico à base de *Bacillus thuringiensis*, que é seletivo para lagartas, não tem problemas de toxicidade e apresenta um poder residual de 7 dias.

Quanto aos gafanhotos, *Rhammatocerus schistocercoides* ocorre no Centro-Oeste; *Schistocerca pallens*, na região Nordeste, e *Schistocerca americana*, no

SEMEADORAS PARA RENOVAÇÃO DE PASTAGEM SEMEATO

PLANTIO DIRETO/PASTAGENS



- * EVITA EROSIÃO EM SOLOS DEGRADADOS
- * INTEGRAÇÃO DE AGRICULTURA & PECUÁRIA
- * GANHO DE PESO POR ANIMAL
- * INTRODUZ GRAMÍNEAS E LEGUMINOSAS

Rua Camilo Ribeiro, 190
Bairro São Cristóvão
Passo Fundo - RS
www.semeato.com.br
SAC: 0800 99 6816



PLANTIO DIRETO



Aftosa em retirada

A batalha contra a aftosa parece estar chegando ao fim. Segundo informações do Serviço Nacional de Sanidade e Qualidade Agroalimentícia (Senasa), a apresentação clínica da enfermidade começa a mostrar sintomas de menor virulência, totalizando 792 casos de focos ativos, em toda Argentina. Os casos em que a doença cumpriu seu ciclo e a saúde do gado está recuperada chegam a 1.276, afirmou a entidade. Para a segunda etapa de vacinação na zona infectada, que inclui a região central da Argentina, Buenos Aires, Santa Fé, Córdoba e La Pampa, já foram distribuídas 15 milhões de doses. As previsões do Plano Nacional de Erradicação da Febre Aftosa assinalam que até o dia 15 de setembro estará completa a segunda fase de vacinação, com a distribuição e aplicação de 36 milhões de doses.

O titular da Senasa, Bernardo Cané, informou que é muito provável que em outubro já seja possível reiniciar as exportações para países do continente europeu, além do Chile e Israel. De acordo com ele, o governo da Indo-



A Graña

nésia deixou de lado as medidas restritivas para o ingresso de produtos agropecuários argentinos, restabelecendo a importação de cereais, laticínios e carnes. Vale ainda destacar um informe elaborado pela Secretaria de Agricultura indicando que, para a safra 2001/2002, seria possível vender ao país asiático cerca de 1,3 milhão de toneladas de milho. O pico de exportação do produto foi registrado em 1997, ano em que foram vendidas 500 mil toneladas, volume que decresceu notavelmente em 2000, com

uma venda de 30 mil toneladas, por um valor de US\$ 3 milhões. Cabe assinalar, também, que os principais compradores de milho argentino no ano passado foram a União Européia, com a aquisição de 2,9 milhões de toneladas; o Brasil, 1,4 milhão; Espanha, 1,3 milhão; o Chile e o Egito, com cerca de 1 milhão de toneladas. De janeiro a maio deste ano, o Egito aparece como o principal comprador, com 689 mil toneladas, posicionando-se em segundo lugar o Chile e a Espanha, com um volume de 338 mil toneladas.

Nasce primeira terneira de leite por fecundação *in vitro*

O primeiro nascimento de uma terneira holandesa, concebida por fertilização *in vitro* em uma cabanha na província de Buenos Aires, abre novas perspectivas para o melhoramento genético leiteiro do país. A novidade do procedimento é que, pela primeira vez, ele foi aplicado a uma tradicional raça leiteira. A bióloga e coordenadora do projeto, Carolina Herrera, afirmou que o nascimento da terneira holandesa foi possível através de um embrião fecundado em laboratório, a partir do óvulo de uma vaca de alta qualidade genética e do esperma de um touro de pedigree. O método, comumente usado em humanos, começou a ser aplicado no rebanho na década de 80, mas apenas em 1997 ocorreu o primeiro nascimento de um terneiro concebido por esta técnica, que agora está sendo aplicada com êxito, e pela primeira vez, em uma terneira de leite.

Produtores exigem preço justo

Os produtores de leite estão mobilizados para exigir a outorga de um plano de competitividade, como foi realizado para outros setores industriais argentinos. O titular da Confederação Rural Argentina, Manuel Cabanellas, assegurou que devem ser modificadas as relações da categoria com os supermercadistas e com a indústria. "Temos que ser sócios da indústria e superar alguns problemas maiores com os supermercados", assegurou. Ele destacou que o produtor argentino tem uma participação cada vez menor no preço final da gônola. "Dos 35% que tínhamos anteriormente, hoje alcançamos apenas 21% do preço final ao consumidor". De acordo com ele, em países como a França, os produtores recebem 50% e nos Estados Unidos, 35%. Cabanellas afirmou, ainda, que a categoria decidiu dar um prazo de 30 dias para que seja definido um mecanismo de preços, período no qual os produtores deixarão de entregar leite uma vez a cada semana.

CONVÊNIO EDITORIAL

www.revistachacra.com.ar

CHACRA
O CAMPO MODERNO

TRIGO

Canadá, Estados Unidos e França terão importantes recordes na sua produção de trigo, apesar da queda da relação estoque/consumo. Ambos os valores sustentariam a firmeza do mercado trigueiro. A produção argentina está projetada em cerca de 18 milhões de toneladas, com um saldo para exportação de 14 milhões de toneladas. Para tanto, o preço do cereal estará estreitamente ligado à fluidez nas exportações extraMercosul.

SOJA

A demanda mundial pela oleaginosa se mostra fortemente embasada pelas crescentes importações da China e da União Européia. Se espera também um recorde na produção norte-americana. No mercado interno, as dificuldades de financiamento poderiam reduzir a taxa de crescimento da semeadura na Argentina, observada nos últimos anos. O volume gerado pelo Mercosul definirá os preços.

LEITE

O preço ao produtor caiu cerca de 4% em julho, em consequência da recessão econômica e de uma maior produção em Córdoba e Santa Fé. Entretanto, a produção do país caiu 4,5% no primeiro semestre do ano. O contexto internacional mostra sinais de ligeira debilidade, esperando-se uma diminuição dos preços.

NOVILHO

Os preços dos novilhos têm caído significativamente devido a maior oferta e em função dos frigoríficos exportadores, que continuam despejando grandes volumes no mercado interno, como consequência das restrições impostas pela aftosa. Funcionários da Senasa afirmaram que a expectativa é de que, antes do final deste ano, ocorra a reabertura para os mercados de Chile, União Européia e Israel.

Armazenagem própria é garantia de maior rentabilidade

Uma unidade armazenadora convenientemente localizada dentro da propriedade rural é uma excelente solução para tornar o sistema produtivo mais econômico e rentável. Além de propiciar a comercialização da produção em períodos adequados à maximização de preços — evitando as pressões naturais do mercado na época da colheita — a retenção de produtos na propriedade, se bem conduzida, apresenta inúmeras vantagens. Esses benefícios que saltam aos olhos e refletem diretamente no bolso do produtor são: minimização das perdas, em quantidade e qualidade; economia em transporte, uma vez que o frete tem preço majorado no pique na safra e em função da eliminação de impurezas e excesso de umidade; maior rendimento na colheita, por evitar a espera dos caminhões nas filas nas unidades coletoras, e, por fim, a possibilidade de obtenção de financiamento, através de linhas de crédito próprias para a pré-comercialização (EGF/AGF).

Aumentar o número de equipamentos como silos e secadores no lado de dentro da porteira, a exemplo do que já é uma realidade em países de primeiro mundo como os Estados Unidos, é um dos grandes desafios da agricultura no Brasil. Isso porque a estrutura do setor de armazenagem no País é mínima, se comparada com outros grandes produtores mundiais de grãos. Enquanto no Brasil a capacidade estática da armazenagem nas fazendas anda em torno de 4%, nos Estados Unidos, pode chegar a 60%.

Silo, ao contrário do que se pensa,

não é uma tecnologia adaptada somente para os grandes produtores de grãos. Cada vez mais as indústrias estão diversificando sua linha de produção, visando atender um número cada vez maior de agricultores e de diferentes níveis produtivos. Segundo consultores da área, a competitividade do mercado nos dias atuais precisa ser bem interpretada pelo produtor, para que este possa se tecnificar e garantir espaço no mercado. “É fundamental acompanhar a tecnologia e muitos têm mostrado vontade de alcançar essa excelência”.

A cotação mais elevada pelo produto armazenado sob boas condições se dá em função da tecnologia disponibilizada pelos equipamentos. Além de permitir ao produtor o controle de todas as operações e monitoramento constante das condições da safra, os equipamentos são responsáveis por todo o processo de redução dos índices de umidade, teores de impureza e diminuição do nível de danos ao grão, já que durante a armazenagem/secagem o produto não sofre movimentação brusca.

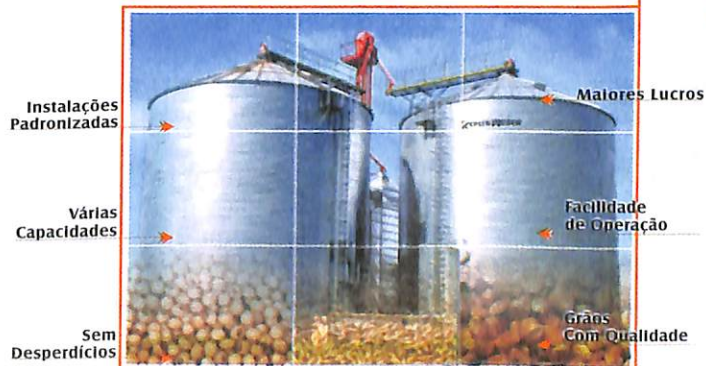
Crédito — Embora com alguns anos de atraso, o governo federal decidiu in-

cluir no Plano Safra 2001/2002 uma linha de crédito no valor de R\$ 100 milhões para a compra de equipamentos para armazenagem, uma espécie de Pró-Silo. Os recursos vieram para atender uma antiga reivindicação de empresas e produtores interessados em investir neste tipo de tecnologia dentro da fazenda. O crédito vai permitir que produtores rurais e as associações rurais de todo o País financiem até R\$ 100 mil por ano. Os juros serão de 8,5% ao ano, com até oito anos de prazo de pagamento e três anos de carência. Os produtores com renda anual de até R\$ 250 mil poderão financiar 100% do valor do equipamento, já os que recebem valor superior poderão financiar 90% do valor.

Divulgação



Armazenagem a Nível de Fazenda



A QUALIDADE  VIABILIZA SUA COMPETITIVIDADE.

KEPLERWEBER®

INFORMAÇÕES
DDG 0800-512104
www.kepler.com.br
marketing@kepler.com.br

FINANCIAMENTO*
Taxas Fixas de
8,75% ao ano.

*Resolução BACEN nº 2867, de 03 de julho de 2001. Prazos: até 8 anos. Valores: até R\$ 100.000,00. Linha de crédito através dos agentes credenciados BNDES.

A MÁFIA VERDE

José Maurício de Toledo Murgel
Diretor do Instituto Rural de Meio Ambiente (Irma)
e-mail: jmmurgel@irma.eng.br

Meu primeiro artigo publicado nesta Revista intitulava-se “Para enterrar o agricultor não falta ONG”. Nele relatava a agressão sofrida pelo setor agrícola, causada pelas ONGs dirigidas por inocentes úteis, ou por pura má-fé, mas sempre financiadas por organismos internacionais que, visando interesses espúrios, tentavam prejudicar o Brasil.

Uma ferrovia ligando nosso Centro-Oeste ao Oceano Pacífico, passando pela República do Peru, foi combatida como sendo capaz de devastar a Amazônia, quando, simplesmente, buscava economizar de 8 a 10 mil quilômetros que nossa soja percorria ao demandar os mercados asiáticos. A soja brasileira produzida no Centro-Oeste tem de ir aos portos de Santos ou Paranaguá para, após passar pelo Cabo Horn, no sul da América do Sul, ou pelo canal do Panamá, pagando extorsivas taxas, chegar aos mercados asiáticos, enquanto a soja americana, com o mesmo destino, sai pela Califórnia, após percorrer todo o território americano por ferrovias. Apesar de mais cara, principalmente por fatores de preço de mão-de-obra, a soja americana chega aos mercados asiáticos bem mais barata que a brasileira, pelo encarecimento do frete desta última.

Nossas projetadas hidrovias, Paraná-Paraguai e Araguaia-Tocantins estão sendo ferrenhamente combatidas por di-

versas ONGs, como predadoras do meio ambiente, quando, a razão correta, é a mesma: encarecer nossos produtos agrícolas em demanda aos mercados internacionais.

Outras ONGs, com o patrocínio dos setores farmacêuticos e de mineração, ainda tentam criar uma nação indígena, sob estrito controle da ONU, nos Estados do Amazonas e Roraima. Assim, nossas reservas minerais e biológicas não mais seriam controladas pelo Brasil, mas pela ONU. Perderíamos uma área superior à da França.

Nosso setor sucro alcooleiro é objeto das mais absurdas investidas que tentam inviabilizá-lo, tornando o açúcar e o álcool de beterraba competitivo pelo preço, sem maiores subsídios, como tem sido feito até então. Esta investida contra o setor sucro alcooleiro é aplaudida pela esquerda que, por sua vez, tenta viabilizar o açúcar e o álcool cubanos, caros pela incompetência, como tudo o que é de esquerda.

A soja transgênica, ferozmente combatida pelo Greenpeace, é outro exemplo de ingerência em nossos assuntos internos, que visa, exclusivamente, proteger à produtividade americana.

“Sempre defendendo a agricultura e os agricultores, combati o bom combate contra estas ONGs, que tanto prejudicam o Brasil”

Minha catilinária contra as ONGs era feita apenas pelo estudo dos efeitos gerados, pouco sabendo da origem das

causas. Recentemente, tomei conhecimento de um pequeno livro intitulado “Máfia Verde, o Ambientalismo a Serviço do Governo Mundial”, que esmiúça a origem do dinheiro que financia estas ONGs e a real finalidade do que estas pretendem.

No setor agrícola, a mais nefasta investida das ONGs é feita através do Conama. Objeto de artigo recente, “Conama, uma aberração jurídica”, este deveria ser um órgão meramente consultivo, mas, por força de caminhos tortuosos, passou a ser um órgão deliberativo, ou seja, suas resoluções têm força de Lei. O Conama, dentro da atual sistemática, tem mais poder que a Presidência da República ou o Poder Legislativo. O presidente pode mandar um Projeto de Lei ou editar uma Medida Provisória que serão objetos de apreciação pelo Congresso Nacional. Já o Poder Legislativo tem de submeter suas leis ao Presidente da República; já o Conama, auto-suficiente, suas portarias entram em vigor na data da publicação, sem serem apreciadas por nenhum Poder da República.

Sempre defendendo a agricultura e os agricultores, combati o bom combate contra estas ONGs, que tanto prejudicam o Brasil; apenas não tinha noção que minha luta era contra uma hidra de cem cabeças, alimentada por dinheiro e interesses internacionais!

O livro “A Máfia Verde”, editado pelo Instituto de Solidariedade Ibero-Americana, pode ser adquirido pela internet, ocomplo@terra.com.br ou pelo tel/fax: (021) 5321-4086. Vale a pena! 

Plantio Direto

PD é a solução para o produtor do Cerrado

Pode-se dizer que o Cerrado descobriu o Plantio Direto na década de 90. A partir dessa época, quando já era uma realidade nacional, o sistema começou, realmente, a ganhar força. Hoje, os resultados a campo comprovam que o PD chegou para ficar nesta região e cada vez avança mais, ao conquistar novos adeptos.

O município de Dourados, no Mato Grosso do Sul, com cerca de 130 mil hectares cultivados, possui mais de 50% desta área plantada nesse sistema. E justamente pela sua representatividade sediou o 5º Encontro Regional de Plantio Direto no Cerrado, promovido pelo Grupo de Plantio na Palha (GPP) e pela Associação de Plantio Direto no Cerrado (APDC), no mês de julho.

“Começamos em 1993, sem experiência, sem máquinas, e fomos evoluindo. Hoje, temos um leque grande de informações, fazendo com que o produtor se integre ao sistema, ano a ano”, recordou o presidente do Grupo de Plantio na Palha de Dourados, Dair Bigaton. Outro dado importante: grandes propriedades já estão com 100% da área cultivada em PD.

Bigaton é um exemplo concreto. Ele passou a adotar o sistema no ano de 1988, em apenas 5% da área das suas fazendas em Rio Brilhante e Sidrolândia. Seis anos

A adoção do sistema se faz necessária em decorrência das condições próprias da região. Esse é o caminho apontado pelo 5º Encontro Regional de Plantio Direto no Cerrado, realizado em Dourados/MS

Texto e fotos: Adriana Langon

depois, aderiu em 100%. “Não sei mais o que é erosão”, ressaltou com orgulho. Atualmente, o produtor encontrou o caminho certo na integração lavoura/pecuária. Em 900 hectares, faz a rotação de culturas de verão e inverno e cria gado para engorde em 1.200 hectares, adubando a pastagem.

Na visão de Bigaton, o PD é a solução para o produtor do Mato Grosso do

Sul, que enfrenta uma safra de interperíodos com clima quente e solo predominantemente arenoso e/ou argiloso, dependendo da região. Ele explica melhor: “no chamado veranico, quando a chuva vem em alta concentração, com a gradiação do solo acaba levando embora a terra, herbicidas... Com a cobertura, a palhada segura a terra, conserva o que temos, evitando a erosão”. Para ele, a partir da preservação deste solo, a tendência é de que se estabilize um sistema climático e evite a erosão.

O pesquisador da Embrapa Agropecuária Oeste (Dourados/MS), Júlio César Salton, um dos palestrantes do encontro, vai mais além, ao afirmar que “antes de ser viável, o PD é necessário para o Centro-Oeste do Brasil”. Em decorrência das suas características próprias, tanto de clima como de solo, ele afirmou que a região sofre muito mais do que qualquer outra, pois as consequências do mau uso do solo acabam tendo um impacto maior e mais rápido.

Um estudo desenvolvido pela Embrapa Agropecuária Oeste, e conduzido pelos pesquisadores Luís Carlos Hernani e Geraldo Augusto de Melo Filho, comprovou os resultados do PD. Somente no Mato Grosso do Sul, o sistema evita a perda de 1,35 milhão de metros cúbicos

69,5 sacas/ha

Em seus 1.500 ha de lavoura de soja, Vicente obteve o resultado de 69,5 sacas/ha e foi o campeão em produtividade.

Nem seria preciso dizer que fertilizante ele usou.

Serrana
Turbo

Serrana
FERTILIZANTES
Ao lado de quem produz



Vicente Luiz Costa Beber - Nova Mutum - MT



A dinâmica de máquinas e implementos agrícolas atraiu grande público, que pode conferir de perto as últimas novidades direcionadas ao sistema

de água e diminui a perda do solo em 7,13 milhões de toneladas. O que na ponta do lápis representaria uma economia de R\$ 285,88 milhões por ano.

Segundo dados da FEBRAPDP, no Mato Grosso do Sul, cerca de 887 mil hectares são cultivados no PD, de um total de 1,2 mil ha de área semeada. Falando especificamente sobre o Cerrado brasileiro, chega-se a 5 milhões de hectares.

“Avançar para uma agricultura cada vez mais sustentável é o nosso objetivo. Estamos aprendendo a conviver em melhor harmonia com a natureza, sem perder o foco na produção”, destacou o presidente da APDC, Helvécio Saturnino. O inglês John Landers, radicado no Brasil, que também faz parte da APDC, fez questão de reforçar durante sua explanação no seminário internacional (inserido dentro da programação do evento) a posição modelo hoje conquistada pelo Brasil. “Quando se trata de PD, somos exemplo nos tópicos filosofia, organização e integração”, disse ele. Mesmo assim, lembrou que o sistema pode evoluir ainda mais, com o produtor tomando os de-

vidos cuidados, tanto no plantio em sequeiro quanto no irrigado.

A estimativa de que o Brasil tenha hoje 14 milhões de hectares cultivados em PD é uma prova mais do que concreta de que o grande desafio foi aceito. A afirmação foi feita pelo presidente da Confederação das Associações Americanas para uma Produção Agropecuária Sustentável (Caapas), Manoel Henrique, conhecido por Seu Nonô. “Há anos o PD era uma luz no fim do túnel, hoje é um caminho sem volta”, disse, categoricamente, na noite de abertura do evento. Ao apresentar dados internacionais, ressaltou que o sistema é uma tendência mundial. Segundo ele, os 69 milhões de ha cultivados em PD, na safra 1999/2000, pelos Estados Unidos, Brasil, Argentina e Canadá, respondem por mais de 90% da área de PD do planeta. Abordou ainda que o grande potencial do sistema é a velocidade no ganho de matéria orgânica e que o produto do futuro será o carbono.

O pioneiro Herbert Bartz, que está completando 29 anos no sistema e este-

ve presente no encontro, mais uma vez reforçou que o PD é uma questão de sobrevivência. “Temos que produzir mais e mais barato. Tudo isso, tendo a natureza como grande aliada”, acrescentou. Como a redução de custos e os ganhos de produtividade, que em alguns casos triplicam, agora, acredita Bartz, o grande desafio está na área da pesquisa. “Embora os pesquisadores já estejam sensíveis aos reais ganhos do sistema, ainda temos muito o que avançar e a ser explorado”, contrapôs.

ROTAÇÃO DE CULTURAS

“Temos de rotacionar. Precisamos ter estratégias regionais e adequadas à realidade local”, enfatizou o pesquisador do Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), Ademir Calegari, palestrante do evento. Ele argumentou que a rotação de culturas, incluindo diferentes espécies de plantas de cobertura adaptadas regionalmente, podem contribuir para uma maior biodiversidade no meio ambiente e, conseqüentemente, maior equilíbrio do sistema como um todo. “O uso intenso de pastagens, da monocultura e manejo incorreto dos recursos naturais agrava ainda mais os problemas de degradação do solo, além de predispor mais as culturas ao possível ataque de pragas e doenças”, alertou ele.

Advertiu ainda que o uso da rotação de culturas em propriedades diversificadas dependerá de um planejamento ordenado e criterioso. Outro ponto fundamental apontado por ele é o monitoramento contínuo das áreas com rotação de culturas. “As espécies a serem incluídas na rotação deverão ser criteriosamente selecionadas, de acordo com as condições ambientais e de cobertura do solo”, acrescentou. E concluiu: “O Sistema Plantio Direto, incluindo-se o emprego de plantas de cobertura adequadamente conduzi-



Bigaton, do GPPD: o produtor está se integrando cada vez mais ao sistema



Salton, da Embrapa: rotação de culturas é fundamental para o PD



Landers, da APDC: o Brasil é exemplo internacional



Além das demonstrações a campo, também foram ministrados cursos, realizados painéis técnicos e um dia de campo em fazendas próximas à cidade

das em rotação com cultivos comerciais, adaptados regionalmente, permitem uma melhor distribuição do trabalho durante todo o ano, resultando em economia de mão-de-obra e maior diversificação”.

Integração lavoura/pecuária — Júlio Salton também salientou que sem rotação o PD não funciona na sua plenitude. E apontou com uma das grandes alternativas a integração da lavoura/pecuária. Entre as vantagens estão o au-

mento da estabilidade de renda do produtor; diversificação das espécies, favorecendo a rotação de culturas; melhoria das condições físicas do solo, com a inclusão de pastagem nas áreas de lavouras, e a recuperação da fertilidade do solo, com a inclusão de lavoura em áreas de pastagens degradadas. Isso tudo sem falar da produção concentrada e volumosa para alimentação animal; aumento da eficiência de utilização de fertilizantes e cor-

retivos; preservação do ambiente; redução de custos; controle de pragas, doenças e plantas daninhas; e produção de pasto, forragem conservada e grãos para terminação de novilhos na estação seca. “São pontos importantes que ajudam o produtor na busca da sustentabilidade”, destacou.

Trigo sustentável — O Mato Grosso do Sul quer retomar o plantio de trigo. Esse é o compromisso assumido a partir da assinatura de um protocolo de intenções entre o governo do Estado, a Federação da Agricultura no Mato Grosso do Sul (Famasul), Banco do Brasil, empresas privadas e entidades rurais. Para que essa meta realmente se concretize, o governo do Estado prometeu liberar recursos para pesquisas e desenvolvimento técnico. A produção de trigo no Estado que já ocupou 400 mil hectares, hoje fica próxima a 14 mil hectares.

O evento reuniu 600 participantes, atraindo pesquisadores, produtores e extensionistas do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Bahia, São Paulo, Tocantins, Goiás, Distrito Federal e Paraná, além de representantes de países vizinhos, como Venezuela, Bolívia, Colômbia e Peru.

Foram ministrados cursos, realizados painéis, visita a experimentos, dinâmica de máquinas e um dia de campo em fazendas próximas à cidade. Na dinâmica de máquinas, por exemplo, os participantes puderam conferir pulverizadores, moto-bomba, picador e desintegrador, plataforma para colheita de milho, roçadeira costal motorizada, moto-poda, plantadeira adubadeira, semeadora adubadora e descompactador de solos. Já nas visitas às propriedades, foram demonstrados rotação lavoura/pecuária, aveia para pastejo/feno/cobertura/grão; pastoreio intensivo/rotativo; trigo; milho/sorgo safrinha; confinamento; adubação de pastagem; espécies de outono-inverno; pastagens; sorgo + tanzânia (pastejo). 

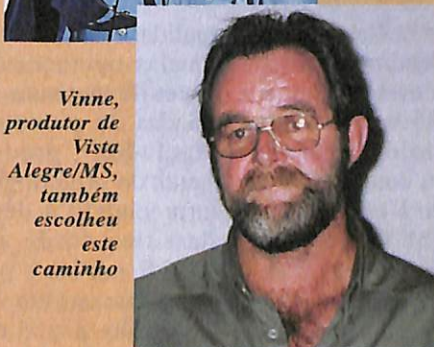
Uma rotação a mais

O produtor Lucas Johannes Maria Aernoudts, presidente do Clube Amigos da Terra, de Uberlândia/MG, usa o PD há 10 anos. Uma experiência que começou com 58 hectares de milho e hoje já ocupa uma área de 2,5 mil hectares, entre milho, soja, feijão e ervilha. “Fui movido pelos resultados que vinha experimentando”, afirmou, destacando que no milho o seu rendimento chega a 125 sacos e na soja, a 48 sacos. “O aumento na produtividade faz parte da evolução no sistema, assim como a drástica redução da erosão, um menor consumo de óleo diesel e redução na mão-de-obra”, enumerou o produtor. Neste processo de evolução, em 250 hectares optou pela integração lavoura/pecuária. Ou seja, milho, gado e soja. “O gado é uma cultura a mais”, justificou ele. O Clube Amigos da Terra conta com 265 produtores, que respondem por 50% da área de 100 mil hectares com PD, entre soja e milho, cultivada no município.

Quem também colhe os resultados com a integração lavoura/pecuária é o produtor Ake Van Der Vinne, de Vista Alegre/MS. “Desde 1972, quando comecei com lavoura, já sonhava com a integração”, destacou ele. O sonho somente se concretizou em 1989, quando, desde 1987, fazia 100% da área cultivada em PD.



Aernoudts, produtor em Uberlândia/MG, optou pela integração lavoura/pecuária



Vinne, produtor de Vista Alegre/MS, também escolheu este caminho

O primeiro passo foi dado com a integração da soja com a pecuária em uma área pequena. Hoje, o sistema é usado em 750 hectares, num ciclo de rotação de cinco anos, entre soja, milho, aveia e milheto, tanzânia e brachiária. “Nas pastagens, chego a tirar entre 18 a 20 arrobas por hectares/ano”, calculou Der Vinne. Segundo ele, essa rotação só tem a somar vantagens.

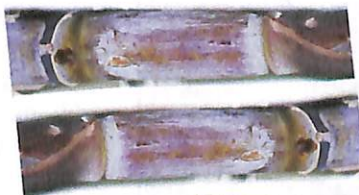
AÇÚCAR e ALCÓOL

Demanda mundial maior que a oferta

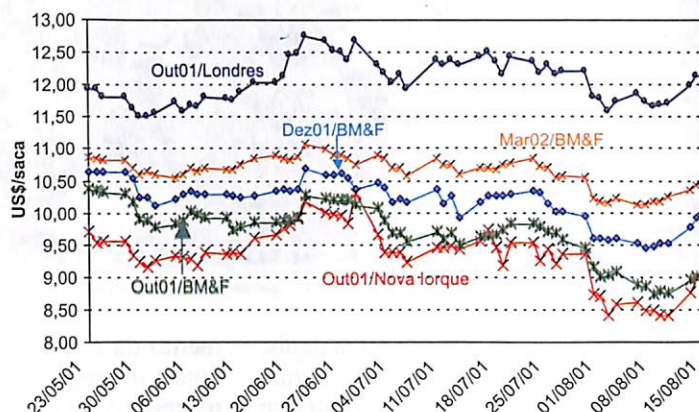
Carlos Alberto Widonsck –
carlosw@bmf.com.br
Este artigo foi redigido com
base em dados disponíveis
até 16/08/2001

Forte movimento de alta nas principais bolsas de açúcar na semana (09/08/2001 a 15/08/2001). Segundo alguns traders, esta alta no mercado deveu-se ao relatório da *Commodity Futures Trading Commission (CFTC)* informando as posições na bolsa de Nova York, onde os fundos estavam vendidos em 27.294 contratos, ocasionando um movimento de cobertura destas posições, isto é, um movimento de compra de contratos. Uma *trading* britânica, em seu último relatório, prevê um déficit mundial de 2,49 milhões de toneladas de açúcar em 2001/2002. Na safra passada, segundo esta mesma *trading*, o déficit teria sido de 1,29 milhão de toneladas. Estes fatores levaram a um incre-

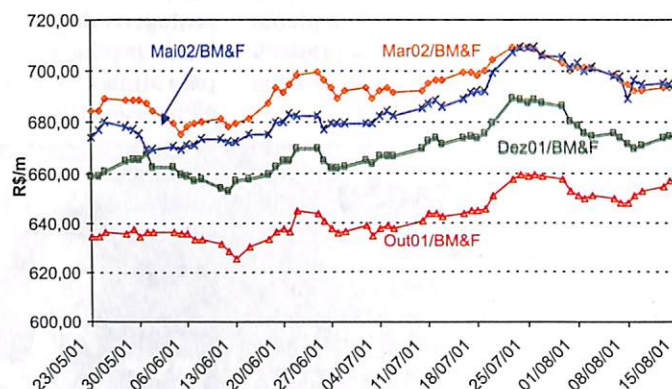
mento nas cotações do mês mais curto (out/2001) nas bolsas de Nova York, Londres e BM&F de 6,81%, 3,84% e 2,50%, respectivamente. Segundo cálculos da Única, o consumo mundial de etanol gira em torno de 40 bilhões de litros, sendo que o Brasil, sem mexer na sua capacidade instalada, tem condições de suprir esta demanda em 16 bilhões de litros. Os vencimentos futuros de álcool anidro também se valorizaram, se bem que de uma maneira mais modesta, acompanhando o mercado de açúcar, movimento que não estava acontecendo até bem pouco tempo atrás. Por outro lado, continua o impasse quanto aos vencimentos março/2002 e maio/2002, como pode ser visto no gráfico



AÇÚCAR: PREÇOS FUTUROS E INDICADOR À VISTA



ALCÓOL: PREÇOS FUTUROS



ALGODÃO

Intervenção não altera preços

Plínio Penteado de Camargo –
plinio@bmf.com.br
Este artigo foi redigido com
base em dados disponíveis
até 16/08/2001

A pesar da realização de dois leilões de PEP, praticamente nada ocorreu com preços e liquidez do produto no mercado disponível, o qual, como nos anos anteriores, no período de realização dessas operações, fica a elas atrelado. No segundo leilão, o governo ofereceu PEP para 30 mil toneladas, que foram quase totalmente

arrematadas – 29.464 toneladas, ao preço máximo de abertura, que foi o mesmo do leilão anterior: R\$ 0,26 por kg. Do total negociado, a indústria de fiação ficou com 49% e o saldo destinado à exportação. O total desembolsado pela União nos dois leilões foi de R\$ 13,660 milhões. No segundo leilão, a BM&F manteve a liderança no ranking das bolsas participantes com 16,2 mil toneladas, ou 55% do total. As operações de Aquisição do Governo Federal – AGF – poderão deslançar daqui para a frente, em virtude da simplificação do processo de classificação, pois, doravante, somente a BM&F estará autorizada pela Conab para certificar a

qualidade dos lotes oferecidos àquelas operações. Segundo fontes do mercado, 1,1 mil toneladas do produto já foram “agefados”, predominantemente de origem goiana. Tem surpreendido a demanda por classificação de algodão na BM&F, por ser a primeira safra em que está em vigor a nova legislação, a qual desobriga a classificação para o produto destinado ao mercado interno. Já foram classificados cerca de 700 mil fardos, sendo que a produção do principal Estado produtor – Mato Grosso – sofreu atraso na colheita e beneficiamento em virtude de chuvas ocorridas no início das operações. Quanto aos preços internos, como dissemos

acima, mantiveram-se estáveis, fechando o indicador Esalq/BM&F a R\$ 86,32. Na bolsa de Nova York, out/2001, operou em níveis mais baixos que no período anterior, fechando a US\$ 38,72/lp. O registro do disponível foi de 14 mil toneladas, contra 14,3 mil toneladas no período anterior. Para terminar, há que se mencionar a crescente preocupação com as notícias sobre novos programas de subsídios que serão concedidos aos produtores de algodão nos Estados Unidos, que contribuirão ainda mais para deprimir o preço a nível mundial, com óbvias consequências no mercado interno.

MILHO

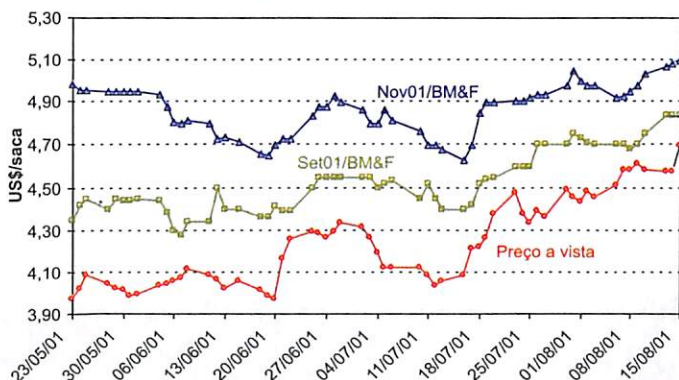
Área plantada permanece indefinida

**Seneri Kernbeis Paludo –
gma@bmf.com.br**
Este artigo foi redigido com
base em dados disponíveis
até 16/08/2001

De acordo com o relatório de 13/08 do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA), as lavouras norte-americanas, em condições boas a excelentes, caíram de 60% para 57% na última semana, o menor patamar no ano. O mercado já estava esperando esta redução, em virtude das altas temperaturas e da baixa umidade que assolaram o cinturão norte-americano justamente no período de formação da espiga, época de alto risco para a produtividade. Em seu relatório mensal de oferta e demanda mundial, divulgado em 10 de agosto, o USDA estimou a produção norte-americana em 235,38 milhões/toneladas para 2001/2002, 5,8 milhões/toneladas abaixo do último relatório. Os estoques finais para 2001/2002 foram estimados em 37,07 milhões/toneladas,

apresentando uma queda de 20% em relação ao relatório passado. Outro país que apresentou queda na expectativa de produção foi a China, que caiu de 115 milhões/toneladas para 105 milhões/toneladas. Mas, por outro lado, surgiu a notícia da possibilidade da China voltar ao mercado vendendo até 2 milhões de toneladas. O mercado interno permanece na expectativa da redução da área plantada para a safra de verão e, também, quanto ao lançamento de Contratos de Opção, que deve ser anunciado nos próximos dias. Segundos dados divulgados pela Confederação Nacional da Agricultura, estima-se a redução de 15% a 20% da área plantada com milho na próxima safra de verão. No período de 10 a 15 de agosto, a cotação no mercado à vista teve alta alavancada por exportações. O contrato de novembro/2001 da BM&F apresentou-se altista, terminando, em 15/08, cotado a US\$5,10/saca e setembro/01 a US\$4,84/saca, como podemos observar no gráfico.

PREÇOS FUTUROS



CAFÉ

Aumenta a participação de estrangeiros no contrato da BM&F

**Sergio Beczkowski –
sergioib@bmf.com.br**
Este artigo foi redigido com
base em dados disponíveis
até 16/08/2001

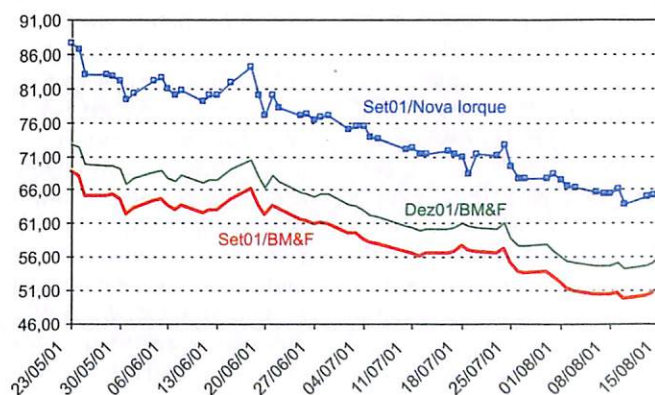
A semana de 08/08 a 15/08 foi marcada por uma certa estabilidade no mercado de café. Em São Paulo, houve um pequeno incremento de US\$ 0,60/saca – base setembro –, fechando a US\$ 51,35/saca, em 15/08. Em Nova York, houve uma pequena queda no período, de US\$40,45/lb, fechando a US\$49,20/lb para a mesma base. Os estoques certificados em São Paulo tiveram um aumento de 23 mil sacas, atingindo 138 mil sacas, e, em Nova York, houve uma queda de 11 mil sacas, atingindo 3,58 milhões de sacas. As notícias mais importantes da semana foram: 1- a divulgação do estoque, em 31/07, da Green Coffee Association (GCA), que mostrou uma queda de 58 mil sacas em relação a 30/06, atingindo 5,995 milhões de sacas. No mesmo período em 2000, houve um incremento de 690 mil sacas; 2- o anúncio do Vietnã a respeito da diminuição gradativa da área de plantio.

Parece que ambas as notícias não influenciaram as cotações. Segundo analistas, o mercado já esperava o número da GCA. E quanto ao Vietnã, a previsão da safra 2001/2002 está acima dos 16 milhões de sacas, um número bastante significativo.

Além disto, segundo meteorologistas, não há previsão de frentes frias para as regiões cafeeiras nos próximos 10 dias.

Na BM&F, a participação do estrangeiro no contrato de café tem tido um ótimo incremento, atingindo, no período acima descrito, a 20% dos contratos em aberto de compra e 5% dos de venda (vide quadro abaixo). No mercado interno, as cotações foram as seguintes: a Bica Tipo 6 a R\$ 111,00/saca, a Rio Tipo 7 a R\$ 82,00/saca e o Conillon Tipo 7 a R\$ 50,00/saca. Os estoques em mãos das cooperativas, em 31/07, atingiram 4,65 milhões de sacas. Na exportação, a qualidade Swedish foi cotada a contra NY – 13¢ dezembro para embarques set/nov.

PREÇOS FUTUROS



SOJA

Clima ainda dá as cartas

Antonio Bueno –
bueno@bmf.com.br
Este artigo foi redigido com
base em dados disponíveis
até 16/08/2001

Em 14 de agosto, as cotações futuras registraram quedas na bolsa de Chicago, com o vencimento maio/2002 cedendo 6,5 cents/bushel (US\$ 0,13/saco) e fechando a US\$ 5,125/bushel (US\$ 11,30/saco). Este recuo foi motivado por previsões climáticas que se reportavam a fortes possibilidades de chuvas e de temperaturas mais amenas nas regiões de produção nos EUA. As chuvas ocorreram, com boa cobertura das seções noroeste e oeste do *corn belt* (grande faixa de concentração das lavouras de milho e soja, abrangendo vários estados norte-americanos, ao sul dos

Grandes Lagos). Entretanto, em torno das 12 horas (hora local em Chicago) do dia 15, o pregão da citada bolsa recebeu notícias de que as esperadas precipitações, ao atingir o importante estado de Iowa, haviam começado a dissipar-se antes de alcançar a seção leste do *corn belt*, onde persistem bolsões de seca. A par deste fato, a *Pro Farmer Crop Tour*, caravana de agrônomos, traders e analistas de soja que todo ano percorre às lavouras da oleaginosa nos EUA, dava conta de plantios em condições bastante desfavoráveis, sobretudo na mencionada seção leste. Em decorrência, os preços futuros fecharam em alta na referida bolsa. O vencimento maio/2002 encerrou o dia com o preço de ajuste de US\$ 5,17/bushel (US\$ 11,40/saco). Ao encerrar-se

esta edição, as cotações de Chicago estavam novamente

recuando devido à expectativa de chuvas adicionais.

PREÇOS FUTUROS E INDICADOR À VISTA



BOI GORDO

Confinamento determinará preços de entressafra

Fabiana S. Perobelli –
fabianap@bmf.com.br
Este artigo foi redigido com
base em dados disponíveis
até 16/08/2001

O mercado físico de boi gordo se comportou em queda no período de 9 a 15 de agosto. O indicador Esalq/BM&F abriu a R\$ 42,30/@ e fechou a R\$ 42,15/@. No atacado, permanece a estabilidade, com o traseiro sendo negociado a R\$ 3,05/kg e o dianteiro a R\$ 2,15/kg. Os analistas não esperam nenhum movimento de alta para o atacado, que segue pouco demandado no curto prazo. Tal quadro tem gerado uma acomodação dos

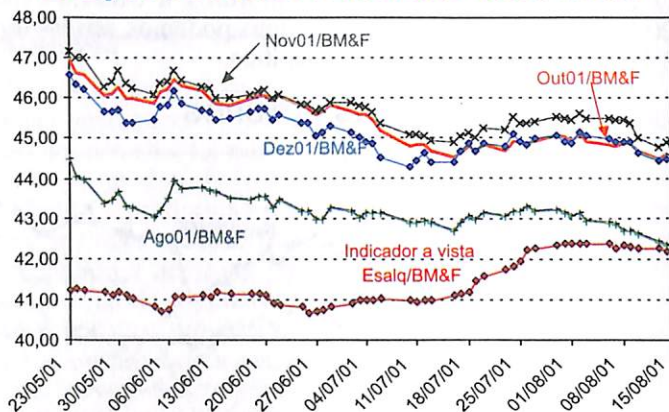
frigoríficos quanto à reposição das escalas de abate.

O mercado futuro de boi gordo da BM&F também operou em baixa no período especificado, realinhando-se ao comportamento do físico. No dia 15 de agosto, o ago/2001 fechou a R\$ 42,25/@, o out/2001 a R\$ 44,54/@, o nov/2001 a R\$ 44,87/@ e o dez/2001 a R\$ 44,50/@. O spread out/dez reflete a incerteza do mercado quanto ao mês que estará mais próximo ao pico da entressafra – já que, aparentemente, o mercado já absorveu o novembro como pico. Os preços futuros serão determinados pelo ritmo de entrada do confinamento (que sofrerá influência do quadro climático). Outro fator também importante serão os desdobramentos do atual desaquecimento da economia na renda. Lembrar que o mercado de carne bovina é elástico à renda, isto é, varia-

ções positivas (ou negativas) na renda determinarão um in-

cremento (ou decréscimo) na procura por carne.

PREÇOS FUTUROS E INDICADOR À VISTA



ARROZ

Exportação para o Irã mobiliza governo e entidades

O governo brasileiro vem se empenhando em liberar seus estoques de arroz do sul do País para mercados fora do âmbito do Mercosul. O objetivo é abrir novos mercados ao produto brasileiro. O Brasil tem mais de 2 milhões de toneladas de arroz nos estoques públicos. No dia 8 deste mês, uma missão comercial brasileira, com a presença de técnicos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), segue para o Irã, a fim de negociar a venda do cereal para aquele país. A meta da Associação Brasileira da Cadeia Produtiva do Arroz (Abrarroz) é comercializar entre 100 mil e 200 mil to-

neladas do grão ainda neste ano, oriundos dos estoques oficiais do Rio Grande do Sul. O produto a ser negociado é o longo fino tipo 1 com zero de quebrado. O Irã é um dos países que deve apresentar o maior volume de importação, passando de um 1 milhão de toneladas para 1,25 milhão de toneladas.

O mercado do produto em casca, em agosto, começou a dar sinais de reaquecimento, com negócios fechados a R\$ 17,00/saco à vista. A melhor sustentação do mercado também é possível a partir do aumento do interesse de beneficiadores do Mato Grosso pelo arroz em casca. A expectativa é de que as compras se acentuem nos próximos meses. Fatores como a redução média de 20% das importações do Mercosul, nos primeiros seis meses do ano, a possibilidade de exportação para o Irã, a falta do produto nos demais Estados e a baixa qualidade do produto estocado no Centro-Oeste projetam, para o segundo semestre, um mercado mais firme e com preços mais remuneradores.

Casca (saco/50 kg)		
Praça	Mín.	Máx.
Pelotas	15,10	15,10
Uruguiana	15,10	15,10
Capivari	16,00	16,00
Sequeiro (casca/saco 60 kg)		
Praça	Mín.	Máx.
Goiânia	21,50	21,50
Cuiabá	18,25	18,25

SUÍNOS

Pouco consumo e preços em queda preocupam o setor

O mês de agosto foi marcado pela variação negativa dos preços nos grandes centros produtores brasileiros. No Paraná, a cotação média foi de R\$ 1,23/kg, o que significa uma queda de 3,9% em relação ao preço médio praticado no Estado, no final do mês de julho. Segundo o Departamento de Economia Rural do Paraná, os principais motivos para essa queda nos preços recebidos pelos produtores foram o baixo consumo e o excesso de carne no mercado. O inverno ameno, na opinião dos técnicos, também tem contribuído negativamente para o

aumento do consumo. A região de Ponta Grossa/PR é a que apresenta a melhor cotação, com uma média de R\$ 1,29/kg. Nas regiões de Toledo/PR, Francisco Beltrão/PR e Pato Branco/PR, as médias situam-se entre R\$ 1,15/kg e R\$ 1,20/kg.

No Estado de Santa Catarina, maior produtor nacional de suínos, a situação não é diferente. O quadro preocupa os produtores, e a Associação Catarinense de Criadores de Suínos enviou documento para o governo do Estado e para o Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados de SC, informando sobre as possíveis consequências da queda dos preços para toda a cadeia produtiva. A Associação afirmou que haverá um grande prejuízo aos produtores, caso não haja reajuste dos preços pagos pelas agroindústrias, pois o custo de produção está em R\$ 1,31/kg, enquanto o criador recebe R\$ 1,26/kg com a tipificação. Em São Paulo, o maior consumidor, os preços permanecem estáveis, com cotação entre R\$ 1,58 e R\$ 1,63/kg.

Preços R\$/kg/vivo*		
Estado	Mín.	Máx.
São Paulo	1,58	1,63
Paraná	1,25	1,27
Santa Catarina	1,19	1,20
Goiás	1,65	1,70
RS	1,20	1,20
Minas Gerais	—	1,68
Esp. Santo	1,87	1,92
MS	1,20	1,25
Mato Grosso	—	1,25

*em 23/08/2001

Leia em outubro na revista

■ O BRASIL AGRÍCOLA
VAI PRODUIR

100 MILHÕES DE TONELADAS (?) (!)

a granja

■ Os novos horizontes estão na produtividade

Exportações chegam a US\$ 22,5 bilhões

O bom desempenho das exportações do setor agropecuário brasileiro resultou em saldo positivo: de agosto de 2000 a julho deste ano, as vendas externas alcançaram US\$ 22,5 bilhões, com superávit de US\$ 17 bilhões. De acordo com o ministro da Agricultura e do Abastecimento, Marcus Vinícius Pratini de Moraes, as vendas externas aumentaram US\$ 1,7 bilhão, se comparado ao mesmo período do ano passado. Já o saldo da balança comercial do agronegócio teve um acréscimo de US\$ 2,1 bilhões, de agosto de 2000 a julho deste ano, em relação aos 12 meses anteriores, quando

atingiram US\$ 14,9 bilhões. "Isso mostra que o agronegócio é que segura o comércio exterior brasileiro", afirmou Pratini. As exportações de carnes alcançaram US\$ 2,4 bilhões, com acréscimo de 26,1%; as do complexo soja, US\$ 4,8 bilhões, ou seja, mais 22%; as de açúcar chegaram a US\$ 1,7 bilhão, mais 22,9%, e as de couros e calçados, US\$ 2,3 bilhões, mais 19,6%.

O aumento da receita das exportações desses produtos, totalizando US\$ 2,1 bilhões, compensou as perdas com a queda de vendas externas de café (US\$ 468 milhões) e suco de laranja (US\$ 469 milhões), de agosto a julho deste ano.

Bunge aumenta em 18% a produção de fertilizantes

Em plena época de racionamento, a Bunge Fertilizantes, ao mesmo tempo que economizou energia, conseguiu aumentar a sua produção em cerca de 18%. O segredo foi a transformação de energia térmica em elétrica. A estratégia da empresa, líder na América Latina na produção de fosfato bicálcico para nutrição animal, foi utilizada no complexo industrial de Cajati, localizado no Vale do Ribeira, em São Paulo. É a partir desta jazida que é extraído o mineral, considerado a fonte de fósforo mais segura, que tem como finalidade balancear os ní-

veis de cálcio e fósforo nas rações e em outros suplementos alimentares.

O complexo industrial iniciou suas atividades em 1942, com a exploração da jazida mineral. Atualmente, são produzidas por ano 500 mil toneladas de rocha, 300 mil toneladas de fosfato bicálcico, com uma receita de US\$ 84 milhões. Do total da produção, 57% é comercializada para empresas misturadoras de sal mineral para bovinos, 40% para grandes empresas do setor dedicadas à criação de aves e suínos e cerca de 3% exportada para países do Mercosul.



Novo presidente da AMA quer investir em logística

Incrimentar a parte logística de transporte ferroviário e fluvial para escoar com mais facilidade os fertilizantes por todo o Brasil. Conforme o novo presidente da Associação dos Misturadores de Adubos do Brasil (AMA), George Wagner Bonifácio e Sousa (na foto), esta é uma das principais metas de sua gestão. "Precisamos tornar os associados mais atuantes, facilitando a chegada dos produtos ao destino final", declara. Entre os planos da nova diretoria, Sousa, que tomou posse no dia 14 de agosto, em São Paulo/SP, destaca, ainda, a importância de orientar e discutir problemas econômicos e técnicos, otimizando o desempenho do quadro associativo. "Queremos inteirar cada vez mais as autoridades dos problemas e anseio dos agricultores, principalmente dos pequenos e médios".

De acordo com presidente, com a alta do dólar, o preço do produto final para o consumidor teve um acréscimo de



30%. "Sobe o dólar, sobe o preço", declara. Ele informa que o mercado cresceu 8%, em média, nos últimos quatro anos e a previsão para os próximos 20 anos é de que o aumento fique em torno de 5%. Com 62 associadas, concentradas nas regiões Centro e Centro-Sul do País, a AMA comercializou, em 2000, cerca de 5 milhões de toneladas de fertilizantes, ou seja, 30% das 16,4 milhões de toneladas consumidas pela agricultura brasileira, com um faturamento de R\$ 2,5 bilhões.

Irga empossa diretores e divulga orçamento para 2002

Após seis meses da apresentação da lista tríplice pelo Conselho Deliberativo do Instituto Riograndense do Arroz (Irga), o governo do RS aprovou a indicação dos nomes e empossou os novos diretores técnico e administrativo. O agrônomo e ex-funcionário do Irga, Flávio Jair Schirmann, será o diretor do departamento técnico. Para o departamento administrativo, foi nomeado o orizicultor e advogado Eduardo Freitas. Com mandato previsto de três anos, os diretores pretendem desenvolver ações intensas nas políticas setoriais, no trabalho de extensão rural e na área de pesquisa. O presidente do Irga, Francisco Signor, disse que a área da pesquisa será priorizada em 2002, com 23% do orçamento de R\$ 25,3 milhões. A verba é 10% superior ao liberado em 2000. Ele afirmou que os recursos possibilitarão o desenvolvimento de novas variedades, convênios com universidades e a continuidade de projetos em andamento. Outros 18,4% serão aplicados em assistência técnica e rural. O objetivo é agilizar a produção de material consistente para a elaboração de boletins conjunturais diários que sirvam de base para o trabalho do produtor.

Inseticidas comprovam eficiência a campo

A Hokko do Brasil está divulgando uma série de resultados que comprovam a eficiência de seus inseticidas Orthene e Atabron, especiais para as culturas de soja, milho e algodão. O sucesso dos produtos foi comprovado por diversos produtores líderes do Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, que confirmaram o aumento da produtividade e a redução dos custos de produção. O inseticida Atabron, usado em algodão, milho e soja, destaca-se pela seletividade aos insetos benéficos, eficiência no controle de lagartas e longo período residual, que ajuda a reduzir o número de aplicações. De acordo com o coordenador de marketing de grandes



culturas da Hokko, Luiz Cláudio Micelli, este produto age com muita rapidez. "Ele provoca a ativação da quitinase, enzima responsável pela quebra da cutícula da lagarta, impedindo-a de mudar a pele e provocando sua morte. Além disso, per-

mite ao produtor flexibilizar as dosagens e as aplicações, de acordo com o nível das infestações, resultando em economia". Já o Orthene é um inseticida de alta seletividade, eficiência e baixa toxicidade, pois pertence à classe toxicológica quatro (faixa verde).

Com mais de 30 anos de Brasil, a Hokko conta hoje com filiais de vendas e equipe técnica atendendo às principais regiões agrícolas do País. Seu portfólio é composto por 40 produtos, entre herbicidas, inseticidas, fungicidas e adjuvantes. Na última década, foi uma das empresas que mais cresceu no segmento de defensivos agrícolas, tanto que neste ano deverá alcançar um faturamento de cerca de US\$ 90 milhões.

Vilmondes Olegário da Silva assume a Conab

A principal atribuição da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é dar sustentação às políticas e metas do governo federal. A afirmação é do novo presidente da entidade, Vilmondes Olegário da Silva (na foto), que assumiu o cargo em julho. Durante o seu discurso, ele ressaltou que o papel da Conab não está restrito a apoiar os programas de distribuição de cestas básicas, que é uma demanda do governo. "Como prestadora de serviços, a entidade atua, principalmente, como órgão regulador do mercado, garantindo abastecimento e evitando movimentos especulativos e oscilações bruscas nos preços dos alimentos", declarou. Olegário lembrou, ainda, que o

Plano Agrícola 2001/2002 destinará R\$ 3 bilhões para dar suporte à comercialização da próxima safra, disponibilizando instrumentos como Aquisições do Governo Federal (AGF), Contrato de Opções e Prêmio de Escoamento de Produto (PEP). "Apoiando as ações do governo e atuando como regulador do estoque de alimentos, podemos assegurar renda ao agricultor e preço justo ao consumidor", enfatizou.

O novo presidente assumiu o

cargo no lugar de Antônio Carlos da Silveira Pinheiro, que pediu demissão em função de suas declarações sobre a licitação para a compra de 1,5 milhão de cestas básicas destinadas ao programa de combate à seca no Nordeste.

Divulgação



Anote aí

O município de Bento Gonçalves/RS vai sediar, de 11 a 15 de setembro, o Salão Brasileiro do Vinho. Considerado o único evento de negócios do setor, o **VinoBrasil 2001** tem como objetivo promover o aumento do consumo de vinhos no País e o desenvolvimento da vitivinicultura brasileira. Contatos pelo site www.newtrade.com.br ou (54) 452.7322.

A Associação Brasileira da Batata estará realizando, de 19 a 21 de setembro, em Uberlândia/MG, o XI Encontro Nacional de Produção e Abastecimento de Batata e o VII Seminário Nacional de Batata Semente. O objetivo é discutir sobre a introdução de novas tecnologias, legislações com ênfase ao tema água e comércio internacional, modernização da comercialização de batata, consumo e a sustentabilidade da cadeia nacional. Informações pelo fone (15) 272.4988.

De 24 a 27 de setembro será realizado, em Vitória/ES, o II Simpósio de Pesquisa dos Cafés do Brasil. Promovido pelo Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café, o evento apresentará palestras e painéis sobre mercado, industrialização e novas tecnologias de plantio. Informações pelo site www.embrapa.br/cafe ou pelo fone (61) 448.4566.

A III Conferência Internacional sobre Degradação de Terras será realizada entre os dias 24 e 28 de setembro, no Hotel Glória, no Rio de Janeiro/RJ. O evento, organizado pela Embrapa Solos, contará com a participação das maiores autoridades mundiais em solos e recuperação de áreas degradadas, que debaterão o tema "Degradação de Terras: Novas Tendências Visando a Sustentabilidade Global". Maiores informações podem ser obtidas pelo site www.cnps.embrapa.br/icld3 ou pelo fone (21) 274.4999.

Sementes de repolho Scorpion chegam ao mercado

A Asgrow está lançando no Brasil um novo tipo de repolho: o híbrido Scorpion, considerado o primeiro repolho verde do mercado, desenvolvido com a metodologia *Cytoplasmic Male Sterility* (CMS), que resulta em sementes 100% híbridas, garantindo redução de perdas e total uniformidade da safra. O novo produto, que terá sementes disponíveis no mercado a partir deste mês, amplia o aproveitamento das áreas, pois as plantas são mais eretas e permitem o plantio adensado (50 mil plantas/hectare). O produto já foi testado em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul, onde alcançou produtividade de 2.800 a 3.000 sacos por hectare. Outra vantagem é que as cabeças de tamanho médio e coração pequeno tiveram ótima aceitação comercial. Além disso, o novo repolho tem ciclo precoce (85 a 95 dias), o que permite melhor capitalização do produtor.



Divulgação

Manuais sobre cancro cítrico

Conhecer as diversas maneiras de evitar o cancro cítrico para impedir danos irreversíveis aos pomares. É com este ob-



Divulgação

jetivo que a Embrapa está lançando o "Manual Técnico sobre o Cancro Cítrico" e a "Clorose Variegada dos Citros (CVC)", duas publicações que podem ajudar técnicos e citricultores a afastar o problema. Esta preocupação surgiu, principalmente, porque frutas cítricas de mesa, com alta qualidade, são objetos de grande interesse por parte de mercados de todo o mundo. Os dois títulos são de autoria dos pesquisadores Roberto Pedroso de Oliveira, Walkyria Bueno Scivittaro e Bonifácio Hideyuki Nakasu, todos da Embrapa, além de Marcos Antônio Machado, do Instituto Agronômico de Campinas.

IAC lança livro sobre fertilidade do solo

O Instituto Agronômico (IAC), da Secretaria de Agricultura de São Paulo, lançou recentemente o livro "Análise Química para Avaliação da Fertilidade de Solos Tropicais". A publicação traz métodos de análise para fertilidade desenvolvidos pelo IAC, baseados em longa experimentação e com a preocupação em aprimorar os diagnósticos para solos brasileiros. O livro, uma obra conjunta de pesquisado-



res e professores do Instituto Agronômico, Instituto de Química da Unicamp, Embrapa Meio Ambiente, Cena/USP, Esalq/USP, Unesp Jaboticabal e Universidade Federal da Paraíba, contempla sistemas selecionados para uma completa caracterização química da fertilidade, atendendo não apenas às necessidades agronômicas de correção e adubação de solos, mas também às exigências ambientais.

Embrapa e Iapar têm novos cultivares de trigo

A partir da próxima safra, os produtores de trigo do Paraná terão à disposição três novos cultivares. Tratam-se das variedades BRS 193 e BRS 208, produzidas pela Embrapa, e da IPR 85, do Instituto Agronômico do Paraná (Iapar). Entre as principais características das sementes estão a resistência às doenças, alto potencial de rendimento e qualidade industrial para a produção de pão. O pesquisador da Embrapa Soja, Dionísio Brunetta, explica que a BRS 208 é resistente ao oídio e à ferrugem, além de ser tolerante à presença de alumínio, elemento tóxico encontrado em solos paranaenses. "Apesar de ser recomendado inicialmente para o Paraná, futuramente a variedade poderá ser indicada para São Paulo e Região do Cerrado do Brasil Central". Assim como a BRS 208, a BRS 193, também lançada pela entidade de pesquisa, possui grão de glúten forte, indicado para a produção de pães. "Ela apresenta ciclo precoce, resistência ao acamamento, sendo moderadamente tolerante às doenças do trigo. O outro cultivar, que está sendo lançado pelo Iapar, apresentou potencial de produtividade para 4 mil quilos por hectare nos experimentos. Ele é indicado para solos com até 35% de saturação de alumínio, tendo ciclo precoce e resistência moderada ao oídio, ferrugem da folha e helmintosporiose.

Inaugurado laboratório de diagnóstico

Realizar dois mil exames por dia. Esta é a meta do novo Laboratório de Diagnóstico de Doenças Animais (Laddan), inaugurado recentemente pela Embrapa Gado de Corte. A maioria destes exames são realizados para a verificação de neosporose em bovinos, uma virose que causa problemas de reprodução. De acordo com o responsável técnico do laboratório, Pedro Paulo Pires, também estão sendo aceitos pedidos de diagnósticos de doenças em aves, equinos, suínos, ovinos, cães e gatos. "Entre as doenças que poderão ser examinadas estão a brucelose, anemia infecciosa equina, peste suína e, em animais domésticos, a cinomose, a parvovirose e a panleucopenia felina".

■ Armazenagem on-line



Divulgação

A partir de agora, os armazenadores e produtores de grãos terão à disposição um novo canal de informações. Através do Guia de Armazenagem, considerado o maior site de produtos e serviços do setor na América Latina, será possível acessar dados sobre equipamentos, tecnologias, profissionais e oportunidades na área de armazenamento. Além disso, o Guia, elaborado pela Graeff AZ, funciona como um instrumento de consultas, divulgação de soluções e um elo permanente entre armazenadores e fornecedores. O Guia de Armazenagem pode ser acessado pela internet através do endereço www.guiadearmazenagem.com.br. Graeff AZ Indústria Comércio Serviços Ltda., Rua 25 de Julho, 177, Porto Alegre/RS, CEP 91030-270, fone: (51) 3337-4477.

■ Perfuração revolucionária

Seja na construção civil ou na construção de redes elétricas e de telecomunicações, o equipamento ideal é a nova Perfuratriz Hidráulica Bristol HB 23. Ela é excelente para perfuração do solo, com duplo sentido de rotação e compacto redutor planetário, acionado por motor hidráulico. Além disso, pode ser facilmente acoplada em braços hidráulicos de caminhões, escavadeiras e retroescavadeiras. Extremamente versátil, representa um forte aliado no estaqueamento de edifícios, pontes e pavilhões. A perfuração pode ser realizada com brocas de até 70 cm de diâmetro por 2 m de profundidade. SYL Indústria de Máquinas Comércio Importação e Exportação Ltda., Rodovia RS 401, nº 2001, São Jerônimo/RS, fone: (51) 651.1088, e-mail: syl@bristol.ind.br.



Divulgação



Divulgação

■ Novo quadriciclo da Honda

Agora ficou mais fácil transportar insumos, inspecionar lavouras, reabastecer máquinas agrícolas e dar apoio como reboque. Com o Quadriciclo TRX 350

Fourtrax, o novo produto da Honda, o agricultor ganha mais um aliado para realizar as atividades no campo. Disponível nas versões TM (tração 4x2) e FM (tração 4x4), o equipamento tem como principais características: eficiência, durabilidade e baixa manutenção. Ágil, o quadriciclo desloca-se com facilidade em terrenos com condições adversas. Compacto, pode ser aplicado como veículo tático de apoio, capaz de transitar em locais de difícil acesso para automóveis e pick ups. Robusto e versátil, possui alta capacidade de tração e oferece dirigibilidade ao condutor. **Honda do Brasil, Rua Sena Madureira, 1.500, Vila Clementino, São Paulo/SP, CEP 04021-001, home page www.honda.com.br.**

■ Nevoeiro lança guincho hidráulico

Já está disponível no mercado o Guincho Hidráulico Frontal, GHN 2000, projetado para atender às necessidades de levante e transporte de cargas em espaços reduzidos, tais como pátios e galpões. As principais características do equipamento são agilidade e mobilidade para o carregamento e descarregamento de big-bags, além de proporcionar melhor visibilidade para o operador. Com dois conjuntos de rodado e giro de 360°, o guincho da Nevoeiro possui espaço entre eixos de 2.500 mm. A lança possui um alcance de 0,50 m e 5 m de altura. **Nevoeiro Indústria e Comércio de Máquinas Agrícolas Ltda. Importação e Exportação, BR 377, km 01, nº 1.551, Bairro Brum II, Cruz Alta/RS, CEP 98.005-970, fone: (55) 3322-6498, e-mail: nevoeiro@comnet.com.br.**



Divulgação

■ Trator Valtra Fruteiro: produtividade com qualidade

A Valtra do Brasil está com um novo produto no mercado, para atender aos agricultores que buscam versatilidade e redução nos custos de produção. Trata-se de uma nova linha de trator fruteiro, nos modelos BF 65 e 75, uma máquina estreita, especial para pomares, hortaliças e também para o produtor de flores e outras culturas. É um equipamento muito leve, com potência de 60 e 72 cavalos e com motor Valtra de 3 cilindros, natural aspirado e turbo alimentado. O desempenho do motor é equivalente às máquinas de 80 cavalos de potência existentes no mercado. **Valtra do Brasil S.A., Rua Capitão Francisco de Almeida, 695, Mogi das Cruzes/SP, CEP 08740-300, fone: (11) 4795-2124, www.valtra.com.br.**



Divulgação

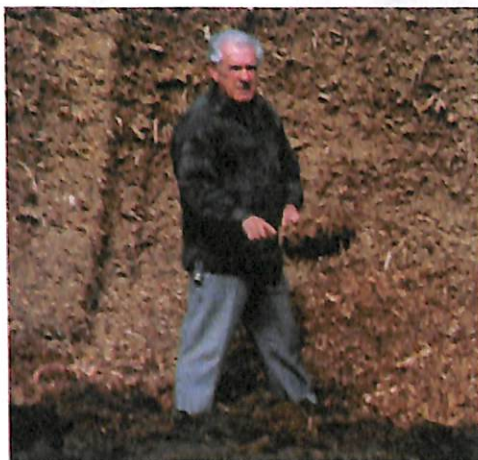
Silagem, outra utilização para o girassol

Visualmente, quem não se encanta ao ver uma lavoura de girassol em floração plena, pela beleza da inflorescência (indevidamente chamada de flor) de suas plantas? Este órgão reprodutivo, tecnicamente denominado capítulo, pode apresentar as suas pétalas nas tonalidades vinho, amarelo-limão (a mais comum), mesclada, ferrugem e rosa. Além da beleza, essa parte da planta, no início do seu desenvolvimento, tem a propriedade característica de, ao clarear do dia, estar voltada para o leste e, ao anoitecer, para o oeste, acompanhando o movimento do sol. Daí a denominação da planta nas línguas neolatinas. Uma vez totalmente aberta à inflorescência, o capítulo permanece virado para o oeste.

Somado ao encantamento e ao “efeito bússola”, ele e o milho são as plantas produtoras de grãos que têm a capacidade de formar até 60 toneladas de biomassa aproveitável por hectare.

Como planta medicinal, como adorno e para consumo *in natura*, nas formas de grãos torrados e de farinha para pães, o girassol foi utilizado pelos indígenas norte-americanos do Arizona e do Novo México, desde 1.000 anos a.C.. Como fonte de óleo comestível para o homem, é utilizado desde o final do século XVIII. Nesta condição, ocupou, em 1990/1991, a quarta posição mundial, após o de soja, de palma e o de colza (canola). Esta colocação, entretanto, se inverte, ao se considerar a sua qualidade nutritiva, pois é possuidor do maior teor de gordura poliinsaturada (5,8g/10 ml de óleo) seguido, em ordem decrescente, pelos de soja, colza e palma, propriedade que o recomenda como alimento que previne doenças cardiovasculares e no tratamento de esclerose múltipla e de outras mazelas da saúde humana.

Tradicionalmente, a planta de milho tem sido a matéria-prima mais utiliza-



Expedito Paulo Silveira, engenheiro agrônomo e pesquisador da área de genética e melhoramento de plantas da Embrapa Clima Temperado – CPACT

da pelo produtor na preparação da silagem. Recentemente, o sorgo tem despertado interesse para esta mesma finalidade. Atualmente, o girassol tem merecido destaque na mídia escrita especializada, que vem relatando iniciativas bem-sucedidas da utilização dessa terceira opção de material para ensilar.

Milho, sorgo e girassol são plantas cultivadas com vistas a múltiplas utilizações, mas este se diferencia daqueles por ter sido o último a ter as suas potencialidades técnica e econômica devidamente exploradas, quer na alimentação humana, quer como ração para animais.

A planta tem capacidade de formar até 60 toneladas de biomassa aproveitável por ha

Para ensilar, as três espécies são cultivadas e processadas de modo semelhante, mas o girassol apresenta vantagens sobre as demais: semeadura precoce (de agosto a outubro, no Rio Grande do Sul), permitindo outro cultivo de verão na sua resteva, uso de apenas 4kg/ha de sementes e tolerância à estiagem. São fatores que reduzem o custo de pro-

dução da silagem. Mas, embora aproveite bem o fertilizante residual de cultivos anteriores, exige boa saturação de bases (ao redor de 70%) e baixa acidez (pH 5,2) do solo, que deve ser profundo. Suas sementes são comercializadas como cultivares varietais e híbridas, sendo, entretanto, menos disponíveis no mercado, devido à escassa área cultivada até o presente.

O momento do corte do girassol para ensilar é o aspecto mais influente na qualidade do produto final. A referência técnica para esta operação é quando a planta alcança 30% de matéria seca, o que acontece quando ela está na maturação fisiológica, o que, na prática, ocorre quando a traseira do capítulo dobrado e a parte imediata da haste que o sustenta apresentam coloração amarela. Torna-se importante, nessa ocasião, que a maior parte das folhas esteja ainda verde.

As silagens das três matérias-primas, embora produzidas de modo semelhantes, apresentam qualidades nutritivas distintas. A de girassol, além de ser quase seis vezes mais energética que as de milho e sorgo (12,32%, contra 2,88%) tem valor protéico praticamente dobrado (11,6%, contra 6,7%). Além disso, tem o teor de sais minerais muito superior (11,29%, contra 4,94%) e, em particular, o de cálcio sextuplicado (1,42%, contra 0,22%). São propriedades que fazem da silagem da nova matéria-prima um alimento não só altamente energético, mas também rico em proteína e minerais, elementos básicos da nutrição animal, especialmente de vacas leiteiras em lactação.

À pesquisa agrícola cabe identificar ou desenvolver tipos de plantas adequadas à silagem (variedades ou híbridos precoces), com maior biomassa, portadores do caráter *stay green* (permanece verde) e com teor e tipo de fibra adequados à alimentação animal. ■

Economia e Negócios

O melhor dos adubos

Graças aos investimentos em tecnologia, a produção brasileira de grãos dispara

Os bilhões de reais investidos no desenvolvimento da agricultura nos últimos anos começam a mostrar resultado. Na semana passada, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística anunciou que a safra agrícola nacional baterá novo recorde em 2001. Ao todo, serão produzidos 98 milhões de toneladas de grãos. Esse número poderá superar a barreira dos 100 milhões, o que levaria a um aumento de 20% em relação a 2000. Um desempenho como esse seria mais facilmente obtido no passado através da ampliação da área cultivada. Não foi o que ocorreu. Ele é fruto quase exclusivo da melhoria da produtividade das lavouras. Nos últimos dez anos, as plantações brasileiras de grãos aumentaram sua produção em 75%. Nesse mesmo período, as áreas destinadas ao plantio ficaram quase do mesmo tamanho.

Na agricultura, a melhoria da produtividade sem expansão de território só é obtida de uma forma: com investimento em tecnologia — seja uma semente geneticamente modificada para resistir a doenças, pragas e mudanças de clima, adubos turbinados ou novos tratores e colheitadeiras. Na última década, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) investiu cerca de 1,5 bilhão de reais no

A s...
As nov...
multip...
a produ...
campo...
a área...
tenha c...
(em tone...

56 MILHÕES
(em 37 milhões de hectares)

40
1991 1992
Fonte: IBGE

melhoramento genético. Atualmente, parte de sua exportação de tecnologia de tecnologia para agricultores, o Brasil já é líder

transfe...
nhecim...
América...
Caribe e...
diz Alber...
gal, presi...
Embrapa...
logia e crê...
medida certa...
mitiram mod...
zar as fazen...
No ano que...
sou, a renova...
das frotas de tra...
res e colheitade...
ras foi uma das...
maiores de todos...
os tempos.

Os melhores resultados desses investimentos são vistos nas planta-

NOSSO ADUBO É TURBINADO ATÉ NO NOME

Serrana Turbo

VEJA O RESULTADO

69,5 sacas/ha

Em seus 1.500 ha de lavoura de soja, Vicente obteve o resultado de 69,5 sacas/ha e foi o campeão em produtividade.

Vicente Luiz Costa Beber
Nova Mutum - MT



Campos diferentes

A produtividade média das duas principais culturas agrícolas brasileiras em comparação com a obtida nos Estados Unidos (em sacas por hectare)

	BRASIL	ESTADOS UNIDOS
SOJA	47	43
MILHO	60	140

Fonte: Agriconsult

Serrana
FERTILIZANTES
Ao lado de quem produz



**Nem vermelho,
nem amarelo.
O campo está ficando
cada vez mais azul
New Holland.**



No campo o que não falta é serviço.
E para dar conta do recado, o seu trator tem que
ser versátil e econômico, tem que ter tecnologia
e estar preparado para enfrentar as multitarefas
da sua fazenda.
É por isso que os produtores eficientes estão
mudando para o New Holland Exitus, o trator

perfeito para quem
faz questão de evoluir.
Se você quer mais produtividade, o seu próximo
trator não vai ser nem vermelho, nem amarelo.
Passe no seu concessionário e conheça o trator
que vai deixar tudo azul na sua fazenda.
Porque você já evoluiu. Só faltava o trator.

EXITUS

O trator multiuso da New Holland.



NEW HOLLAND